

Os Mundos do Jornalismo:

Segurança, Autonomia Profissional e Resiliência
entre Jornalistas na América Latina



Os Mundos do Jornalismo: Segurança, Autonomia Profissional e Resiliência entre Jornalistas na América Latina

Publicado pela primeira vez em 14 de Janeiro de 2026 pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas em Austin, em colaboração com a Escola de Comunicação e o Departamento de Jornalismo e Gestão de Mídia da Universidade de Miami e o Centro para Mudança Global e Mídia da Universidade do Texas em Austin.

Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, Escola de Jornalismo e Mídia
1 University Station A1000 Universidade do Texas Austin, TX 78712
www.knightcenter.utexas.edu knightcenter@austin.utexas.edu

Diretor: Rosental Calmon Alves

Copyright © 2026

Summer Harlow, Sallie Hughes e Celeste González de Bustamante pelos textos selecionados e edição; os autores individuais por suas contribuições

ISBN 979-8-9917552-5-2

Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, acesse: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

Edição do Livro: Summer Harlow, Sallie Hughes e Celeste González de Bustamante

Revisão de Texto: Manasvi Maheshwari

Visualizações de Dados: Kellen Sharp

Diagramação, Ilustrações e Capa: Raquel Abe

Traduções: Desirée Márquez, Teresa Mioli e Ramon Vitral

Agradecimentos

Estendemos nossa gratidão aos jornalistas que generosamente compartilharam seu tempo e conhecimento ao responder ao questionário do estudo Worlds of Journalism. Agradecemos também aos administradores de nossas universidades por reconhecerem o papel vital do jornalismo e por promoverem um ambiente que apoia a produção de conhecimento original sobre as práticas, ideologias e profissionais do jornalismo.

Agradecemos o financiamento do Worlds of Journalism Center e da LMU Munique para os estudos no Brasil, Colômbia e Venezuela. Para o estudo realizado no México, agradecemos o apoio da Universidade de Miami (Prêmio de Pesquisa da Escola de Comunicação e Instituto de Estudos Avançados das Américas), da Universidad Iberoamericana da Cidade do México (14^a Chamada de Propostas 2020–2022 e Programa de Bolsas de Pesquisa 2020–2024), da Universidade de Guadalajara (Programa para Melhorar as Condições de Produção para os Membros dos Sistemas Nacionais de Pesquisadores e Criadores Artísticos) e da Benemerita Autónoma de Puebla (Programa de Projetos VIEP 2021–2022). Para o estudo no Peru, agradecemos o apoio da Universidade de Lima.

Índice

Introdução

Prefácio do Centro Knight	7
<i>Rosental Calmon Alves</i>	
Apresentando os Mundos do Jornalismo na América Latina	10
<i>Sallie Hughes • Summer Harlow</i>	

Parte 1 México e América Central

Jornalismo no México: A luta diária contra o silêncio e o controle	24
<i>Armando Gutiérrez-Ortega • Karles Daniel Antonio-Manzo • Mireya Márquez Ramírez • Martín Echeverría • Julieta Brambila • Josefina Buxadé Castelán • Celia del Palacio Montiel • Rubén Arnoldo González • Luis Lemini • Frida Viridiana Rodelo Amezcu • Grisel Salazar Rebolledo • Sallie Hughes</i>	
A perspectiva de um jornalista de México: A imprensa que o governo mexicano quer	30
<i>Javier Garza Ramos</i>	
Assédio, autocensura e vigilância do poder: As respostas dos jornalistas salvadorenhos à guerra do governo contra a imprensa	32
<i>Summer Harlow</i>	
Preocupações emergentes sobre liberdades de imprensa e precariedade econômica na Costa Rica	38
<i>Celeste González de Bustamante • Jeannine E. Relly • Vanessa Bravo • Silvia DalBen Furtado</i>	
A perspectiva de uma jornalista costarriquenha: Reflexão sobre as constatações do WJS na Costa Rica	45
<i>Yanancy Noguera</i>	

Parte 2 América do Sul

Jornalismo brasileiro: Desafios de insegurança, autocensura e disparidades de gênero	48
<i>Laura Storch • Marcos Paulo da Silva • Janara Nicoletti • Kérley Winques</i>	
Sob o salto do estado e a pressão da economia: Gênero, riscos e desafios no jornalismo venezuelano	55
<i>Maximiliano Frías-Vázquez • Carlos Arcila Calderón • David Blanco-Herrero</i>	

A perspectiva de uma jornalista da Venezuela: Entre a asfixia e a resistência	61
<i>Luz Mely Reyes</i>	
Liberdade de imprensa e desafios na Colômbia: Enfrentando a adversidade em um sistema midiático fragmentado	62
<i>Jesús Arroyave • Miguel Garcés</i>	
Desafios à liberdade de imprensa e à segurança na cultura jornalística equatoriana: Uma análise da autonomia dos jornalistas e das medidas de proteção	70
<i>Martín Oller Alonso</i>	
Entre a desigualdade social e a erosão institucional: O caso do Peru	75
<i>Lilian Kanashiro • Lourdes Cueva Chacón • Karles Daniel Antonio-Manzo • Jessica Retis</i>	
Jornalistas na Bolívia: Neutralidade, precaução e proteção diante da polarização	80
<i>Mireya Márquez Ramírez • Víctor Quintanilla Sangüeza • Miguel Ángel Flores Olmos</i>	
Jornalismo no Chile: Resiliência às crises	87
<i>William Porath • Daniela Grassau • Constanza Ortega-Gunckel</i>	
Jornalismo sem rede de proteção: Como fazem os jornalistas argentinos	94
<i>Adriana Amado</i>	
A perspectiva de um jornalista argentino: O problema da sustentabilidade	101
<i>José Crettaz</i>	

Conclusões

Reflexões finais	103
<i>Summer Harlow</i>	
Biografias dos autores	105

Introdução

Prefácio do Centro Knight

Rosental Calmon Alves, Fundador e diretor do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, Universidade do Texas em Austin

“O jornalismo é a melhor profissão do mundo.” Eu estava na plateia quando Gabriel García Márquez disse isso em Pasadena, Califórnia, durante a 52^a Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em 7 de outubro de 1996. As palavras de Gabo reverberaram entre centenas de jornalistas e editores presentes na assembleia, e entre milhares de repórteres e editores em toda a América Latina.

A apaixonada declaração do venerável vencedor do Prêmio Nobel de Literatura foi um sopro de ar fresco para seus colegas latino-americanos, que há muito tempo personificam a resiliência e a coragem diante de adversidades persistentes.

Gabo também falou sobre por que se considerava, antes de tudo, um jornalista, e só depois um romancista. Mas, naquele mesmo auditório, já havíamos ouvido falar de uma série de abusos e ataques a jornalistas e à liberdade de imprensa na América Latina. Os relatórios sobre os países apresentados nas reuniões da SIP, relatando casos horrendos de perseguição a jornalistas e organizações de notícias, haviam se tornado um triste ritual repetido desde a criação da associação na Cidade do México, em 1943.

Trabalho desde os 16 anos — há mais de 50 anos — e nunca atuei em nada além do jornalismo, seja como jornalista ou como professor de jornalismo. Por isso, concordei com Gabo e senti o mesmo sopro de ar fresco que imagino ter sido sentido por outros naquele auditório — e nas redações de toda a América Latina — ao perceberem que um laureado com o Nobel compartilhava da nossa paixão por aquilo que é, de fato, “a melhor profissão do mundo.”

Sim, é preciso ter paixão por essa profissão — pela função essencial que o jornalismo exerce em uma sociedade democrática. Nunca foi fácil ser jornalista na América Latina.

Ao começar a ler os capítulos deste livro, focados na prática do jornalismo na América Latina, não apenas me lembrei da declaração apaixonada de Gabo em Pasadena, mas também do fato de que, um ano antes, em 1995, ele havia fundado a Fundação para um Novo Jornalismo Ibero-Americanano, mais tarde re-batizada como Fundação Gabo. Em 1997, me tornei instrutor da nascente Fundação Gabo e, seis anos de-pois, criei o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, na Universidade do Texas em Austin.

Ambas as organizações têm muito em comum e colaboraram em nossa missão compartilhada: ajudar os jornalistas — principalmente na América Latina — a melhorar a qualidade do jornalismo em seus países.

Mas quem é “o jornalista latino-americano”? Qual é o perfil dessas mulheres e desses homens valentes que continuam tão apaixonados pela “melhor profissão do mundo” a ponto de seguirem trabalhando, mes-mo diante de salários baixos ou inexistentes, da censura e dos inúmeros perigos que fazem da América Latina uma das regiões mais perigosas do mundo para os jornalistas?

Sempre enfrentamos dificuldades para encontrar dados sobre o público que organizações como a SIP, a Fundação Gabo e o Centro Knight buscam atender. Precisávamos de um retrato claro do universo dos jornalistas latino-americanos. Embora as pesquisas sobre jornalismo na América Latina tenham aumentado,

seu escopo muitas vezes é limitado. Até onde sei, nunca houve um censo abrangente de jornalistas na região.

Neste livro, você encontrará um dos estudos mais completos já publicados sobre a situação do jornalismo na América Latina. Ele é baseado em pesquisas com mais de quatro mil jornalistas em atividade, em 11 países, realizadas como parte do programa global *Worlds of Journalism Study*, que segue rigorosos padrões acadêmicos para pesquisas com jornalistas e sobre jornalismo.

É uma honra e um privilégio para nós, do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, publicar este estudo, que oferece um retrato extraordinário dos jornalistas latino-americanos. Desde sua fundação, em 2002, o Centro Knight desenvolveu uma variedade de programas que beneficiaram milhares de jornalistas na região — incluindo, suspeito modestamente, muitos (se não a maioria) dos 4.000 jornalistas entrevistados para este estudo.

Aqui está o porquê:

- ❖ Ajudamos a criar uma nova geração de associações independentes de jornalismo dedicadas a melhorar a qualidade e os padrões do jornalismo em seus países.
- ❖ Oferecemos centenas de cursos online por meio de um programa único que alcançou mais de 350 mil estudantes no mundo todo na última década.
- ❖ Organizamos inúmeras conferências de jornalismo em Austin e por toda a América Latina, incluindo o Simpósio Internacional de Jornalismo Online e o Colóquio Ibero-Americano de Jornalismo Digital.
- ❖ Publicamos a *LatAm Journalism Review*, uma publicação de referência que cobre “a melhor profissão do mundo” na América Latina.

Essas atividades tiveram um impacto duradouro no jornalismo nas Américas, e esperamos continuar fortalecendo nosso trabalho nos próximos anos. Graças ao *Worlds of Journalism Study*, agora temos muito mais conhecimento sobre a própria população que o Centro Knight busca servir. As descobertas deste livro também são altamente relevantes para os jornalistas, organizações de notícias e escolas de jornalismo em toda a América Latina.

Entre as muitas descobertas que me impressionaram, destaco as seguintes:

- ❖ **Jornalistas resilientes e guiados por valores:** Apesar das crescentes ameaças e da instabilidade financeira, os jornalistas latino-americanos permanecem comprometidos com os papéis democráticos e de serviço público.
- ❖ **Precariedade trabalhista generalizada:** Quase 50% não possuem contratos em tempo integral, frequentemente conciliando múltiplos empregos e plataformas para garantir seu sustento.
- ❖ **Disparidades de gênero:** As mulheres representam cerca de 40% dos jornalistas, são, em média, mais jovens e relatam maiores índices de assédio no trabalho e preocupações com segurança e bem-estar.
- ❖ **Altos níveis de formação formal:** A maioria dos jornalistas possui formação formal,

com taxas especialmente elevadas no Brasil e na Venezuela.

- ❖ **Mudanças no emprego na mídia:** Enquanto os jornais tradicionais ainda dominam em países como Brasil e Colômbia, veículos nativos digitais estão se tornando cada vez mais centrais, especialmente na Venezuela, El Salvador e partes do México.
- ❖ **Maus-tratos frequentes:** Mais da metade dos jornalistas relatam ter sofrido discursos depreciativos ou de ódio; quase um terço relata vigilância ou assédio no trabalho — especialmente no Brasil.
- ❖ **Saúde mental e emocional em risco:** Mais de 70% demonstram preocupação com o desgaste emocional, especialmente no Brasil, Peru e El Salvador.
- ❖ **Autocensura e apoio entre colegas:** Metade dos jornalistas pratica autocensura para se proteger; 79% contam com o apoio de colegas. Poucos recorrem às instituições governamentais.
- ❖ **Fortes compromissos democráticos:** Os jornalistas apoiam em grande maioria os papéis liberais-democráticos, incluindo a responsabilização do poder e a defesa de grupos marginalizados.
- ❖ **Autonomia percebida versus realidade:** Embora a maioria diga ter liberdade editorial, isso contrasta fortemente com relatos generalizados de vitimização e pressão.
- ❖ **Populações vulneráveis:** Jornalistas mulheres, não binários e de minorias enfrentam desafios agravados, incluindo maior precariedade e discriminação.
- ❖ **Significado global:** Essas descobertas ressaltam o papel crucial do jornalismo na América Latina — e a necessidade urgente de apoiar a mídia independente diante do autoritarismo e da violência.

Por fim, e de forma importante, quero reconhecer a Escola de Comunicação e o Departamento de Jornalismo e Gestão de Mídia da Universidade de Miami, assim como o Centro para Mudanças Globais e Mídia da Universidade do Texas em Austin. A colaboração dessas instituições com o Centro Knight para publicar este livro é um testemunho do apoio contínuo aos jornalistas latino-americanos que defendem com tanta paixão “a melhor profissão do mundo.

Apresentando os Mundos do Jornalismo na América Latina

Sallie Hughes, Universidade de Miami • Summer Harlow, Universidade do Texas em Austin

A capacidade — e a disposição — dos cidadãos para exigir responsabilidade dos governos e a proteção dos direitos humanos é moldada pelo trabalho dos jornalistas, especialmente à medida que esses pilares essenciais da democracia enfrentam pressões crescentes e retrocessos em todo o mundo. Diante da impunidade por ataques generalizados contra jornalistas e das incertezas financeiras que desafiam os próprios alicerces de uma imprensa independente, jornalistas latino-americanos comprometidos com sociedades mais democráticas e justas vêm demonstrando uma notável criatividade e resiliência, mesmo quando frequentemente são obrigados a se autocensurar para proteger sua própria segurança. Tendo isso em vista, este livro oferece um mapeamento regional das experiências e crenças profissionais dos jornalistas latino-americanos no período pós-pandemia e, com base em pesquisas com mais de 4.000 jornalistas atuantes entrevistados entre 2021 e 2024, apresenta perfis de 11 países — do México à Argentina. Os resultados das pesquisas traçam o retrato de jornalistas que acreditam que seu trabalho deve apoiar sociedades democráticas e justas, e que buscam maneiras de cumprir esse compromisso em meio a desafios complexos e multifacetados.

As pesquisas foram conduzidas sob a coordenação do *Worlds of Journalism Study* (WJS), Mundos do Jornalismo, uma associação sem fins lucrativos formada por acadêmicos de todo o mundo, dedicada à pesquisa comparativa rigorosa sobre jornalistas e jornalismo. O objetivo do WJS, atualmente em sua terceira rodada de pesquisas, é contribuir para uma compreensão global de quem são os jornalistas, quais eles acreditam ser suas obrigações para com a sociedade, como suas condições de trabalho estão mudando e como eles tentam manter a resiliência profissional e pessoal diante de ameaças à sua identidade profissional e ao seu bem-estar pessoal. Mais de 40 professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação atuando na América Latina contribuíram para este volume. Pesquisadores da Universidade Ludwig Maximilian de Munique garantiram o rigor do desenho do estudo.

Este livro foi escrito para jornalistas, estudantes, formuladores de políticas públicas, ativistas e o público em geral. Ele se baseia nas percepções e experiências dos jornalistas em atividade na região. Seus relatos em primeira pessoa sobre o que significa ser jornalista na América Latina hoje oferecem uma perspectiva interna sobre como questões como segurança, pressões autoritárias, vulnerabilidades econômicas e transformações digitais impactam as práticas profissionais e as responsabilidades normativas em uma das regiões mais perigosas do mundo para a prática do jornalismo. Os jornalistas entrevistados dedicaram seu tempo de forma voluntária — muitas vezes correndo o risco de sofrer ameaças, assédio ou consequências ainda mais graves — porque reconheceram a urgência de compreender o papel do jornalismo no futuro da democracia em toda a região. Sem suas contribuições generosas e seu comprometimento com a profissão, este livro não teria sido possível.

Pesquisas sobre Estudos de Jornalismo na América Latina apontaram como as identidades profissionais dos jornalistas, fundamentadas em valores, os motivam a adaptar suas práticas para preservar a autonomia editorial em meio a ambientes de trabalho cada vez mais complexos e, por vezes, ameaçadores. Essas tendências transcendem fronteiras, mas estão enraizadas nas condições institucionais e históricas de cada um dos países abordados neste volume. Os capítulos deste livro lançam luz sobre o que se tornou, para alguns jornalistas, um exercício constante de equilíbrio entre a autopreservação e a preservação de uma profissão que serve ao interesse público ao fiscalizar o comportamento do governo, expor abusos de poder e amplificar vozes marginalizadas. De forma mais ampla, a pesquisa do WJS apresentada neste livro posiciona o jornalismo fora do chamado Norte Global, destacando a importância de estudar práticas e valores jornalísticos em um contexto regional que leve em conta as especificidades locais.

Nota sobre os métodos

A principal vantagem comparativa do *Worlds of Journalism Study* está na confiabilidade e na possibilidade de generalização proporcionadas por métodos rigorosos de pesquisa de levantamento (survey). Isso implica um certo custo: amostragem cuidadosa, entrevistas bem conduzidas e verificação dos dados exigem tempo. Os pesquisadores do WJS usaram questionários padronizados e procedimentos de campo desenvolvidos colaborativamente em 2019. Os confinamentos impostos pela pandemia de Covid-19 atrasaram o trabalho de campo, que, na América Latina, ocorreu entre outubro de 2021 e outubro de 2024. Cada equipe nacional entrevistou jornalistas em atividade com base em amostras probabilísticas em nível nacional, com margem de erro de no máximo 5% e nível de confiança de 95%. Todos os dados foram verificados por estatísticos na sede global da rede, em Munique.

Ao analisar esses resultados, é importante ter em mente que a metodologia do WJS enfatiza, ainda que de forma indireta, o emprego formal em tempo integral, o que pode reduzir a população de jornalistas incluídos no estudo em países com altos níveis de informalidade profissional. A população estudada incluiu apenas jornalistas que trabalham pelo menos 50% do tempo com jornalismo ou que obtêm pelo menos 50% de sua renda dessa atividade. Como muitos países não possuem uma lista nacional de jornalistas, os pesquisadores, em vários casos, recorreram à amostragem de veículos de mídia para identificar os profissionais a serem entrevistados — o que também contribui para uma ênfase nos jornalistas formalmente empregados.

O restante desta introdução oferece um panorama regional sobre quem são os jornalistas latino-americanos, as condições em que trabalham e as obrigações que desejam cumprir na sociedade diante dos desafios à sua identidade profissional e ao seu bem-estar pessoal. Esses padrões gerais são aprofundados em cada um dos capítulos específicos por país.

Quem são os jornalistas latino-americanos?

Tabela 1. Características dos jornalistas da região

	N	Idade (Anos)			Gênero e escolaridade			Experiência			Empresa/Plataforma			
		Homens (Média)	Homens (Desvio Padrão)	Mulheres (Média)	Mulheres (Desvio Padrão)	Feminino	Formação em jornalismo	Experiência (Média)	Experiência (Desvio Padrão)	Tradicional	Digital	Televisão	Rádio	Outros
Argentina	376	46	11	45	10	40	84	20	10	28	11	18	28	15
Bolívia	401	46	12	39	10	35	91	17	11	8	16	32	38	7
Brasil	602	42	12	39	11	50	97	16	11	25	15	28	9	23
Chile	398	43	12	37	10	32	91	16	11	28	14	24	31	3
Colômbia	379	51	13	45	12	39	94	21	12	22	22	14	19	25
Costa Rica	229	39	13	39	11	32	92	15	11	41	18	22	5	15
Equador	299	38	11	33	8	38	85	11	9	13	17	21	20	29
El Salvador	208	38	8	36	9	47	95	12	8	26	34	8	10	21
México	443	43	10	37	9	46	86	16	10	27	21	15	19	18
Peru	335	46	11	38	10	27	86	16	8	12	22	9	40	16
Venezuela	398	45	13	44	12	53	97	18	11	20	36	6	13	25
Região	4,068	43	12	39	10	40	91	16	10	23	20	18	21	18

Uma profissão dominada por homens

O jornalismo na América Latina, em média, ainda é predominantemente masculino e os jornalistas homens tendem a ser mais velhos do que suas colegas mulheres. Quatro em cada dez jornalistas entrevistados se identificaram como mulheres no nível regional, mas há grandes diferenças na composição de gênero entre os países amostrados. As mulheres representaram metade ou quase metade dos participantes no Brasil, El Salvador, México e Venezuela, mas corresponderam a cerca de um terço ou menos nos casos da Bolívia, Chile, Costa Rica e Peru. Em média, as jornalistas mulheres eram quatro anos mais jovens do que seus colegas homens, sugerindo normas de gênero que incentivavam uma saída mais precoce da profissão ou uma desvalorização do trabalho feminino com o passar da idade. As maiores diferenças de idade entre os gêneros foram observadas no Peru (8 anos), seguido pela Bolívia (7 anos), Chile (6 anos) e México (6 anos). Em contraste, houve paridade ou quase paridade de idade entre homens e mulheres na Argentina, Costa Rica e Venezuela. Jornalistas não binários se autoidentificaram na Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Equador, representando entre menos de 0,05% e 1,7% da população entrevistada.

O questionário da pesquisa também incluiu uma pergunta aberta, perguntando aos respondentes se eles se identificavam com alguma comunidade cultural. No contexto latino-americano, os respondentes geralmente interpretaram isso como uma referência a uma comunidade étnica ou racial. Apenas 6% da amostra total responderam que se identificavam culturalmente com um grupo indígena ou como afrodescendentes — percentuais muito inferiores às médias regionais da população em geral.

Uma força de trabalho qualificada nos meios tradicionais e digitais

O aprendizado na prática deixou de ser predominante em todos os países da América Latina. A formação formal ou o treinamento especializado em jornalismo é uma característica amplamente difundida na região, variando de 84% dos respondentes na Argentina a 97% no Brasil e na Venezuela. A experiência profissional variou de 11 anos no Equador a 21 anos na Colômbia.

Jornais tradicionais continuam sendo o principal tipo de empregador para jornalistas em uma pequena pluralidade de países, seguidos pelo rádio e, em seguida, pela televisão na maioria dos casos. O rádio se destaca especialmente nos países andinos multilíngues. Na Bolívia, onde rádios indígenas e do setor industrial têm uma longa tradição — e onde os meios impressos mais conservadores estão concentrados em La Paz — apenas 8% dos jornalistas entrevistados trabalhavam em jornais, enquanto 38% atuavam no rádio. O Peru também possui um setor radiofônico forte, com 40% dos jornalistas afirmado trabalhar principalmente para emissoras de rádio. Veículos nativos digitais dominaram na Venezuela e em El Salvador. Já na Colômbia, as porcentagens de jornalistas que relataram trabalhar para jornais tradicionais e para mídias digitais foram equivalentes.

Diante da pressão política sobre a televisão privada na Venezuela nas últimas duas décadas, apenas 6% dos jornalistas no país relataram trabalhar em emissoras de televisão, e o emprego no rádio foi relativamente baixo em comparação com os vizinhos Equador e Bolívia. Muitos jornalistas venezuelanos podem ter migrado para o ambiente digital, mais aberto politicamente, com 36% dos entrevistados afirmado trabalhar principalmente para veículos nativo digitais.

Em México, Brasil, Colômbia e Costa Rica, onde os jornais tradicionais têm uma longa trajetória, a maioria ou quase a maioria dos jornalistas trabalhava nesse setor. As mídias digitais cresceram e se tornaram importantes setores de emprego nas áreas urbanas de El Salvador, Colômbia e México, com experimentos interessantes em jornalismo investigativo, participativo e voltado para a justiça social, impulsionados por uma plataforma que apresenta barreiras de entrada mais baixas do que os meios tradicionais.

Condições precárias de trabalho

Precariedade laboral, que envolve mais do que apenas insegurança econômica, abrange também a insegurança contratual, o ritmo acelerado de trabalho e a necessidade de manter múltiplos empregos remunerados para garantir o sustento (Márquez-Ramírez, Amado e Waisbord, 2021). Os resultados da pesquisa sugerem que quase metade dos jornalistas latino-americanos enfrenta algum tipo de precariedade. Em média, quase cinco em cada dez jornalistas na região trabalham sem a segurança de um contrato permanente em tempo integral — embora existam diferenças entre os países. Chile e México se destacam pelo alto número de jornalistas com contratos permanentes em tempo integral, embora a amostragem concentrada em organizações formais de mídia provavelmente tenha elevado os números no caso do México. Já os jornalistas nos países andinos apresentaram as condições contratuais mais inseguras.

Um ritmo de trabalho acelerado é sugerido pelo número de plataformas — como rádio, televisão,

web etc. — para as quais os jornalistas produzem conteúdo regularmente. Na média regional, os jornalistas afirmaram contribuir com conteúdo para 3,7 plataformas diferentes “frequentemente” ou “muito frequentemente”. O número de plataformas abastecidas regularmente por jornalistas é mais alto no Peru e no Equador, enquanto no Chile os jornalistas contribuem com um número menor de plataformas. Isso sugere que o trabalho multiplataforma nesses países está menos relacionado ao acesso digital e mais a condições sistêmicas, como o grau de informalidade nos contratos de trabalho: quanto maior a informalidade contratual, maior o número de plataformas que os jornalistas precisam abastecer. Por fim, quase metade (47%) dos jornalistas na região afirmou receber parte de sua renda de trabalhos fora do jornalismo. Alguns dos níveis mais altos dessa necessidade foram registrados no Peru e na Venezuela, países onde o jornalismo é mal remunerado e as dificuldades econômicas são acentuadas.

Tabela 2. Indicadores de precariedade laboral

Informalidade contratual, ritmo de trabalho e multitarefa

País	Porcentagem sem contrato de trabalho a tempo integral		Número de plataformas utilizadas regularmente	Porcentagem que obtém 100% do seu rendimento com jornalismo
	Homens	Mulheres		
Argentina	58	54	3.6	49
Bolívia	61	54	3.7	53
Brasil	47	52	3.3	66
Chile	29	23	3.0	50
Colômbia	56	57	4.1	50
Costa Rica	41	29	3.8	71
Equador	58	58	4.3	52
El Salvador	30	41	2.9	63
México	28	27	3.9	59
Peru	59	66	4.4	16
Venezuela	63	51	3.9	52
Região	49	47	3.7	53

Segurança e bem-estar

A segurança e o bem-estar dos jornalistas na região estão constantemente no foco de organizações de direitos humanos, que monitoram anualmente agressões físicas e alertam sobre o assédio — tanto online quanto offline — contra mulheres e jornalistas de minorias. A pesquisa do *Worlds of Journalism Study* mediou a segurança e o bem-estar dos jornalistas de duas formas: por meio de relatos objetivos de experiências de maus-tratos no ambiente de trabalho nos últimos cinco anos e por uma medida subjetiva do nível de preocupação dos jornalistas com seu bem-estar físico, emocional-mental e financeiro em razão de seu trabalho.

Relatos de intimidação, assédio e ataques

Em toda a América Latina, os relatos dos jornalistas sobre maus-tratos no ambiente de trabalho levantam questões sobre seu bem-estar pessoal e se eles dispõem de liberdade suficiente para exercer suas funções de maneira a apoiar a democracia. Ao analisar três das agressões mais prevalentes, apresentadas na Tabela 3, o discurso depreciativo ou de ódio foi o mais comum, com 19% dos jornalistas afirmando tê-lo sofrido “frequentemente” ou “muito frequentemente” e 33% relatando tê-lo vivenciado “às vezes”. Em outras palavras, mais da metade dos jornalistas da região foi alvo de discurso depreciativo ou de ódio pelo menos ocasionalmente. Mais de um quarto dos jornalistas relatou ter sido alvo de vigilância, sendo que 11% disseram sofrer isso com frequência e 17% às vezes. O assédio moral no ambiente de trabalho, praticado por fontes, supervisores ou colegas, atingiu 15% dos entrevistados, que afirmaram tê-lo experimentado “às vezes”, “frequentemente” ou “muito frequentemente”.

Os relatos de hostilidade variam conforme o país, com alguns se destacando por níveis particularmente altos ou baixos de incidentes reportados. O Brasil aparece consistentemente com os índices mais elevados nas três categorias de agressão. É o país com a maior porcentagem de respondentes que relataram assédio moral no ambiente de trabalho (23%), discurso depreciativo ou de ódio (66%) e vigilância (52%). Isso sugere um padrão mais amplo de maus-tratos e monitoramento no local de trabalho no Brasil, em comparação com outros países da região.

No outro extremo do espectro, os jornalistas peruanos relataram alguns dos níveis mais baixos de assédio moral no trabalho (4%), vigilância (12%) e discurso depreciativo ou de ódio (31%). Isso indica um clima de trabalho relativamente mais positivo em termos de tratamento interpessoal, o que pode ser resultado de uma maior coesão social, mas também da presença menor de mulheres nas redações ou da interação menos frequente com audiências e fontes por meio das redes sociais. De forma semelhante, os jornalistas da Costa Rica também relataram baixos níveis de assédio moral no trabalho (9%) e vigilância (10%), embora tenham reportado um índice mais alto de discurso depreciativo ou de ódio (47%).

Tabela 3. Porcentagem de participantes que reportaram os ataques mais frequentes

País	Discurso humilhante ou ofensivo dirigido a si		Vigilância		Assédio no local de trabalho	
	Frequentemente/ Muito frequentemente	Às vezes	Frequentemente/ Muito frequentemente	Às vezes	Frequentemente/ Muito frequentemente	Às vezes
Argentina	18	40	7	14	5	14
Bolívia	19	42	10	23	4	13
Brasil	27	39	27	25	8	15
Chile	17	32	4	8	6	8
Colômbia	18	28	10	12	7	12
Costa Rica	22	25	3	7	1	8
Equador	8	24	6	14	3	9
El Salvador	36	29	18	24	5	11
México	19	36	12	20	8	12
Peru	9	22	3	9	1	3
Venezuela	19	44	17	28	3	12
Região	19	33	11	17	4	11

Mulheres e minorias relatam assédio moral com maior frequência

Na região, jornalistas mulheres relataram consistentemente níveis mais altos de assédio moral no ambiente de trabalho do que os homens entrevistados. Embora a magnitude dessas diferenças varie, Argentina, Colômbia, El Salvador, México, Costa Rica, Peru e Venezuela apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre gêneros nas experiências de assédio moral no trabalho. As diferenças são menores na Argentina, Colômbia e Venezuela, e maiores em El Salvador, México, Costa Rica e Peru. El Salvador se destaca com a maior disparidade, indicando uma diferença mais acentuada nos relatos de assédio moral. Jornalistas não binários também relataram experiências de assédio de forma desproporcional¹.

Experiências de vigilância e discurso de ódio com diferenças de gênero

Considerando todos os jornalistas da pesquisa, os homens relataram experiências mais frequentes de vigilância e discurso de ódio do que as mulheres². Contudo, isso variou conforme o país. Em Argentina, Brasil, México e Venezuela, especificamente, as diferenças nos relatos de vigilância entre homens e mulheres foram estatisticamente significativas, com jornalistas homens informando níveis mais altos de vigilância do que suas colegas mulheres. Embora essas diferenças sejam geralmente pequenas, a consistência desse padrão em vários países sugere uma tendência regional, especialmente relacionada a como a vigilância pode se cruzar com papéis ou atribuições de gênero no jornalismo. As experiências de ataques com discurso de ódio também apresentaram diferenças de gênero³. Na maioria dos países, os homens relataram ser vítimas de ataques verbais um pouco mais do que as mulheres, em média, mas essas diferenças foram estatisticamente significativas apenas na Argentina e na Venezuela, e ainda assim eram pequenas. Considerando toda a região, portanto, jornalistas homens na América Latina são ligeiramente mais visados em relação à vigilância e ao discurso de ódio, mas esse padrão não se mantém em todos os países.

1 Foi realizado um teste t para amostras independentes a fim de comparar as experiências de assédio moral no ambiente de trabalho entre mulheres e homens respondentes em toda a região. Os resultados indicaram uma diferença estatisticamente significativa nas experiências relatadas entre os gêneros, $t(3983) = 6,96$, $p < .001$, $d = 0,22$, IC 95% [0,16, 0,29]. As mulheres respondentes ($M = 1,65$, $DP = 0,998$) relataram níveis significativamente mais altos de assédio moral no trabalho do que os homens respondentes ($M = 1,44$, $DP = 0,849$). O tamanho do efeito, medido pelo d de Cohen, foi de pequeno a moderado, sugerindo uma diferença significativa em termos práticos.

2 Foi realizado um teste t para amostras independentes a fim de comparar os relatos de vigilância entre mulheres e homens respondentes em toda a região. Os resultados indicaram uma diferença estatisticamente significativa nas experiências relatadas entre os gêneros, $t(3941) = -2,81$, $p < .01$, $d = -0,09$, IC 95% [-0,15, -0,03]. Os homens respondentes ($M = 1,98$, $DP = 1,17$) relataram níveis significativamente mais altos de experiências de vigilância do que as mulheres respondentes ($M = 1,87$, $DP = 1,14$). O tamanho do efeito, medido pelo d de Cohen, foi pequeno, sugerindo uma diferença modesta, mas estatisticamente significativa.

3 Outro teste t para amostras independentes foi realizado para comparar as experiências de discursos depreciativos ou de ódio entre mulheres e homens respondentes em toda a região. Os resultados indicaram uma diferença estatisticamente significativa nas experiências relatadas entre os gêneros, $t(3989) = -2,19$, $p < .05$, $d = -0,07$, IC 95% [-0,13, -0,01]. Os homens respondentes ($M = 2,59$, $DP = 1,16$) relataram níveis significativamente mais altos de discursos depreciativos ou de ódio do que as mulheres respondentes ($M = 2,51$, $DP = 1,15$). O tamanho do efeito, medido pelo d de Cohen, foi pequeno, sugerindo uma diferença modesta, mas estatisticamente significativa.

Percepções de segurança e bem-estar

Considerando que a maioria dos jornalistas na América Latina relatou ter vivido alguma forma de agressão por causa do seu trabalho, é importante avaliar como diferentes dimensões de segurança podem afetar o desempenho profissional e o bem-estar pessoal desses jornalistas, incluindo a segurança financeira, física e psicológica. A Tabela 4 apresenta os percentuais dos entrevistados que concordaram ou concordaram plenamente que estavam preocupados com seu bem-estar pessoal devido ao trabalho.

Quando se trata de sentimentos de segurança e bem-estar, duas tendências se destacam na região. Primeiro, a maioria dos jornalistas latino-americanos afirmou estar preocupada com seu bem-estar emocional e mental devido às tensões relacionadas ao trabalho. Segundo, mais jornalistas mulheres expressaram preocupação com todas as formas de segurança do que seus colegas homens.

A preocupação com o bem-estar emocional e mental é expressa de forma consistente em todos os países, por mais de 7 em cada 10 jornalistas na região, em média. Essa preocupação é especialmente prevalente entre jornalistas no Brasil, El Salvador e Peru, enquanto menos jornalistas no Chile e na Costa Rica manifestaram preocupação com seu bem-estar emocional e mental. De modo geral, mais jornalistas mulheres relataram essa preocupação, com exceção do Chile, Costa Rica e Equador.

Cerca de metade dos jornalistas na região manifestou preocupação com sua estabilidade financeira, em percentuais relativamente consistentes entre os países. Em contraste, o desgaste físico variou significativamente entre os países, com mais jornalistas expressando preocupação no Peru e em El Salvador, e relativamente menos na Argentina e no Chile. Assim como no caso do bem-estar emocional, as mulheres também tendem a manifestar mais preocupação com a segurança econômica do que os homens na maioria dos países, especialmente na Colômbia, México, Peru e Venezuela. Embora as preocupações com a segurança física sejam mais equilibradas, jornalistas mulheres em países como El Salvador, Peru e Venezuela relataram níveis significativamente maiores de preocupação do que os homens.

Pesquisas anteriores sugerem que o desgaste emocional é causado por perigos físicos, assédio e pressões econômicas. Em regiões com estado de direito fraco, os jornalistas frequentemente são expostos a traumas indiretos por meio da cobertura jornalística e também são diretamente submetidos à violência e intimidação. A impunidade generalizada para essas agressões alimenta um clima de medo. Além dessas ameaças físicas, a insegurança econômica adiciona uma camada extra de estresse, especialmente para jornalistas freelancers e profissionais em início de carreira, que muitas vezes trabalham sem contratos, benefícios ou estabilidade no emprego. Muitos precisam conciliar vários empregos de baixa remuneração apenas para sobreviver, o que pode levar ao esgotamento e comprometer sua independência editorial. Jornalistas mulheres são especialmente vulneráveis, enfrentando maior insegurança econômica devido à discriminação sistêmica e às oportunidades limitadas de ascensão profissional. Esses desafios são ainda mais agravados para mulheres e jornalistas de minorias étnicas, que enfrentam ameaças múltiplas e menos proteção.

Tabela 4. Preocupações com o bem-estar relacionadas com o trabalho

Porcentagem de pessoas que concordam ou concordam totalmente, por gênero

País	Emocional-mental		Físico		Financeiro	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Argentina	69	67	20	13	40	39
Bolívia	67	73	56	57	47	49
Brasil	77	90	47	49	47	52
Chile	61	61	23	14	35	38
Colômbia	66	77	49	40	50	56
Costa Rica	70	59	31	25	42	44
Equador	72	68	62	57	55	55
El Salvador	82	85	67	74	48	53
México	72	79	56	54	44	59
Peru	82	85	75	76	43	57
Venezuela	75	82	62	66	50	58
Região	71	77	49	48	45	52

Rotinas e apoio para a segurança coletiva

Como os jornalistas respondem a esses desafios? Eles recorrem aos colegas para apoio social e segurança coletiva, e se autocensuram quando necessário, mas poucos buscam proteção governamental. O WJS perguntou aos jornalistas sobre as medidas que tomaram para se manterem seguros após um ataque, bem como a quem recorreram para apoio. As respostas constam na Tabela 5. Fazer treinamentos de segurança e autocensurar informações sensíveis foram práticas adotadas por cinco em cada 10 e quatro em cada 10 jornalistas na região, respectivamente. Proporções maiores de jornalistas adotaram essas práticas em países onde ataques à imprensa por parte do governo, forças de segurança e organizações criminosas são comuns. Mais de cinco em cada seis jornalistas nesses países também relataram usar redes digitais de segurança para se comunicar com colegas: El Salvador (63%), Bolívia (56%), México (56%) e Venezuela (56%). Jornalistas em toda a região buscaram principalmente apoio uns nos outros após uma agressão (79%) e também — embora com menos frequência — nas suas organizações de mídia (67%). Pouquíssimos jornalistas em qualquer país buscaram apoio de entidades governamentais, demonstrando a falta de confiança dos jornalistas na proteção institucional em toda a região.

Tabela 5. Medidas de proteção utilizadas

Porcentagem de pessoas que referiram o uso de alguma medida de proteção

País	Receberam formação em segurança (%)	Utilizaram redes de comunicação (%)	Praticaram a autocensura (%)	Procuraram proteção governamental (%)	Receberam apoio social dos colegas (%)	Receberam apoio dos veículos (%)
Argentina	29	21	42	6	80	63
Bolívia	71	56	33	25	92	83
Brasil	37	19	55	4	80	54
Chile	—	—	32	—	—	—
Colômbia	43	27	46	14	71	58
Costa Rica	21	15	31	4	68	66
Equador	65	29	33	17	77	68
El Salvador	75	63	59	7	75	69
México	57	56	55	14	80	65
Peru	69	19	10	21	73	73
Venezuela	68	56	64	11	85	76
Região	53	36	42	12	79	67

Nota: Com base nas respostas sim/não

Apoio à democracia

As dificuldades relacionadas à segurança e ao bem-estar dos jornalistas caminham paralelamente aos desafios enfrentados pela democracia representativa nesses países. Considerando o papel de apoio que o jornalismo pode desempenhar na democracia, é útil entender se os jornalistas que trabalham em ambientes adversos ainda acreditam em uma missão de serviço público. A pesquisa do WJS perguntou aos jornalistas o quanto importante era para eles cumprir uma série de papéis comumente associados a modelos normativos de jornalismo e democracia. A Tabela 6 lista alguns desses papéis. Os cinco primeiros estão geralmente associados ao modelo liberal de imprensa, no qual os jornalistas apoiam uma cidadania informada e engajada por meio da cobertura neutra dos assuntos públicos, incluindo trabalhos que monitoram o poder, destacam problemas, fornecem análises e apresentam pontos de vista opostos. Os quatro papéis restantes são do modelo democrático, em que os jornalistas apoiam mudanças sociais positivas por meio da defesa de causas, oferecendo possíveis soluções para problemas sociais e priorizando as necessidades de grupos marginalizados. A tabela apresenta a porcentagem de jornalistas em cada país que responderam que um determinado papel era “muito importante” ou “extremamente importante”, em vez de “moderadamente”, “pouco” ou “nada” importante.

Tabela 6. Percentagem de participantes que manifestaram um forte apoio a um papel

Conceção do papel liberal e conceção do papel de mudança social

País	Conceção do papel liberal					Conceção do papel de mudança social				
	Ser um observador imparcial	Monitorar e examinar o poder	Dar visibilidade aos problemas sociais	Fornecer análises de eventos atuais	Permitir que as pessoas expressem as suas opiniões	Defender a mudança social	Promover a paz e a tolerância	Propor possíveis soluções	Falar em nome dos marginalizados	
Argentina	68	71	90	81	86	65	76	65	70	
Bolívia	87	73	94	86	87	83	95	84	68	
Brasil	73	85	93	85	80	78	83	81	72	
Chile	88	91	96	89	95	63	84	72	80	
Colômbia	86	83	94	90	91	80	91	79	83	
Costa Rica	81	87	95	87	91	78	83	82	85	
Equador	80	69	86	83	84	84	86	82	85	
El Salvador	77	86	94	88	88	75	80	80	88	
México	91	87	97	90	91	82	87	78	88	
Peru	84	80	91	87	84	84	92	89	93	
Venezuela	81	78	92	83	87	77	85	83	87	
Região	81	81	93	86	87	77	86	79	81	

As tendências na região incluem altos níveis de apoio à maioria das responsabilidades associadas às concepções ocidentais dos papéis democráticos da imprensa. Entre os papéis com maior aprovação estão os papéis liberais, como lançar luz sobre os problemas da sociedade (93%), fornecer análise dos assuntos atuais (86%) e permitir que as pessoas expressem suas opiniões (87%). Outros papéis que priorizam a intervenção em prol da mudança social, incluindo a defesa da paz e da tolerância (86%) e a fala em nome dos grupos marginalizados (81%), receberam aprovação em níveis semelhantes aos ideais liberais. O apoio a destacar publicamente os problemas da sociedade e promover mudanças sociais por meio da defesa da paz, da tolerância e das necessidades dos grupos marginalizados é notável, considerando grande parte da história — e do contexto atual — da região, marcado por discriminação generalizada, corrupção e abusos.

É importante notar que, mesmo quando os jornalistas expressam apoio a papéis que fortalecem a democracia, na prática eles nem sempre conseguem cumpri-los. Uma explicação para as diferenças entre expressão e prática é o nível de autonomia que os jornalistas têm em suas reportagens. A pesquisa do WJS pediu aos jornalistas que avaliassem quanta liberdade eles têm para escolher as pautas em que trabalham e quais aspectos enfatizar. Em toda a região, a maioria dos jornalistas afirmou acreditar que possui “muita liberdade” para tomar decisões editoriais. Apesar cerca de 30% dos jornalistas responderam que tinham pouca ou nenhuma liberdade. Isso contrasta com os relatos de vitimização e preocupação com o bem-estar, levantando questões sobre como os jornalistas processam as restrições editoriais em seu próprio trabalho.

Conclusões

Apesar dos ataques generalizados contra jornalistas e das preocupações persistentes sobre seu bem-estar financeiro, físico e mental, os resultados das pesquisas do WJS realizadas em toda a América Latina oferecem um otimismo cauteloso sobre o potencial do jornalismo para fortalecer a democracia na região. Os mais de 4.000 jornalistas em atividade entrevistados em 11 países parecem estar profundamente conscientes dos desafios estruturais e contextuais que enfrentam. Ainda assim, demonstram uma notável resiliência profissional — frequentemente optando pela colaboração em vez da autocensura e buscando ativamente apoio de colegas e organizações de mídia para enfrentar ameaças com mais segurança.

Em diversos contextos nacionais, os jornalistas latino-americanos adotam consistentemente papéis liberais democráticos, incluindo responsabilizar o poder, expor problemas sociais e facilitar o discurso público. Esses papéis são amplamente reconhecidos como essenciais para manter os freios e contrapesos necessários a uma democracia saudável. Regionalmente, os jornalistas reconhecem sua função independente e de contraponto dentro dos sistemas democráticos. Além disso, em países marcados por violência persistente, desigualdade e discriminação, os jornalistas vão além ao apoiar um modelo democrático de imprensa que busca promover mudanças sociais positivas. Esse compromisso com um jornalismo transformador pode contribuir para tornar a democracia mais sensível às deficiências sociais — e, em última análise, mais sustentável.

Os capítulos a seguir oferecem um olhar mais aprofundado sobre o estado do jornalismo em cada país. Alguns países, como a Costa Rica (ver página 38), se destacam como exemplo — e também como alerta. De modo geral, as respostas da pesquisa na Costa Rica indicam uma democracia segura e estável, favorável ao jornalismo independente. No entanto, não se pode negar que a retórica presidencial voltada a desmerecer a imprensa e a recente queda nos rankings de liberdade de imprensa sugerem motivos de preocupação, especialmente considerando as baixas classificações democráticas e de liberdade de imprensa em países vizinhos da América Central, como Nicarágua e El Salvador.

Países como Brasil (ver página 48), El Salvador (página 32), México (página 24), Peru (página 75) e Venezuela (página 55) também se destacam, pois os jornalistas nesses países estão mais preocupados com seu bem-estar emocional-mental ou segurança física do que a média regional. Esses também são países com alta frequência de ataques — tanto online quanto offline — contra jornalistas. Notavelmente, esses países têm histórias — e, em alguns casos, contextos atuais — de populismo autoritário, onde jornalistas frequentemente são alvos de governos e grupos criminosos organizados que buscam criminalizar e silenciar — seja por meio de retórica, leis ou violência — vozes independentes.

Além desses fatores contextuais, fatores estruturais também impactam o trabalho dos jornalistas. As jornalistas mulheres na Colômbia (ver página 62) e no Equador (página 70) estão entre as mais preocupadas com seu bem-estar financeiro, de forma semelhante às jornalistas de El Salvador, México, Peru e Venezuela. E na Argentina (ver página 94), Bolívia (página 80), Peru e Venezuela, os jornalistas pesquisados foram os que tinham maior probabilidade de ter pelo menos um outro emprego fora do jornalismo. A precariedade laboral — altas taxas de insegurança contratual e pluriemprego para jornalistas homens e

mulheres — representa um obstáculo significativo para o jornalismo na América Latina, muitas vezes não reconhecido, e, assim como a violência ou os ataques autoritários à liberdade de imprensa, não é algo facilmente solucionável.

Os resultados da pesquisa *Worlds of Journalism Study* apresentados neste volume oferecem mais do que um retrato da prática jornalística na América Latina — eles lançam as bases para imaginar um caminho a seguir. Os jornalistas da região atuam em um ambiente complexo, moldado pelas mudanças tecnológicas, pela erosão da confiança nas instituições democráticas (incluindo o jornalismo) e pela disseminação de desinformação e informação falsa. Esses desafios são intensificados pelo retrocesso democrático, pelas pressões autoritárias e pelas crises contínuas de segurança e econômicas. A forma como os jornalistas respondem aos desafios estruturais e contextuais descritos neste livro tem implicações significativas para o futuro do jornalismo e da democracia. Os casos aqui analisados ressaltam o valor de compreender as experiências vividas e os valores profissionais dos jornalistas para identificar oportunidades de apoio, colaboração e reformas. Tais esforços são essenciais para proteger os direitos dos jornalistas e garantir que o jornalismo continue a desempenhar seu papel vital para a democracia em toda a América Latina.

Parte I

México e América Central



Jornalismo no México: A luta diária contra o silêncio e o controle

Armando Gutiérrez-Ortega, Universidade Autônoma da Baja California • Karles Daniel Antonio-Manzo, Universidade Ibero-Americana, Cidade do México • Mireya Márquez Ramírez, Universidade Ibero-Americana, Cidade do México • Martín Echeverría, Benemérita Universidade Autônoma de Puebla • Julieta Brambila, Pesquisadora sem afiliação institucional • Josefina Buxadé Castelán, Universidade das Américas Puebla • Celia del Palacio Montiel, Universidade Anáhuac do Norte • Rubén Arnoldo González, Benemérita Universidade Autônoma de Puebla • Luis Lemini, Universidade Anáhuac do Norte • Frida Viridiana Rodelo Amezcua, Universidade de Guadalajara • Grisel Salazar Rebollo, Universidade Ibero-Americana, Cidade do México • Sallie Hughes, Universidade de Miami

Entre violência, desconfiança e um novo modelo de governo

Desde 2019, o México é o país sem guerra aberta mais perigoso para exercer o jornalismo. A violência é a condição, a impunidade é permanente. A imprensa enfrenta ameaças que comprometem sua segurança e a liberdade de expressão de forma cotidiana. A essas condições soma-se uma relação entre meios de comunicação e autoridades ainda mais complexa com a chegada ao poder de um movimento populista em 2018, tanto no nível federal quanto estadual. Embora o cenário tenha sido extremamente difícil, a chegada do Movimento de Regeneração Nacional (MORENA) ao poder mudou a relação entre imprensa e Estado em pelo menos três aspectos evidentes:

- 1.** O gasto governamental em publicidade reduziu drasticamente os valores e a distribuição desse recurso por meio de uma mudança normativa aprovada pela nova maioria, corroendo a solvência financeira dos meios informativos de posicionamento crítico. Essa política de redução foi aplicada especialmente a veículos não alinhados ao projeto da nova administração pública (Fundar, 2021), favorecendo, por sua vez, plataformas digitais e redes sociais incondicionais à linha à linha político-ideológica hegemônica (Esteinou-Madrid, 2022 & 2023; Animal Político, 2022).
- 2.** O enfraquecimento das instituições e normas que protegem os direitos e as liberdades dos jornalistas. Um dos exemplos mais graves é o funcionamento do mecanismo de proteção a jornalistas em risco, que durante a administração de López Obrador teve a maior quantidade de propostas rejeitadas desde a criação desse mecanismo em 2012, alcançando 62% do total dos casos; enquanto que 6 dos 8 assassinatos de jornalistas que estavam sob o protocolo de proteção ocorreram entre 2019 e 2023 (Amnistia Internacional, 2024).
- 3.** A estratégia sistemática de desqualificação e assédio a meios de comunicação usando os recursos do Estado mexicano é direcionada especialmente contra empresas e jornalistas que adotam uma postura crítica em relação às políticas da administração federal (Artículo 19, 2023a; Ortiz & de Alba-Robles, 2024).

Em um contexto em que a impunidade e a vulnerabilidade são uma constante, o jornalismo mexicano teve que enfrentar níveis extremos de agressão de várias frentes, assim como os riscos e efeitos que a pandemia trouxe nas esferas econômica e emocional — condições que obrigaram os jornalistas a criar protocolos de proteção em seu ambiente familiar e a buscar apoio entre colegas como uma estratégia mais acessível para a estabilidade pessoal.

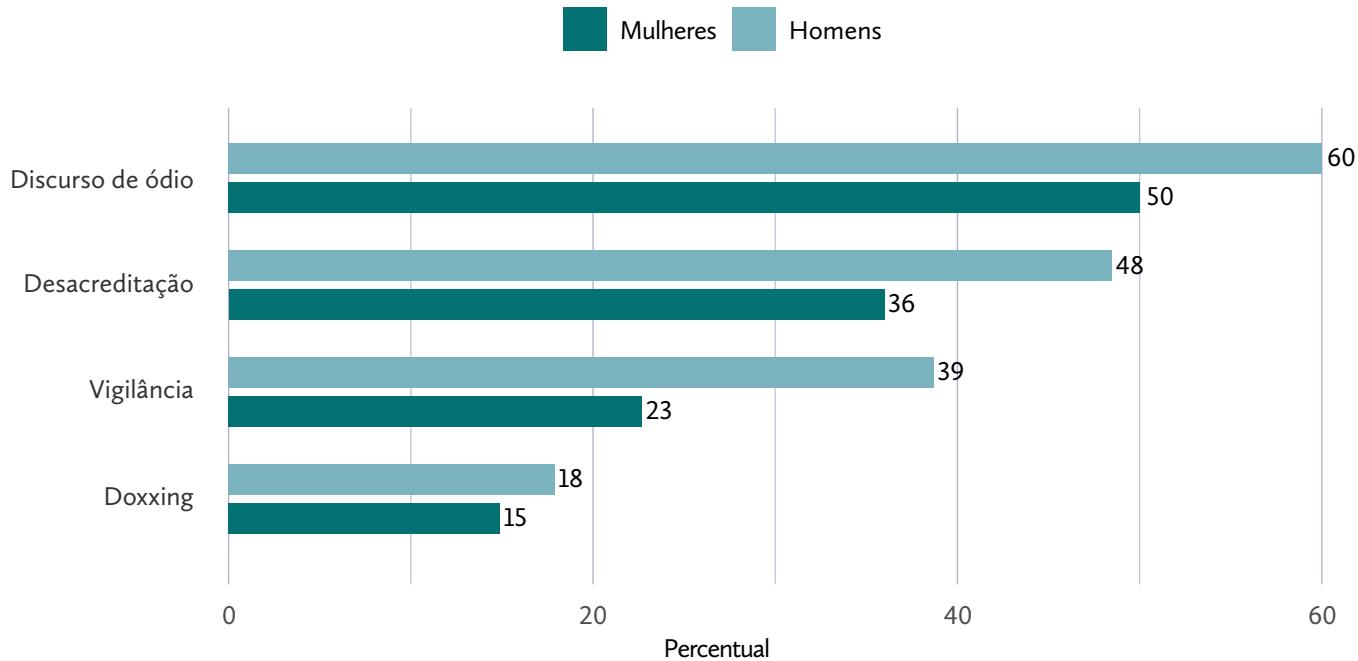
Método

Para explorar as condições de trabalho e os perfis profissionais dos 36.066 jornalistas que estimativas oficiais indicam existir no México, o território foi dividido em seis regiões subnacionais que refletem as diferenças nas condições do exercício da profissão. A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2021 e novembro de 2022, por meio de videoconferências e entrevistas presenciais. Diante da ausência de um censo nacional, a amostra foi extraída de um diretório representativo do sistema nacional de meios de notícias, baseado no tipo de meio, propriedade e importância (González et al., 2023). Dos meios selecionados, os participantes foram escolhidos aleatoriamente, com atenção à representação de níveis hierárquicos na redação e ao gênero; também se buscou um maior número de entrevistas nos meios com maior número de pessoas contratadas, ponderando-os de forma especial. A amostra foi calculada com um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, totalizando 443 jornalistas. Cerca de 46% se identificaram como mulheres e 54% como homens, sem nenhum participante que escolhesse a opção não binária; com idades médias de 37 e 43 anos, respectivamente. Dois em cada três trabalhavam em meios tradicionais.

Assédio, acusação e exposição

Ataques sofridos pelos jornalistas

Porcentagem de ataques reportados (de "às vezes" a "muito frequentemente"), por gênero



O contexto de agressões pode estar relacionado a uma estratégia estatal de assédio, acusação e exposição da imprensa crítica, patrocinada pela administração pública liderada por Andrés Manuel López Obrador até 2024. Isso fica evidente em quatro ações particulares:

1. A hostilidade do discurso presidencial contra o jornalismo não oficialista. As conferências matinais do executivo federal, usadas como estratégia de comunicação oficial, foram uma plataforma onde a imprensa foi agredida uma vez a cada 24 horas (Artículo 19, 2024), atuando como um meio de ressonância para a desvalorização e hostilidade de uma parte da sociedade mexicana em relação aos jornalistas, como mostram as prevalências na opinião dos entrevistados relacionadas à frequência de insultos ou discursos de ódio que 5 em 10 jornalistas relataram vivenciar (19% frequentemente ou muito frequentemente, 36% às vezes) e ao questionamento de seus princípios morais, que 3 em 10 jornalistas relataram (12% frequentemente ou muito frequentemente, 18% às vezes).
2. A vigilância e o controle do espaço digital por parte do Estado mexicano, denunciados por organizações civis desde a presidência anterior, parecem continuar no governo de López Obrador. De acordo com a pesquisa da Rede em Defesa dos Direitos Digitais, ARTICLE 19 México e América Central, SocialTIC e Citizen Lab da Universidade de Toronto, há uma alta probabilidade de que o exército esteja por trás dos ataques com *spyware* a jornalistas, limitando sua liberdade de ação diante do risco latente de serem observados. Dessa forma, 3 em cada 10 participantes do estudo consideram que foram vítimas de vigilância (12% frequentemente ou muito frequentemente, 20% às vezes).
3. O descuido deliberado dos protocolos de proteção à integridade dos jornalistas e suas informações pessoais ficou evidente entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2024, período em que o presidente expôs deliberadamente as informações pessoais de três jornalistas: Carlos Loret de Mola em fevereiro de 2022, Raymundo Riva Palacio em julho de 2023 e Natalie Kitroeff em fevereiro de 2024. Além de expor casos específicos, em 2024 ocorreu o vazamento online da lista com dados pessoais, fotografias e documentos de identificação de 263 jornalistas que cobriam as conferências matinais do executivo federal (Osorio, 2024; Artigo 19, 2024). O vazamento aconteceu após a realização da pesquisa, mas revela um contexto em que cerca de 2 em cada 10 participantes relataram que suas informações pessoais foram divulgadas (7% frequentemente ou muito frequentemente, 16% às vezes) ou sofreram invasão de contas ou bloqueio de sites (5% frequentemente ou muito frequentemente, 11% às vezes).
4. A erosão das instituições garantidoras do livre exercício do jornalismo sob o argumento da política de austeridade ou a desqualificação direta dos poderes executivo e legislativo. Órgãos como o Instituto Nacional de Acesso à Informação e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos tiveram suas capacidades reduzidas devido ao corte sistemático de seus orçamentos, à omissão na nomeação de seus membros e ao questionamento público de sua função social. Até 2022, a única recomendação atendida pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos relacionada à proteção da classe jornalística esteve vinculada à reclamação da titular da Notimex, Sanjuana Martínez, a quem foi negada a proteção por sua condição de funcionária pública. A dissolução ou colonização militante de órgãos públicos autônomos como o INAI representa um sério retrocesso rumo a um México autoritário. Também são insuficientes os resultados da Fiscalía Especial para la Atención de Delitos cometidos contra la Libertad de Expresión (FEADLE), que desde sua criação em 2010 até dezembro de 2022, conseguiu apenas 32 sentenças definitivas de um total de 1.592 investigações por crimes contra jornalistas.

Esse retrocesso institucional pode gerar desconfiança dos jornalistas em relação a entidades que deveriam apoiá-los na sua proteção. À pergunta sobre se buscaram apoio ao serem ameaçados ou atacados, o apoio governamental foi o menos procurado pelos jornalistas participantes do estudo, com apenas 9% dos homens

e 4% das mulheres. Em contraste, o apoio dos colegas foi o mecanismo mais buscado, por 44% dos homens e 36% das mulheres, um pouco acima do pedido de apoio dos seus próprios meios (38% dos homens e 27% das mulheres) e muito mais buscado do que as associações de jornalistas que foram criadas nos últimos anos como forma de proteção coletiva, indicando limitações em seu alcance (18% dos homens, 12% das mulheres).

Autoproteção e apoio mútuo

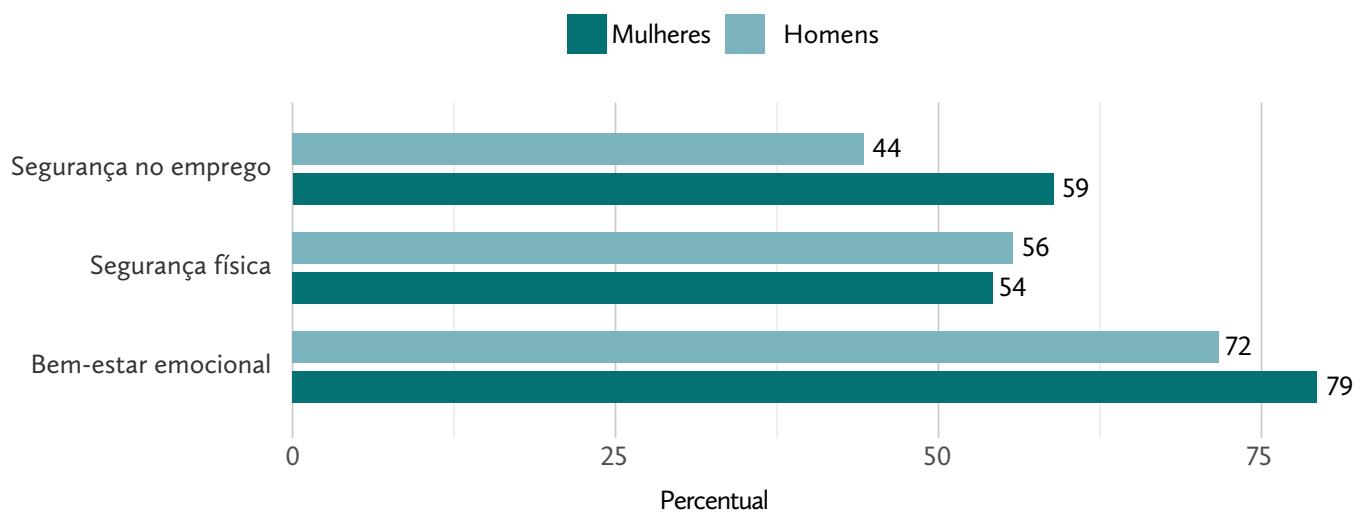
Diante da ausência ou fragilidade de estruturas formais que os protejam, os jornalistas recorrem a estratégias de autoproteção e apoio mútuo contra ataques de organizações criminosas, políticos, governos locais e federal, e forças de segurança. 90% dos entrevistados dão ênfase especial à verificação dos fatos, o que permite reduzir o risco de ataques legais. Como outra forma de autoproteção, mais da metade (57%) recebeu treinamento em segurança ou desenvolveu redes de comunicação com colegas para ter assistência imediata (56%), 46% modificaram suas rotinas para evitar contextos de risco, 40% ocultam a identificação da organização de mídia para a qual trabalham como forma de evitar serem reconhecidos como jornalistas, 36% estendem essa estratégia à redação, publicando de forma anônima para evitar possíveis represálias, e 30% trocaram seu número de telefone ou adotaram medidas de segurança em seus dispositivos para reduzir o risco de vigilância.

As estratégias de autocensura também são frequentes, por isso mais da metade (55%) dos entrevistados limita sua cobertura para evitar represálias, enquanto quase 5 em 10 jornalistas (48%) reduz seu tempo em zonas de risco e 24% muda de temas, evitando seções sensíveis como crime organizado e política. 13% passa suas pistas ou histórias para meios internacionais, que podem retorná-las ao público mexicano, porém sob outra assinatura e bandeira. A falta de capacidade de seus próprios meios para apoiá-los levou 11% dos jornalistas a trocar de organização e 6% a migrar para outras cidades para garantir sua segurança.

Segurança e bem-estar subjetivo

Preocupações com a segurança e bem-estar

Porcentagem de jornalistas que concordaram ou concordaram fortemente, por gênero



Os jornalistas no México trabalham em um ambiente de alto risco, marcado por agressões, ameaças constantes e níveis de impunidade que limitam o exercício da profissão, mesmo quando consideram ter margem de manobra para decidir notícias e enfoques. Essa situação os obriga a recorrer a estratégias de proteção pessoal e autocensura, afetando a liberdade de expressão e a qualidade informativa em geral. A ausência de um marco institucional efetivo para proteger a imprensa, somada à desconfiança nas autoridades, cria um contexto em que os jornalistas são particularmente vulneráveis a uma ampla gama de riscos, que vão desde a violência física até o assédio digital e laboral.

Diante desse contexto, os jornalistas participantes relataram estar preocupados com seu bem-estar físico, mental-emocional e financeiro, embora a maior preocupação tenha sido com a saúde mental-emocional (43,9% dos homens e 42,1% das mulheres). Isso sugere os limites de suas estratégias de enfrentamento, incluindo principalmente as mudanças em suas rotinas e o apoio dos colegas; também revela o custo humano de trabalhar como jornalista em um contexto perigoso.

Conclusões

Segundo o Informe de Libertad de Expresión da Artículo 19 (2023b), o México está entre os países mais perigosos para exercer o jornalismo, com um aumento significativo da violência na última década. Essa situação se agrava pela falta de compromisso por parte do ministério público, de instituições de segurança pública e de organismos de defesa dos direitos humanos, o que perpetua a violência e a impunidade, limitando o direito à informação dos mexicanos (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2022).

Diante da falta de apoio de empregadores e instituições, deve-se recorrer a redes independentes de apoio e à autocensura, estratégias de ordem pessoal que refletem o enfraquecimento progressivo do marco institucional, a redução dos espaços de liberdade de imprensa e a solidão do jornalista ao tentar se proteger. A necessidade de evitar a cobertura de temas como crime organizado e política restringe cada vez mais o alcance da informação que a sociedade recebe, afetando seu direito de estar informada.

O México deve enfrentar desafios cada vez mais complexos para construir um ambiente no qual a imprensa possa exercer seu papel democrático sem medo. As estratégias de proteção usadas pelos jornalistas evidenciam a necessidade de uma mudança estrutural na preservação de seus direitos, assim como o acompanhamento e a solidariedade da sociedade em geral, sem os quais a informação, a liberdade e a democracia também estarão sob ameaça.

Referências

- ❖ Amnistía Internacional. (2024). *México: La verdad se protege*. <https://www.amnesty.org/es/documents/amr41/7666/2024/es/>
- ❖ Animal Político. (Agosto 16, 2022). *El gobierno de AMLO gasta 75% menos en publicidad oficial, pero mantiene malas prácticas*. Animal Político. <https://www.animalpolitico.com/2022/08/gobierno-amlo-gasta-menos-publicidad-oficial-malas-practicas>

- ✉ Artículo 19. (Marzo 23, 2023a). *Informe de libertad de expresión en México*. <https://ifex.org/es/voces-contra-la-indiferencia-el-informe-anual-de-article-19/>
- ✉ Artículo 19. (Septiembre 19, 2023b). *Informe semestral 2023: violencia contra la prensa entre ataques, estigmatización y ausencia del Estado*. Artículo 19. <https://articulo19.org/informe-semestral-2023-violencia-contra-la-prensa-entre-ataques-estigmatizacion-y-ausencia-del-estado/>
- ✉ Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). (2022). *Situación de los derechos humanos en México*. <https://www.oas.org/es/CIDH/informes/IA.asp?Year=2022>
- ✉ Esteinou-Madrid, J. (2022). *La ley de comunicación del Plan B: inconstitucionalidad normativa*. Revista Siempre, 3636, 44 – 47.
- ✉ Esteinou-Madrid, J. (2023). *La publicidad gubernamental en el régimen de la Cuarta Transformación nacional*. Argumentos. Estudios críticos de la sociedad, 99, 139 – 172.
- ✉ Fundar. (agosto 16, 2021). *Las tendencias de la Publicidad Oficial en el segundo año de AMLO: disminución del gasto, concentración y “gasto decembrino”*. Fundar. Centro de Análisis e Investigación. <https://fundar.org.mx/publicidad-oficial-2020/>
- ✉ González Macías, R. A., García, L., Toxtle, A., Hughes, S., Del Palacio, C., & Buxadé, J. (2023). *Panorama de los medios informativos en México: Una mirada a los subsistemas regionales*. Global Media Journal México, 20(39), 89–109. <https://doi.org/10.29105/gmjmx20.39-508>
- ✉ Ortiz, L., & de Alba-Robles, M. (2024). *El periodismo y la comunicación pública en el gobierno de AMLO*. Análisis Plural, (7).

A perspectiva de um jornalista de México: A imprensa que o governo mexicano quer

Javier Garza Ramos, Fundador do *Horizonte Lagunero* e co-apresentador do *El Noti*

Quando Andrés Manuel López Obrador venceu a presidência do México em 2018, disse que seu governo seria a “quarta transformação” na história do país, pretendendo se juntar aos três grandes momentos da nação mexicana: a independência da Espanha (1810), a Reforma (1857), que estabeleceu um Estado laico, e a Revolução (1910), que derrubou uma ditadura e instituiu direitos sociais no trabalho, na propriedade e na educação.

Com essa pretensão histórica desde o início de seu governo, López Obrador e seus seguidores também quiseram que a imprensa fosse como a daqueles momentos históricos. De fato, na época da Reforma havia uma imprensa dedicada a promover ativamente a causa dos liberais liderados por Benito Juárez, que conseguiram separar o Estado da Igreja Católica. E na época da Revolução havia uma imprensa dedicada a apoiar Francisco I. Madero em sua luta contra a reeleição do ditador Porfirio Díaz.

López Obrador acreditava que seu movimento era tão importante que o dever patriótico dos jornalistas e dos meios de comunicação era apoiar seu projeto. Esse delírio marcou o jornalismo mexicano nos últimos anos, agravando situações que já eram graves anteriormente e abrindo novas frentes de hostilidade contra os jornalistas.

López Obrador ficou preso a uma visão do século 19. É verdade que, naquela época, a imprensa era vista não apenas como fonte de informação, mas também como apoio a causas políticas. As notícias tinham um viés ideológico. A existência, no México, de jornais liberais ou conservadores durante a guerra da Reforma no século 19 era semelhante à que, nas mesmas épocas, ocorria nos Estados Unidos, com jornais que apoiavam a abolição da escravidão ou a Confederação.

Mas escapava ao presidente mexicano que o jornalismo no país passou por sua própria transformação, tornando-se uma fonte de notícias independente de causas ideológicas. É verdade que, durante boa parte do século 20, caiu sob o controle político de um sistema de partido único, o PRI, que governou o México de 1929 a 2000. Os donos de jornais silenciavam as críticas para receber dinheiro de publicidade do governo e evitar problemas legais, e os donos de estações de rádio e televisão faziam o mesmo para proteger suas concessões. Foi um sistema que continuou mesmo depois de o México ter passado por alternância de partidos na Presidência e nos governos locais, pois era um arranjo confortável para todos.

López Obrador criticou muitas vezes esse sistema, o de uma imprensa que não fazia contrapeso nem vigilância ao governo e que fechava espaços para os opositores. No entanto, não era um sistema fechado, pois a própria abertura política no final do século 20 estimulou a criação de meios independentes, tanto a nível nacional quanto local. Foram investigações jornalísticas desses meios que expuseram a corrupção dos governos e que alimentaram o discurso opositor de López Obrador, segundo o qual o sistema político estava tão podre que era necessário uma mudança.

López Obrador venceu em 2018 em boa parte graças ao fato de que, antes daquele ano, havia espaços na imprensa independente e crítica que davam visibilidade ao seu movimento. Mas, quando chegou ao poder, exigiu que a imprensa não o criticasse, porque essa crítica prejudicaria seus grandes desígnios históricos. É verdade que muitos meios se submeteram, temendo perder publicidade do governo em um momento de queda nas vendas comerciais, mas muitos que foram críticos em governos anteriores mantiveram a mesma linha.

Quando esses meios independentes começaram a publicar investigações sobre corrupção no governo, López Obrador os atacou como opositores. Meios que antes eram dos poucos que cobriam suas atividades, como o jornal Reforma ou a revista Proceso, de um dia para o outro se tornaram inimigos. López Obrador não hesitou em usar recursos do Estado para expor jornalistas com seus dados pessoais, e assim como governos anteriores usaram malware para espionar jornalistas, seu governo fez o mesmo. Ao mesmo tempo, o governo financia um grupo de pessoas que se apresentam como jornalistas em canais do YouTube ou páginas na web, mas que se dedicam a adulterar o governo.

A atitude de López Obrador em relação à imprensa também fomentou o desprezo pelos problemas que o jornalismo mexicano já enfrentava antes de 2018, em particular a violência. Sua promessa de campanha de acabar com a impunidade dos assassinatos de jornalistas nunca se cumpriu; pelo contrário, cortou o orçamento das agências dedicadas a prevenir ou investigar crimes contra jornalistas.

As reclamações de López Obrador à imprensa também serviram de exemplo para outros níveis inferiores do governo, como governadores ou prefeitos, que respondiam a reportagens investigativas com ataques, insultos e hostilidade contra os jornalistas, baseados em um raciocínio simples: se o presidente faz, por que nós não?

Embora a presidenta Claudia Sheinbaum, sucessora designada por López Obrador, em seus primeiros meses de governo não tenha recorrido ao tom insultante e desdenhoso do seu antecessor, no fundo segue a mesma linha: o jornalismo crítico é adversário e opositor, busca prejudicar o país e responde a interesses obscuros.

É assim que chegamos ao estado atual da imprensa mexicana, que está sob dois fogos: o da violência exercida por grupos criminosos ou políticos, mas também o da hostilidade promovida pelo poder.

Assédio, autocensura e vigilância do poder: As respostas dos jornalistas salvadorenhos à guerra do governo contra a imprensa

Summer Harlow, Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, Universidade do Texas em Austin

Desde que Nayib Bukele — autodeclarado como “o ditador mais legal do mundo” — foi eleito presidente de El Salvador em junho de 2019, a liberdade de imprensa no país se deteriorou significativamente. Jornalistas e veículos de comunicação têm enfrentado diversas ameaças e formas de assédio, incluindo vigilância com o software espião Pegasus (Farrow, 2022). Bukele tem usado repetidamente as redes sociais e outras declarações públicas para atacar e desacreditar a mídia independente, rotulando seus críticos como “fake news” e “mercenários”, e até mesmo os acusando de defender e estar alinhados com gangues (Vílchez, 2024; Vivanco, 2021). O governo também tem recorrido a auditorias abusivas conduzidas pelo Ministério da Fazenda, bem como a acusações criminais de lavagem de dinheiro para atacar veículos de comunicação e novas leis, como uma que proíbe a cobertura de atividades de gangues, também têm como objetivo silenciar vozes independentes (Vílchez, 2024). Como reação, pelo menos duas dúzias de jornalistas foram para o exílio ou se mudaram (APES, 2024), e até mesmo o El Faro — um premiado veículo digital independente — transferiu suas operações comerciais para a Costa Rica em 2023. “Desde 2019, El Salvador entrou para a lista de governos que veem o jornalismo independente como inimigo e eliminaram qualquer limite para agir com impunidade”, escreveu o El Faro (2023) em uma coluna explicando a mudança. “O país já não goza do direito à legítima defesa, e a vontade dos funcionários públicos está acima da lei. Por isso o El Faro transferiu seu registro legal para fora do país... Mas nossa redação continuará trabalhando em El Salvador... Ou seja, nosso jornalismo não vai a lugar algum. Mudamos para continuar trabalhando de forma independente, crítica e menos exposta à arbitrariedade do regime de Bukele. Saímos como forma de permanecer.”

Os salvadorenhos vivem sob um Estado de Exceção declarado como “emergencial”, com direitos constitucionais e garantias de devido processo suspensos desde março de 2022 (HRW, 2024). Durante esse período, a taxa historicamente alta de homicídios e os níveis de atividade de gangues no país caíram para níveis recordes, o que ajudou a consolidar a popularidade de Bukele e, em parte, levou à sua reeleição por ampla maioria em 2024 — apesar de a constituição proibir mandatos consecutivos. Bukele expandiu seu controle sobre os tribunais e o legislativo, e a Transparência Internacional (2024) classificou El Salvador em 130º lugar entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção. Sem ser contido pelos demais poderes do Estado, Bukele exerce um papel desproporcional na liberdade e regulação da mídia, especialmente em comparação com outros países maiores e menos autoritários da região. É nesse contexto que o ranking de liber-

dade de imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras para El Salvador caiu para a 133^a posição entre 180 países em 2024, abaixo da 115^a posição no ano anterior e despencando ainda mais desde a 81^a posição em 2019 (RSF, 2024). Organizações internacionais e jornalistas expressaram preocupação com o ambiente cada vez mais hostil. A Associação de Jornalistas de El Salvador relatou um aumento nos ataques a profissionais da imprensa (APES, 2024), alimentando a autocensura e um clima de medo e estresse. Com base em uma pesquisa representativa com 208 jornalistas salvadorenhos, este capítulo explora como a retórica anti-imprensa e a deterioração da liberdade de imprensa têm impactado as práticas, percepções e o bem-estar físico e mental desses profissionais.

Métodos

Este capítulo baseou-se em perguntas da pesquisa global *Worlds of Journalism Study*, além de questões adicionais específicas do contexto salvadorenho, relacionadas à origem e localização das ameaças contra jornalistas, mudanças no acesso à informação e a relação entre jornalistas e o poder. Jornalistas em atividade em El Salvador foram entrevistados por videochamada entre 2021 e 2024. Como não existe no país uma lista abrangente de veículos de comunicação ou de jornalistas, um grupo de pesquisadores e jornalistas, com base em El Salvador e nos Estados Unidos, elaborou uma lista de veículos jornalísticos salvadorenhos e, a partir dela, iniciou de forma sistemática o contato com uma amostra representativa desses meios para convidar jornalistas a participarem da pesquisa. Convites também foram enviados por e-mail através da lista de contatos do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. Somente jornalistas atuando em veículos de notícias foram incluídos. Dado o contexto da mídia no país, muitos profissionais demonstraram receio em participar da pesquisa. No total, 245 jornalistas responderam ao questionário, mas, devido a respostas incompletas, apenas 208 respondentes foram incluídos neste estudo.

Perfil demográfico

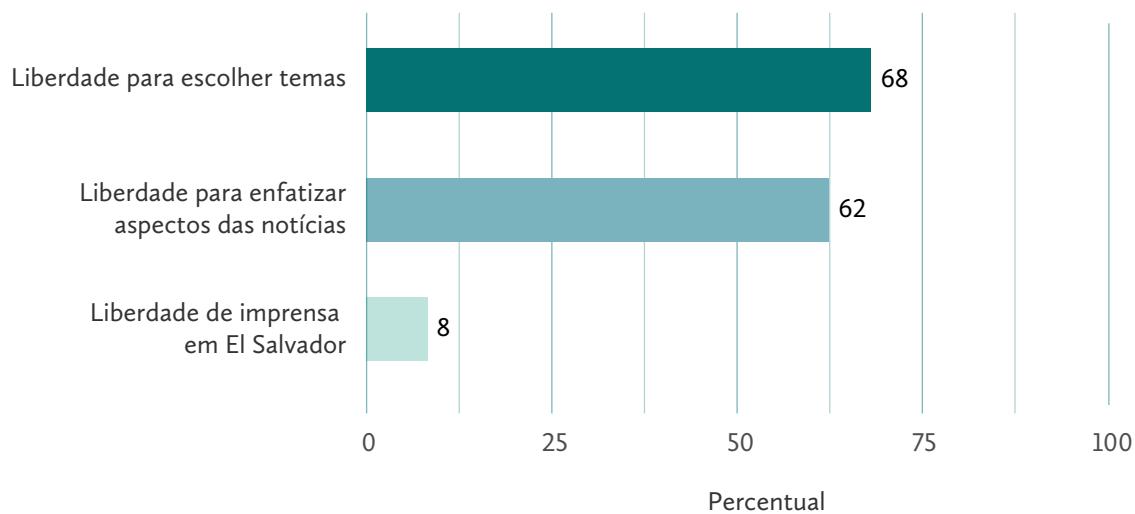
Em comparação com a maioria dos outros países latino-americanos destacados neste livro, os jornalistas salvadorenhos são mais jovens, com uma média de idade de 38 anos entre os homens e 36 anos entre as mulheres. Pouco menos da metade (47%) dos respondentes eram mulheres. A maioria (95%) tinha formação ou treinamento formal em jornalismo e acumulava, em média, cerca de 12 anos de experiência na profissão. Em relação à ideologia política, a maioria se identificava com uma posição centrista (18%) ou levemente inclinada à esquerda (37%). A maioria dos jornalistas entrevistados trabalhava em veículos nativos digitais (34%) ou em jornais impressos (28%), e a maioria (63%) estava baseada na capital, San Salvador. Embora os veículos nativos digitais possam estar super-representados na amostra — especialmente em comparação com outros países da região —, isso está em acordo com estudos anteriores realizados em El Salvador, nos quais entre 40% e 50% dos respondentes relataram trabalhar para sites nativos digitais. Além disso, esses veículos são conhecidos por sua maior independência em relação à mídia tradicional, o que provavelmente fez com que jornalistas desses meios estivessem mais dispostos a responder à pesquisa do que jornalistas da mídia tradicional, historicamente mais alinhada a interesses empresariais e políticos (ver Harlow, 2023).

Liberdade de imprensa em risco

A situação da liberdade de imprensa, na perspectiva dos jornalistas, é complexa. Mais de dois terços dos respondentes (68%) afirmaram ter muita ou total liberdade para escolher suas próprias pautas, e 62% disseram ter muita ou total liberdade para decidir o que enfatizar em suas reportagens — o que indica um nível considerável de autonomia individual. Ao mesmo tempo, porém, apenas 8% dos jornalistas disseram que há muita ou total liberdade de imprensa em El Salvador de forma geral. Na verdade, quase metade (47%) afirmou que há pouca ou nenhuma liberdade de imprensa no país.

Percepção da liberdade de imprensa em El Salvador

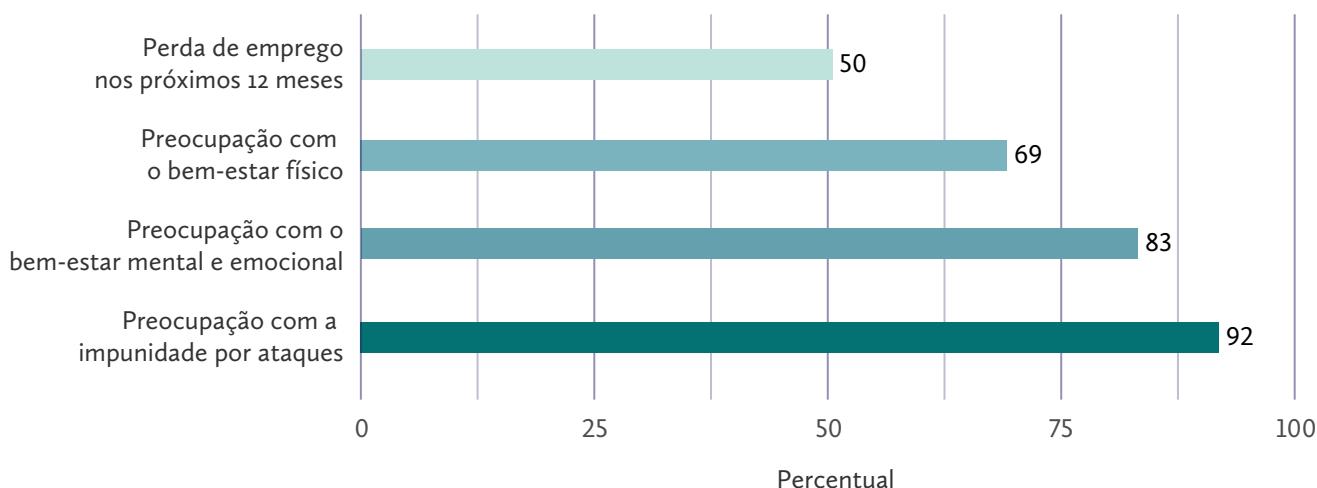
Porcentagem de veículos de comunicação que reportam “muita” ou “total” liberdade de imprensa



Uma percepção tão sombria sobre a liberdade de imprensa em El Salvador não é surpreendente, considerando as experiências dos jornalistas com ameaças e assédio. Os jornalistas salvadorenhos demonstraram mais preocupação com seu bem-estar físico e mental do que os profissionais da maioria dos outros países latino-americanos incluídos no estudo *Worlds of Journalism*. Quase 70% dos jornalistas salvadorenhos concordaram ou concordaram totalmente que estavam preocupados com seu bem-estar físico, e 83% manifestaram preocupação com seu bem-estar emocional e mental. Essas preocupações são respaldadas pelos relatos de assédio que afirmaram ter sofrido: mais de um terço dos respondentes (36%) disseram que muito frequentemente ou frequentemente foram alvos de discursos ofensivos ou de ódio; 34% relataram ter sido desacreditados publicamente com frequência; 18% afirmaram ter sido vigiados muito frequentemente ou frequentemente; 19% disseram que sua moralidade foi questionada com frequência; 13% afirmaram que tiveram suas contas de redes sociais invadidas ou bloqueadas com frequência; 6% relataram ter sofrido assédio ou agressão sexual com frequência; e cerca de 3% disseram que seus familiares foram muito frequentemente ou frequentemente alvo de intimidação. Somados, esses resultados revelam um padrão alarmante de assédio direcionado a enfraquecer e silenciar os jornalistas.

Preocupações com o emprego entre jornalistas

Porcentagem de pessoas que concordam ou concordam fortemente

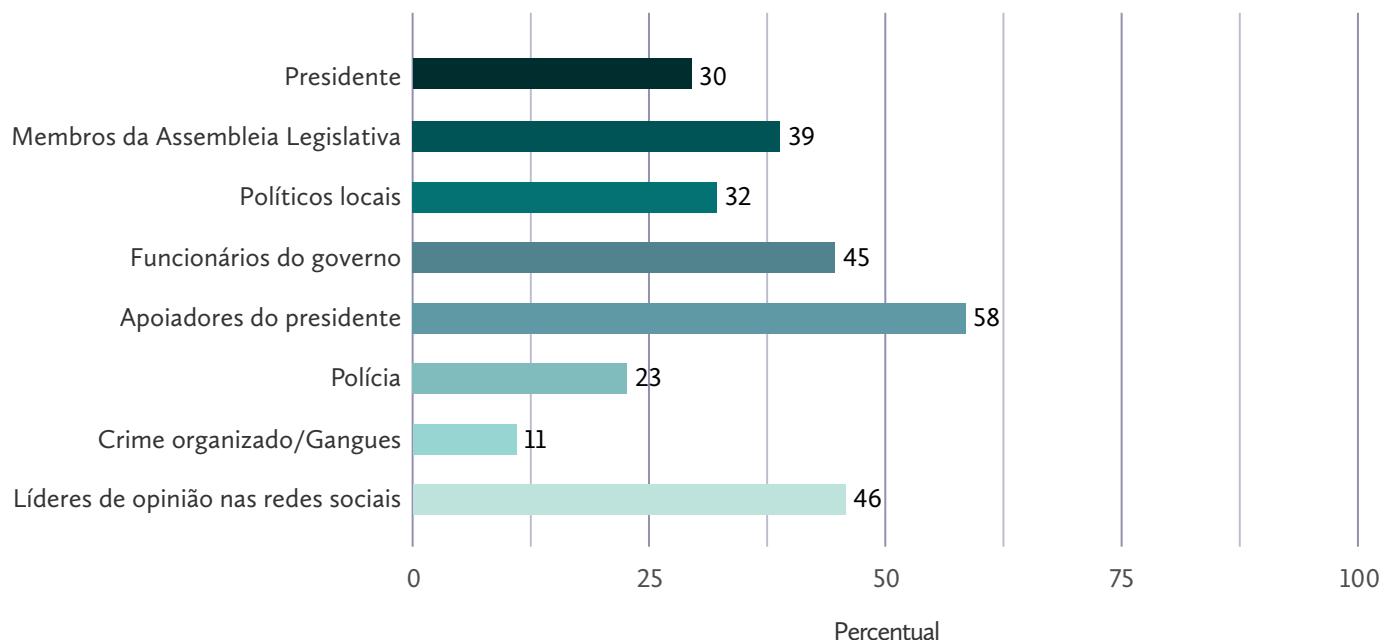


As ameaças e o assédio, segundo os jornalistas salvadorenhos pesquisados, frequentemente ou muito frequentemente vêm do presidente (30%), da Assembleia Legislativa (39%), de políticos (32%) e de funcionários do governo (45%). Notavelmente, apenas 11% dos jornalistas disseram que as ameaças frequentemente ou muito frequentemente vinham de gangues ou do crime organizado. Esses resultados não surpreendem, considerando a postura hostil da administração Bukele em relação aos jornalistas independentes e a redução significativa da violência de gangues durante o Estado de Exceção. Talvez mais preocupante seja o fato de que quase metade (46%) dos jornalistas pesquisados afirmou que as ameaças e o assédio frequentemente ou muito frequentemente vinham de líderes de opinião nas redes sociais, e mais da metade (59%) disse que as ameaças e o assédio frequentemente ou muito frequentemente vinham dos apoiadores e aliados do presidente. Essas perguntas da pesquisa, embora não tenham sido feitas em outros países incluídos no projeto WJS, são importantes para compreender o contexto salvadorenho e o estado em transformação da liberdade de imprensa sob Bukele, que regularmente usa as redes sociais para desacreditar jornalistas. A retórica anti-imprensa de Bukele parece assim ter normalizado a agressão contra a mídia independente e reforçado a falsa narrativa de jornalistas como inimigos do Estado. Considerando que a violência online tem consequências no mundo real, o assédio partidário de jornalistas nas redes sociais deve ser um sinal de alerta.

Além do assédio, os jornalistas também enfrentam obstáculos para realizar seu trabalho. Por exemplo, 87% dos jornalistas concordaram ou concordaram completamente que ficou mais difícil acessar informações públicas desde que Bukele assumiu o governo. Cerca de 70% disseram que frequentemente ou muito frequentemente tiveram o acesso a informações e documentos públicos negado, e 35% afirmaram que lhes foi negado o acesso a uma coletiva de imprensa presidencial. “A cada dia fica mais difícil ser jornalista em El Salvador devido à falta de acesso à informação”, disse um jornalista do sexo masculino, de 42 anos, que participou da pesquisa. De forma semelhante, outro jornalista do sexo masculino, de 30 anos, afirmou: “Não existe mais informação pública.” Não é de se espantar, então, que três quartos dos jornalistas (75%) concordem ou concordem completamente que a relação entre o poder político e os jornalistas é de conflito.

Fontes de ameaças contra jornalistas

Porcentagem de veículos que reportam ameaças frequentes ou muito frequentes



Proteção e estratégias de enfrentamento

Quase todos (92%) dos jornalistas salvadorenhos pesquisados disseram concordar ou concordar fortemente que estavam preocupados com a impunidade para aqueles que causam danos a jornalistas. Mais de quatro quintos (81%) dos respondentes afirmaram concordar ou concordar completamente que as condições para o jornalismo independente estão piorando. A maioria dos jornalistas (78%) também expressou preocupação com o crescimento do número de veículos de comunicação alinhados ao presidente — dado obtido a partir de outra pergunta específica para El Salvador, visando compreender melhor a influência de Bukele na mídia. Metade (50%) concordou ou concordou fortemente que estava preocupada em perder o emprego no jornalismo, e quase três quartos (74%) disseram sentir-se estressados em seus trabalhos. Esses resultados reforçam a constatação anterior de que a grande maioria dos jornalistas está preocupada com seu bem-estar físico, emocional e mental. “Existe um tipo de medo na comunidade jornalística de que as coisas piorem”, disse um jornalista entrevistado, homem de 46 anos. “Não há uma boa perspectiva para o futuro e as coisas vão piorar em termos de integridade física.”

Os jornalistas entrevistados disseram que adotaram vários mecanismos de enfrentamento. Mais da metade (59%) afirmou ter se autocensurado como forma de autoproteção. Outras formas comuns de autoproteção incluíram mudar de setor ou função no trabalho (26%), alterar suas rotinas pessoais ou diárias (57%), remover ou esconder sua identificação de imprensa (50%), trocar de número de telefone (51%) e mudar ou fechar contas em redes sociais (36%). Três quartos (75%) disseram ter passado por treinamentos de segurança. As redes de apoio entre jornalistas também se mostraram valiosas, já que 69% disseram receber suporte de seus próprios veículos, 75% receberam apoio de colegas e 52% tiveram suporte de associações ou organizações jornalísticas.

Papéis

Embora a maioria dos jornalistas tenha classificado papéis tradicionais do jornalismo, como ser um observador neutro e informar o público, como importantes, é revelador que os papéis que os jornalistas consideraram mais cruciais para exercer estavam relacionados ao controle do poder político. Mais de quatro quintos (86%) disseram que era extremamente ou muito importante monitorar e fiscalizar o poder, quase todos (94%) afirmaram que seu papel era combater a desinformação, e 94% disseram que os jornalistas deveriam expor os problemas da sociedade.

Conclusões

“Atualmente, sabe-se que a maior ameaça aos jornalistas em El Salvador vem do governo, e não das organizações criminosas. Precisamos começar a discutir o que pode ser feito para deter ou regular isso”, disse uma jornalista de 32 anos que participou da pesquisa. Seu comentário destaca os desafios significativos ao jornalismo independente sob a administração Bukele, assim como a incerteza sobre o futuro da liberdade de imprensa e, por extensão, da democracia. Os jornalistas entrevistados para este capítulo expressaram preocupação com a hostilidade e estigmatização do governo, além da normalização do discurso e dos ataques anti-imprensa, fatores que estão impactando negativamente seu bem-estar físico e mental. Enfrentar essas questões exigirá esforços conjuntos da sociedade civil, organizações internacionais e dos próprios jornalistas para pressionar o governo a respeitar os princípios da liberdade de imprensa e o direito à informação.

Referências

- ☞ APES. (2024). Asociación de Periodistas de El Salvador. Available at <https://apes.org.sv/>
- ☞ El Faro. (2023). El Faro se cambia de casa. Available at <https://elfaro.net/es/202304/columnas/26804/el-faro-se-cambia-de-casa>
- ☞ Farrow, R. (2022). “A Hacked Newsroom Brings a Spyware Maker to U.S. Court.” The New Yorker. Available at <https://www.newyorker.com/news/news-desk/a-hacked-newsroom-brings-a-spyware-maker-to-us-court-pegasus>
- ☞ Harlow, S. (2023). Digital-native news and the remaking of Latin American mainstream and alternative journalism. Routledge.
- ☞ HRW. (2024). El Salvador. Human Rights Watch. Available at <https://www.hrw.org/world-report/2025/País-chapters/el-salvador>
- ☞ RSF. (2024). Press Freedom Index. Reporters Without Borders. Available at <https://rsf.org/en/index?year=2024>
- ☞ Sherman, C. (2024). “Coolest dictator’ to ‘philosopher king,’ Nayib Bukele’s path to reelection in El Salvador.” AP. Available at <https://apnews.com/article/nayib-bukele-el-salvador-president-oab3b1d63d3633c535b2cb9b60c56879>
- ☞ Transparency International (2024). El Salvador: Corruption Perceptions Index. Available at <https://www.transparency.org/en/countries/el-salvador>
- ☞ Vílchez, D. (2024). “A ‘culture of silence’ threatens press freedom under El Salvador President Bukele.” Committee to Protect Journalists. Available at <https://cpj.org/2024/10/a-culture-of-silence-threatens-press-freedom-under-el-salvador-president-bukele/>
- ☞ Vivanco, J.M. (2021). “La victoria de Bukele amenaza la libertad de prensa en El Salvador.” El Nuevo Herald. Available at <https://www.elnuevoherald.com/opinion-es/article249982904.html#storylink=cpy>

Preocupações emergentes sobre liberdades de imprensa e precariedade econômica na Costa Rica

Celeste González de Bustamante, Universidade do Texas em Austin • Jeannine E. Relly, Universidade do Arizona • Vanessa Bravo, Elon University • Silvia DalBen Furtado, Universidade do Texas em Austin

Introdução

A Costa Rica tinha uma população de pouco mais de 5,1 milhões de habitantes em 2025. Longe de ser o maior país das Américas em termos de população ou extensão territorial, destaca-se, no entanto, por outros indicadores, como o fato de possuir uma das democracias mais estáveis e duradouras da região e, a partir de 2024, o maior salário mínimo da América Latina (US\$ 687 por mês). Consequentemente, durante boa parte do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, a Costa Rica desempenhou um papel político, social e econômico importante na história da liberdade de imprensa e da segurança do jornalismo na América Latina, acolhendo, em particular, jornalistas exilados da região. Durante décadas — e mais recentemente diante dos regimes autoritários de Venezuela, Nicarágua e El Salvador — jornalistas têm se mudado para a Costa Rica em busca de um lugar seguro onde possam continuar exercendo sua profissão, mesmo fora das fronteiras de seus países de origem.

A terceira rodada do *Worlds of Journalism Study* (WJS) examina os níveis de risco e incerteza enfrentados pelos jornalistas, bem como as formas pelas quais eles lidam e se adaptam a esses riscos e incertezas em diferentes contextos políticos, socioeconômicos e culturais. Os resultados da primeira aplicação da pesquisa na Costa Rica sugerem que as conclusões otimistas de análises anteriores sobre o ambiente para jornalistas no país estão se esvaindo, com profissionais demonstrando preocupação com pressões políticas e econômicas — preocupações que têm implicações tanto para jornalistas locais quanto para os exilados de países vizinhos que residem na Costa Rica.

Liberdade de imprensa na Costa Rica cai em ranking global

Por mais de uma década, a Costa Rica figurou entre os 10 países do mundo com maior liberdade de imprensa. Em 2022, a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) classificou a Costa Rica em oitavo lugar entre 180 países, enquanto outras nações da América Central — especificamente El Salvador, Guatemala e Nicarágua — ocuparam as posições 112, 124 e 160, respectivamente. Dada a importância da Costa Rica como um refúgio seguro na região, jornalistas exilados da Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Venezuela se mudaram para o país, onde vivem e trabalham. Em 2024, centenas de jornalistas da Nicarágua e dezenas da Guatemala e de El Salvador estavam vivendo na Costa Rica (Pennachio, 2024).

Logo após a eleição do presidente Rodrigo Chaves Robles, em maio de 2022, tornou-se evidente que os jornalistas da Costa Rica e a liberdade de imprensa no país estavam entrando em uma fase nova e talvez sem precedentes. Em 2023, com uma nova administração no poder e com o aumento dos ataques à imprensa, a classificação da Costa Rica no ranking da RSF caiu do 8º para o 23º lugar. O presidente Chaves intimidou alguns dos meios de comunicação mais influentes do país, chamando jornalistas de “ratos” e movendo processos judiciais contra veículos de imprensa (Associação Interamericana de Imprensa, 2022). Ele também se referiu a membros da imprensa profissional como “sicarios políticos” (matadores políticos) (Jiménez Alvarado, 2024). Em 2024, a Costa Rica havia caído para a 26ª posição entre 180 países no Índice de Liberdade de Imprensa da RSF.

Além do ambiente político, apesar da nova legislação relacionada ao salário mínimo, as condições econômicas para os jornalistas pioraram consideravelmente durante e após o início da pandemia de Covid-19, em 2020. Assim como em muitas outras partes da América Latina, e do mundo, os meios de comunicação também enfrentaram dificuldades para se adaptar às mudanças tecnológicas. Além disso, o narcotráfico e a violência aumentaram no país, complicando ainda mais o ambiente em que repórteres e profissionais da mídia realizam seu trabalho.

Métodos: Parceiros comunitários e pesquisadores juntos

A equipe de pesquisa da Costa Rica adotou uma abordagem baseada na comunidade, envolvendo parceiros locais em várias fases do processo de pesquisa. Os pesquisadores colaboraram de perto com a organização não governamental *Punto y Aparte* e com sua presidente, Yanancy Noguera, que também é presidente do Sindicato de Jornalistas da Costa Rica (*Colegio de Periodistas*) e que, por muitos anos, atuou como editora-chefe do jornal *La Nación*, um dos veículos de comunicação mais importantes da América Central.

Este capítulo baseia-se em dados coletados por meio de uma pesquisa com 229 jornalistas na Costa Rica, realizada entre julho e setembro de 2023. A amostra foi obtida a partir da lista mais abrangente de veículos de comunicação e jornalistas existente no país, desenvolvida pela organização jornalística sem fins lucrativos *Punto y Aparte* e atualizada especificamente para este estudo em junho de 2023. A lista da *Punto y Aparte* incluía um total de 196 veículos de imprensa e estimava, na época, que havia aproximadamente 470 jornalistas atuando na Costa Rica. Ao revisar o número de jornalistas em atividade em cada veículo, tornou-se evidente que os meios de comunicação “grandes” na Costa Rica são aqueles com 15 ou mais jornalistas (cinco veículos); os de porte “médio” têm entre seis e 14 jornalistas (20 veículos); e os veículos “pequenos” empregam entre dois e cinco jornalistas (86 veículos). Além disso, havia 86 veículos com apenas um jornalista.

Para os fins deste estudo, os veículos de mídia foram agrupados em duas categorias: 1) veículos grandes e médios e 2) veículos pequenos e de uma pessoa. Considerando que cerca de 25% dos jornalistas trabalham em grandes veículos e cerca de 40% trabalham em veículos de porte médio, 65% dos jornalistas da amostra vieram de veículos grandes e médios, enquanto os outros 35% vieram de veículos pequenos e de uma pessoa. Os veículos de mídia foram selecionados por meio de amostragem aleatória proporcional estratificada.

Dentro de cada veículo selecionado aleatoriamente, foi usada a amostragem por conveniência para selecionar os jornalistas. A equipe da *Punto y Aparte*, que passou por treinamento em métodos de pesquisa, administrou a pesquisa. A pesquisa tem um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 4,58%.

Características dos jornalistas

Entre julho e setembro de 2023, 229 jornalistas de todo o país foram entrevistados. Trinta e dois por cento se identificaram como mulheres, 67% como homens, e menos de 1% se identificaram como não-binários. A idade média dos participantes homens e mulheres foi de cerca de 39 anos, enquanto o participante não-binário tinha 24 anos. Noventa e dois por cento dos participantes possuíam formação acadêmica ou treinamento formal em jornalismo e, em média, 15 anos de experiência profissional em jornalismo. A maioria dos jornalistas entrevistados (40,5%) trabalhava em mídia impressa. Vinte e um por cento trabalhavam para meios de comunicação televisivos, 18% trabalhavam em sites online, 5% em veículos de rádio e 3% em revistas.

Os resultados

As seções a seguir apresentam os principais temas que surgiram como os mais preocupantes e aqueles que indicam uma possível mudança no ambiente para os jornalistas na Costa Rica.

Intimidação e precariedade

Embora jornalistas na Costa Rica relatem menos experiências de agressões físicas ou legais do que a média regional, eles enfrentam agressões verbais e difamação em níveis semelhantes aos de seus colegas em outras partes da América Latina. Em consonância com o exemplo agressivo dado pelos ataques verbais do presidente Chaves, quase cinco em cada dez (47,2%) jornalistas costarriquenhos entrevistados afirmaram ter sofrido “discursos depreciativos ou de ódio” “com frequência” / “muita frequência” ou “às vezes” nos últimos cinco anos — apenas cinco pontos percentuais abaixo da média latino-americana. Embora a integridade dos jornalistas seja considerada norma no país, quase um em cada três (28,8%) jornalistas na Costa Rica indicou que sua “moral pessoal” foi questionada, o mesmo que a média regional. Da mesma forma, quase 13% relataram ter tido suas informações pessoais divulgadas online, também em linha com a média da região. Embora abaixo da média regional de 15%, quase um em cada dez (9,2%) jornalistas costarriquenhos afirmou ter sofrido bullying no ambiente de trabalho. Quase um em cada sete (13,5%) jornalistas relatou que suas contas nas redes sociais e sites foram hackeadas ou bloqueadas.

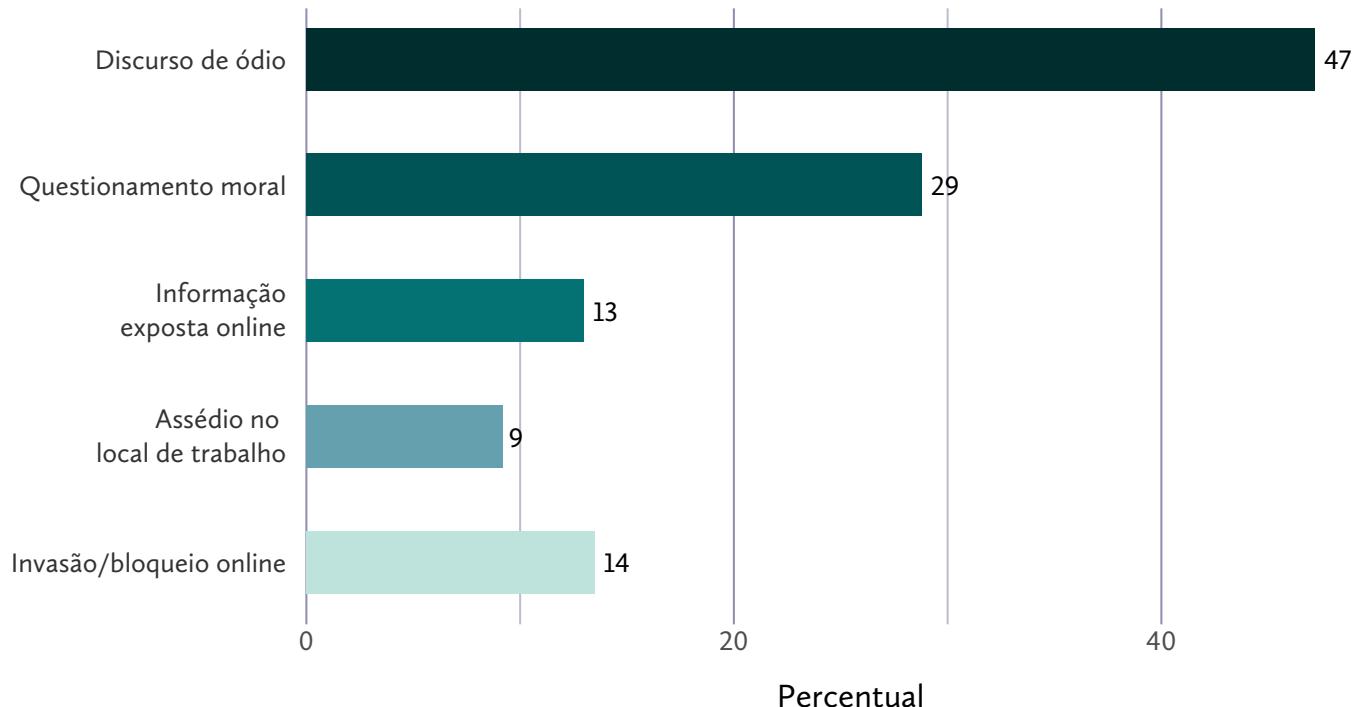
Ao mesmo tempo, a intimidação física e legal foi rara. Menos de 2% dos jornalistas na Costa Rica indicaram ter passado por “prisões, detenções ou encarceramentos” “com frequência” / “muita frequência” ou “às vezes”. Em relação a danos materiais, “invasões de escritórios, apreensões ou danos a equipamentos” também foram relatados com pouca frequência (menos de 1% afirmou ter vivenciado essas situações ao menos ocasionalmente). Ações legais também foram relativamente incomuns, com 6% da amostra relatando ter enfrentado esse tipo de situação pelo menos às vezes.

Embora o total da força de trabalho de jornalistas tenha diminuído na Costa Rica desde a pandemia, do total de entrevistados, 63,52% (n = 136 de 214 participantes) possuíam contratos em tempo integral. Uma porcentagem menor de homens (n = 87, 60,4%) relatou ter contratos permanentes em tempo integral ou por tempo determinado em tempo integral, em comparação com as mulheres, que relataram exclusivamente contratos permanentes em tempo integral (n = 49, 71%). A única pessoa jornalista não binária trabalhava em tempo parcial como jornalista. A renda mensal proveniente do jornalismo, antes dos impostos, foi em média de US\$ 1.187,50, com uma média mais baixa para os homens (US\$ 1.150/mês) do que para as mulheres (US\$ 1.550/mês). A renda média da pessoa jornalista não binária no estudo foi de US\$ 500/mês, valor abaixo do salário mínimo no país (US\$ 687/mês).

Quase um em cada três (36,2%) entrevistados trabalhava com uma editoria ou área temática específica. A maioria dos jornalistas atuava em plataformas mistas. Havia 68 (29,7%) jornalistas trabalhando predominantemente na mídia impressa, 31 (13,5%) principalmente em áudio/rádio, 48 (21%) majoritariamente em televisão/jornalismo em vídeo, 150 (65,5%) afirmaram trabalhar sempre em sites, 112 (48,9%) relataram atuar em redes sociais, 59 (25,8%) trabalhavam constantemente em aplicativos de notícias, 63 (27,5%) concentravam seu trabalho em aplicativos de mensagens, 41 (17,9%) costumavam trabalhar com newsletters por e-mail, 17 (7,4%) focavam seu trabalho em podcasts, e 4 (1,7%) atuavam em outras plataformas.

Tipos de ataques sofridos pelos jornalistas

Porcentagem de jornalistas que reportaram ameaças pelo menos "algumas vezes" nos últimos 5 anos



Segurança emocional, estratégias de enfrentamento e resiliência

Embora mais da metade dos jornalistas entrevistados não tenha relatado preocupações com seu bem-estar físico ou financeiro, eles relataram outras formas de precariedade e apreensão. Apesar de ser celebrada como um dos países mais seguros do mundo para jornalistas, os participantes da pesquisa relataram altos níveis de preocupação com o bem-estar emocional, semelhantes aos observados em outros países da região, como México, Colômbia, Brasil e Venezuela. A pessoa participante da pesquisa que se identificou como não binária relatou o maior grau de preocupação tanto com o bem-estar emocional quanto com o financeiro, acima da média regional. Jornalistas mulheres na Costa Rica relataram níveis ligeiramente mais altos de preocupação com o bem-estar relacionado às suas condições financeiras em comparação com seus colegas homens. No geral, porém, os jornalistas costarriquenhos perceberam suas condições financeiras como menos precárias do que as dos jornalistas de outros países da América Latina.

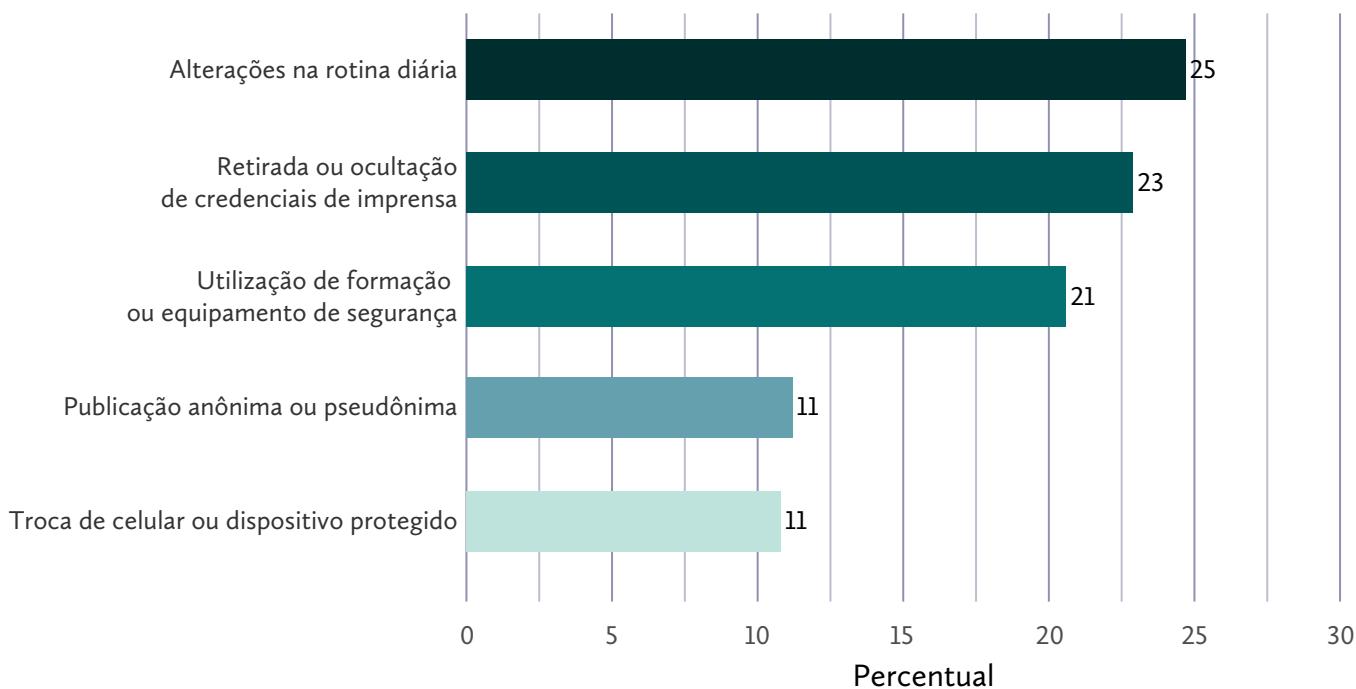
Os jornalistas costarriquenhos entrevistados indicaram que respondem às preocupações com o bem-estar emocional, físico e financeiro de diversas maneiras. Um em cada cinco (20,6%) havia participado de treinamentos de segurança ou usado equipamentos e protocolos de proteção para aumentar sua segurança física. Quase um em cada quatro (24,7%) mudou sua rotina diária pessoal, e um em cada cinco (22,9%) removeu ou escondeu suas credenciais de imprensa. Mais de um em cada dez (11,2%) relatou ter publicado anonimamente, usando um pseudônimo ou sem assinatura, como forma de aumentar sua segurança, e um em cada dez (10,8%) mudou o número de telefone ou tomou precauções adicionais para proteger seus dispositivos contra rastreamento. Esses índices estão entre os mais baixos da região.

Em toda a América Latina, as organizações de mídia são um recurso importante para os jornalistas. Na Costa Rica, a maioria dos jornalistas indicou que recebia apoio de suas redações (homens = 67,9%, mulheres = 64,9%) e de colegas de trabalho (homens = 68,7%, mulheres = 71,9%). Um em cada seis (15,2%) jornalistas costarriquenhos usou redes de comunicação com supervisores ou colegas para aumentar sua segurança. Cerca de um em cada cinco (20,2%) afirmou ter mudado de editoria ou de emprego para se sentir mais seguro. Em comparação com outros jornalistas da América Latina, menos respondentes na Costa Rica indicaram ter recebido apoio de organizações jornalísticas, como clubes de imprensa e sindicatos (homens = 15,3%, mulheres = 26,3%). Da mesma forma, apenas um em cada dez (10,2%) jornalistas costarriquenhos afirmou ter recebido apoio de “organizações não governamentais e de direitos humanos”, e 8,6% relataram ter recebido apoio de autoridades governamentais.

Em toda a região, jornalistas recorreram à autocensura como resposta ao aumento das ameaças. Apesar de apresentarem níveis mais altos de percepção de segurança, quase um em cada três (30,5%) participantes do estudo na Costa Rica relataram ter adotado a autocensura como mecanismo para aumentar a segurança. Quase um em cada cinco (18,8%) disse ter limitado o tempo que passavam em áreas perigosas ao reportar, o que novamente está abaixo da média regional (31%).

Respostas dos jornalistas à pressão

Porcentagem que reportaram medidas de segurança ou autoproteção



Perspectivas para o futuro do jornalismo e da democracia na Costa Rica

De modo geral, os jornalistas na Costa Rica parecem estar em uma situação melhor do que seus colegas na maioria dos outros países da região. No entanto, surgem áreas emergentes de preocupação. Embora esta pesquisa tenha constatado que não é comum jornalistas serem atacados fisicamente na Costa Rica, quase metade relatou que o discurso de ódio contra jornalistas parece ser um problema. O nível de preocupação com o bem-estar dos jornalistas, em meio a um ambiente no qual o presidente do país se sente encorajado a atacar verbalmente os jornalistas, e os dados relatados pela Repórteres Sem Fronteiras e outras organizações de monitoramento indicam um declínio nas liberdades de imprensa. Essas conclusões devem gerar preocupação, dado o histórico da Costa Rica como líder em liberdade de imprensa e outros direitos civis na região e no mundo. Considerando o papel da Costa Rica como refúgio seguro para jornalistas exilados na região, deve-se notar que a diminuição das liberdades de imprensa pode ter consequências negativas tanto para jornalistas locais quanto para os exilados.

As condições políticas e econômicas em declínio na Costa Rica podem, potencialmente, levar à censura de reportagens críticas sobre a região. Além disso, a administração Chaves foi considerada responsável em vários casos no Tribunal Constitucional por negar o acesso à informação a jornalistas e atacar verbalmente jornalistas e meios de comunicação. Esta administração também tem usado recursos públicos para fomentar uma rede de influenciadores online e contas de redes sociais que pressionam jornalistas críticos ao governo (Freedom House, 2023; Herrera, 2024). Por todas essas razões, há uma necessidade demonstrada de pesquisa contínua sobre as condições e o ambiente para todos os jornalistas na Costa Rica.

Referências

- ❖ Herrera, Juan José (2024, July 8). Presidencia politizó pauta estatal para asignar a medios afines al gobierno. Teletica.com. https://www.teletica.com/politica/presidencia-politizo-pauta-estatal-para-asignarla-a-medios-afines-al-gobierno-concluyen-diputados_362704
- ❖ Jiménez Alvarado, Oscar Mario. (2024). Cuarto Informe del Estado de la Libertad de Expresión en Costa Rica. Universidad de Costa Rica, PROLEDI/CICOM, ISBN 978-9930-616-08-6 (PDF).
- ❖ Freedom House (2023). Freedom of the Net 2023, País Report: Costa Rica. Freedom House. <https://freedomhouse.org/País/costa-rica/freedom-net/2023>
- ❖ Pennachio, Katherine. (2024, March 18). Exiled journalists in Costa Rica find new challenges to security and economic stability. LatAm Journalism Review. <https://latamjournalismreview.org/articles/exiled-journalists-in-costa-rica-find-new-challenges-to-security-and-economic-stability/>

A perspectiva de uma jornalista costarriquenha: Reflexão sobre as constatações do WJS na Costa Rica

Yanancy Noguera, Fundadora e diretora de Punto y Aparte

A censura à imprensa assume diversas formas. É um fenômeno não apenas global, mas também histórico, e seu uso persegue o mesmo objetivo: silenciar a imprensa independente.

Nas condições modernas de autocracia, despotismo e absolutismo nos países, assim como em todas as formas e níveis diversos de violação da democracia, o uso dos métodos de censura também se volta para criar desconfiança e dúvidas sobre a informação produzida pelo jornalismo independente. É fundamental destacar que a censura não provém apenas das fontes do poder político; ela também pode estar nas próprias organizações de mídia, que, por diversos motivos, procuram controlar o fluxo de informação próprio do trabalho de quem faz jornalismo e que compra com o princípio essencial de divulgar fatos e dados de interesse público.

Em um ambiente de censura, promove-se a autocensura. A pessoa que faz jornalismo decide, por medo e receio de represálias, omitir informações de interesse público. Pode fazê-lo conscientemente; a autocensura pode até levar a pessoa a abandonar seu trabalho. Também pode ocorrer de forma inconsciente, quando a pessoa decide “retirar” informações, “não ir” a um lugar onde se gera conteúdo valioso, ou “ignorar” um tema ou fontes específicas. Se houver censura ou autocensura, o jornalismo independente fica em risco e vulnerável. Por essa razão, não se pode tratar esse tema com leviandade. A censura e a autocensura comprometem o jornalismo e a qualidade da informação, e quando surgem — embora possam estar presentes o tempo todo — devem ser promovidas formas pré-definidas e organizadas de resistência, assim como um compromisso ético e profissional com o princípio da verdade que impulsiona o jornalismo independente.

Os públicos também se autocensuram, e isso pode acontecer devido aos complexos contextos sociais em que estão inseridos; por isso, decidem deixar de acompanhar certos conteúdos e até mesmo se afastar completamente de algum tipo de notícia.

Sob o subtítulo “Intimidação e precariedade”, o estudo aponta que a censura manifestada na Costa Rica não ocorre majoritariamente por agressões físicas, administrativas ou legais, como acontece em outros países, mas principalmente por ataques verbais. Isso foi confirmado por meio de decisões da Sala Constitucional. No subtítulo “Segurança emocional, estratégias de enfrentamento e resiliência”, fica evidente uma das realidades mais complexas de lidar: a precarização do trabalho e o impacto duplo na estabilidade financeira e emocional.

Todas essas são manifestações de censura e autocensura na imprensa e no jornalismo da Costa Rica. Não se trata de uma situação de menor preocupação e, claramente, não é um tema que diz respeito apenas aos meios de comunicação e às organizações ligadas à formação, promoção e defesa da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Agradeço a documentação dessa realidade realizada pelo estudo. Concluo com um pequeno trecho da obra universal de quase cinco séculos Dom Quixote de la Mancha, cuja sabedoria nos ilumina sobre este tema:

“(...) Finalmente, quero, Sancho, que me digas o que a respeito disso chegou aos teus ouvidos; e isso deves me dizer sem acrescentar ao bem nem tirar do mal coisa alguma; pois é dever dos vassalos leais dizer a verdade a seus senhores em sua forma e essência próprias, sem que a adulção a aumente ou outro vão respeito a diminua; e quero que saibas, Sancho, que se a verdade nua chegasse aos ouvidos dos príncipes, sem os trajes da lisonja, outros séculos passariam, outras eras seriam consideradas mais de ferro que a nossa, que entendo ser dourada dentre as que agora existem. Sirva-te este aviso, Sancho, para que com discrição e boa intenção ponhas em meus ouvidos a verdade das coisas que souberes (...).”

O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha, capítulo 2, segunda parte.

Parte 2

América do Sul



Jornalismo brasileiro: Desafios de insegurança, autocensura e disparidades de gênero

Laura Storch, Universidade Federal da Santa Maria • Marcos Paulo da Silva, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul • Janara Nicoletti, Universidade de Siegen • Kérley Winques, Universidade Federal de Juiz de Fora

Introdução

O Brasil, maior país da América Latina com 212 milhões de habitantes (IBGE, 2024), é marcado por profundas diversidades geográficas, econômicas e culturais entre suas regiões. No campo jornalístico, essas diferenças refletem as diversas realidades do país, que vão desde grandes conglomerados de mídia localizados em zonas metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, até pequenas comunidades isoladas, como as da floresta amazônica.

Não há no país um censo oficial de jornalistas, sendo que a própria definição de quem é considerado um jornalista profissional não é consensual. Entre 2000 e 2019, o Ministério do Trabalho e Emprego emitiu 142.424 registros de jornalistas (Lima et al., 2022). Neste número, estão incluídas pessoas que atuam na imprensa tradicional, no jornalismo independente e em outros setores da comunicação, como assessores de imprensa e professores de jornalismo.

Para a pesquisa internacional WJS, foram considerados profissionais formalmente contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que rege os direitos trabalhistas no Brasil. Em 2019, 43.273 pessoas atuavam como jornalistas, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia. Essa população serviu como base para definir a amostra da pesquisa no Brasil. Ao todo, 602 jornalistas participaram do levantamento, com coleta de dados entre janeiro e maio de 2023.

Contexto

A terceira onda do WJS evidencia as consequências da escalada do populismo conservador de direita no Brasil, que culminou no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), no qual ataques e descredibilização da mídia foram utilizados como estratégia política. O período de quatro anos que antecedeu o levantamento, portanto, foi caracterizado por ataques diretos e indiretos a jornalistas por parte do aparato estatal e pelo crescimento dos casos de violência física e simbólica perpetrados por políticos, anônimos, empresários, entre outros autores.

Dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2023; 2024), por exemplo, demonstraram que a violência política teve efeitos profundos na classe profissional. O número de ataques à categoria e a veículos

de imprensa em 2022 chegou a 376, e o ex-presidente Bolsonaro foi o principal agressor, sendo responsável por 104 casos (28% do total) (Fenaj, 2023). Apesar de uma leve melhora, a situação ainda preocupa após Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, ter assumido o poder em 2023. Ano em que, segundo a Fenaj (2024), houve uma queda significativa nos ataques à imprensa puxada pela redução dos casos de descredibilização e censura. Por outro lado, outros tipos de violações à liberdade de imprensa, como o assédio judicial, preocupam (Mafei et al., 2024).

Além dos ataques diretos ao campo jornalístico, o aumento da radicalização política promovido por grupos conservadores de direita também comprometeu o próprio estado democrático de direito, culminando na invasão e destruição das sedes dos três poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Essa ação teve jornalistas novamente como alvo da hostilidade. Ela pode ser comparável à invasão do Capitólio em Washington em 6 de janeiro de 2021, porém com depredação e número de presos muito maior, e o indiciamento de 37 pessoas acusadas de terem tramado um golpe de estado - entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro (Feitosa & Crisóstomo, 2024). Finalmente, é preciso destacar o período da pandemia de Covid-19, que além dos efeitos devastadores nos jornalistas, com contágios, mortes e deterioração da saúde mental, também culminou em uma política de estado calcada no negacionismo científico e ataques à imprensa.

Esse cenário complexo intensificou a precarização, os riscos e a perda de legitimidade pública da profissão. Entre as percepções de risco e insegurança dos jornalistas no período analisado, destacam-se o aumento da sensação de vigilância e as manifestações concretas de insultos e discursos de ódio recebidas. Não por acaso, o Brasil apresenta uma das maiores taxas de desconfiança nas notícias, com 54% contra a média global de 38%, segundo relatório do Reuters Institute for the Study of Journalism (2023). Assim, o ambiente de trabalho dos jornalistas no país tornou-se mais desafiador, impactando tanto a liberdade de imprensa quanto a qualidade do jornalismo, como será abordado a seguir.

Métodos

A partir do número de 43.273 profissionais em redações, de acordo com a base de dados do Ministério da Economia, ano-base 2019, foi utilizada a ferramenta online Sample Size Calculator para aferir a dimensão da amostra. Com um nível de confiança de 95% e margem de erro de 4%, a amostra mínima foi definida em 592 jornalistas, resultando em 602 respostas válidas ao final.

Para garantir a representatividade da amostra, considerando as vastas dimensões territoriais do Brasil e suas marcantes diferenças econômicas e culturais, foi utilizada uma estratificação proporcional baseada na distribuição da população brasileira (IBGE, 2021). Observa-se que as maiores empresas de comunicação e redações do país estão concentradas em duas regiões cosmopolitas, que também são os principais centros econômicos e culturais: São Paulo (22% da população brasileira) e Rio de Janeiro (8%), além da capital federal, Brasília, que, embora represente apenas 1,4% da população, concentra cerca de 5% dos jornalistas. Essa estratificação garantiu representatividade equilibrada entre as cinco regiões brasileiras e seus 27 estados, incluindo redações de pequeno e médio porte.

A pesquisa foi distribuída nacionalmente através de diferentes listas de e-mail, de entidades profissionais e trabalhistas a associações educacionais e acadêmicas. O conjunto final de dados reflete o cenário da mídia brasileira com base em: 1) diversidade regional; 2) configuração da propriedade dos veículos no país; 3) posição hierárquica dos jornalistas; e 4) o fato de a maioria dos jornalistas brasileiros atuar em veículos regionais e nacionais, que concentram o maior número de profissionais com o perfil definido pela pesquisa.

Perfil demográfico

A amostra ficou assim distribuída: 44% dos jornalistas respondentes trabalha na mídia regional, 37% na mídia nacional e 11% na mídia local. Além disso, 78% dos entrevistados atuam na mídia privada, 76% trabalham em capitais estaduais, e 51% ocupam posições intermediárias ou elevadas (14%) nas hierarquias das empresas.

Os dados coletados entre janeiro e maio de 2023 ainda revelam que a maioria dos jornalistas brasileiros tem entre 31 e 50 anos (56%), com uma distribuição equilibrada entre mulheres (50%), cuja idade média é de 39 anos, e homens (50%), com média de 42 anos. A escolarização é alta, com nove em cada dez profissionais possuindo pelo menos ensino superior completo. Em média, os participantes têm 16 anos de experiência na profissão.

Locais e condições de trabalho

A maior parte dos jornalistas brasileiros participantes da pesquisa WJS atua em veículos tradicionais, com destaque para televisão (28%) e jornais (24%). Já aqueles que trabalham em veículos nativos digitais ainda representam 15%. Porém, é importante destacar que este dado representa o veículo principal de atuação. Quando questionados sobre o número de plataformas em que atuavam, jornalistas brasileiros informaram trabalhar em média em 3,34 diferentes plataformas (sempre ou com frequência). Além disso, a maioria trabalha para mais de um tipo de editoria (média de 1,68 editorias diferentes).

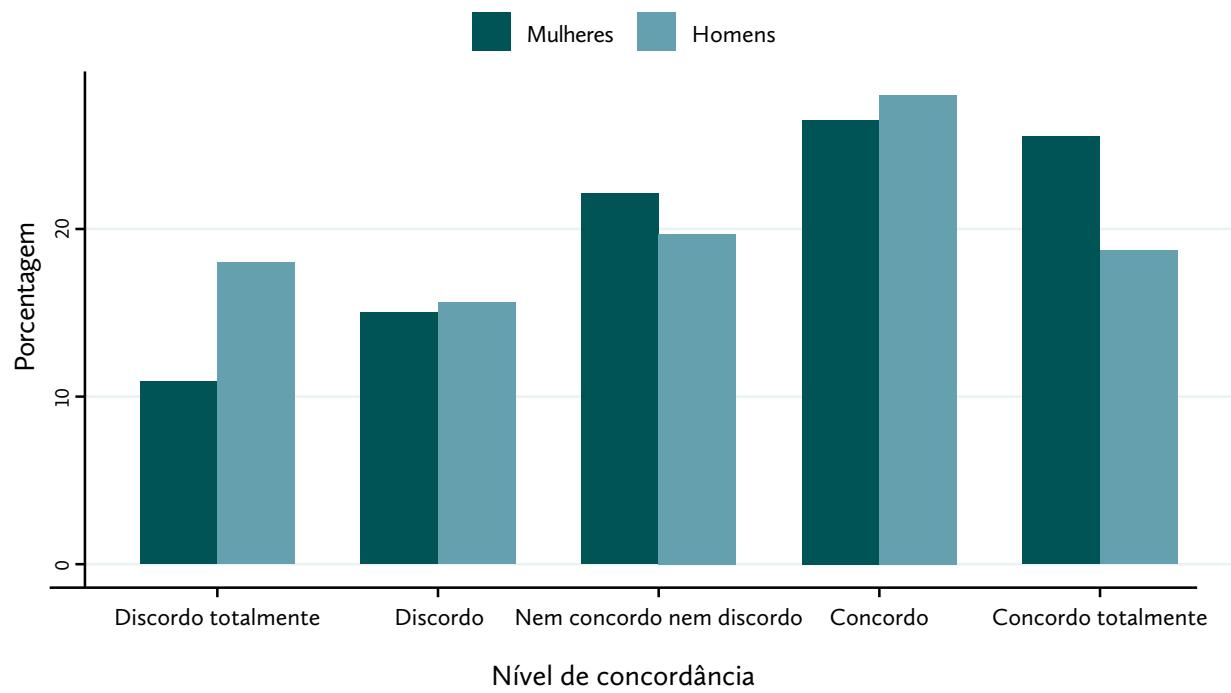
Pouco mais da metade dos jornalistas possui contratos de trabalho permanentes full-time (regidos pela legislação trabalhista ou sob regime estatutário). A distribuição deste tipo de contrato, que remete a uma maior estabilidade laboral, entretanto, não é homogênea e endereça às inequidades históricas de gênero no país. Os homens são maioria em vínculos permanentes (53% dos homens contra 48% das mulheres), assim como são os que recebem mais - um índice de 4,68 contra 4,26 das mulheres em uma escala de 1 a 10 que varia desde um rendimento inferior a um salário mínimo brasileiro até uma renda de mais de 20 salários mínimos. Esses dados também estão diretamente ligados às desigualdades históricas do país. Segundo o IBGE, em 2022, os homens receberam, em média, salários 17% superiores aos das mulheres. Isso demonstra que a realidade das mulheres no jornalismo não difere das condições enfrentadas por trabalhadoras em outras áreas do país. Mulheres jornalistas brasileiras são mais qualificadas, porém recebem menores salários e estão em minoria em cargos de chefia. Bandeira (2019) observa que, para ascender profissionalmente, é indispensável que as mulheres cumpram longas jornadas de trabalho, mantendo-se disponíveis mesmo após o expediente. Essa dinâmica evidencia uma cultura organizacional que valoriza a produtividade e a disponibilidade contínua, ignorando as especificidades e os desafios associados ao gênero.

Riscos e insegurança

Além das questões salariais e de progressão na carreira, as desigualdades de gênero no jornalismo profissional brasileiro também podem ser observadas por meio de outros indicadores. Um deles é a percepção de segurança. Jornalistas foram convidados a expressarem seu nível de concordância em afirmações sobre segurança física, bem-estar emocional e psicológico, perspectiva de carreira em 12 meses e punição a responsáveis por crimes contra a imprensa. Mulheres são o grupo com maior insegurança em todos os aspectos. Em uma escala entre 1 (discordo completamente) e 5 (concordo totalmente), elas expressaram maior preocupação em relação ao seu bem estar emocional e psicológico - uma média de 4.48 para elas, e de 4.02 dos homens. Ou seja, 89.4% das mulheres respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Tenho preocupação em relação ao meu bem-estar emocional e psicológico”. Da mesma forma, mais da metade das mulheres afirmaram temer perder o emprego nos próximos 12 meses - média de 3.41, e de 3.14 para homens. Enquanto segurança física é o aspecto que menos preocupa - média de 3.28 para mulheres e 3.21 para homens -, seguindo a mesma escala de variação. Estes dados indicam uma categoria profissional sob constante apreensão devido a instabilidade de carreira e riscos.

Preocupação com a perda de emprego no jornalismo

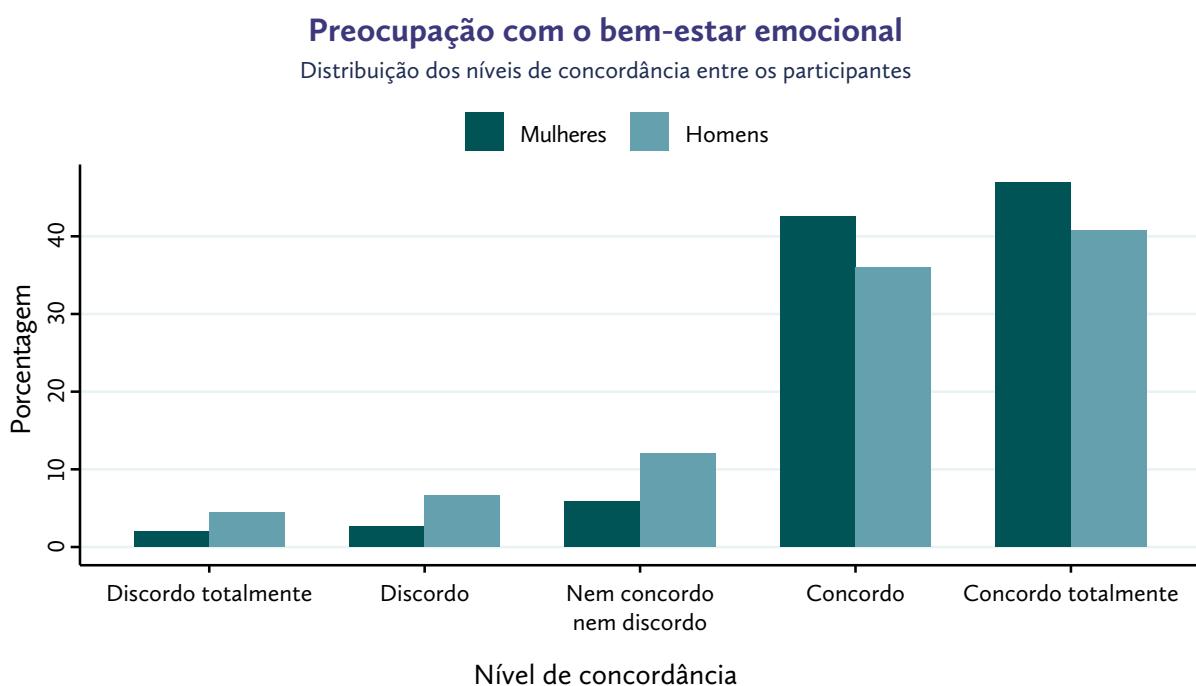
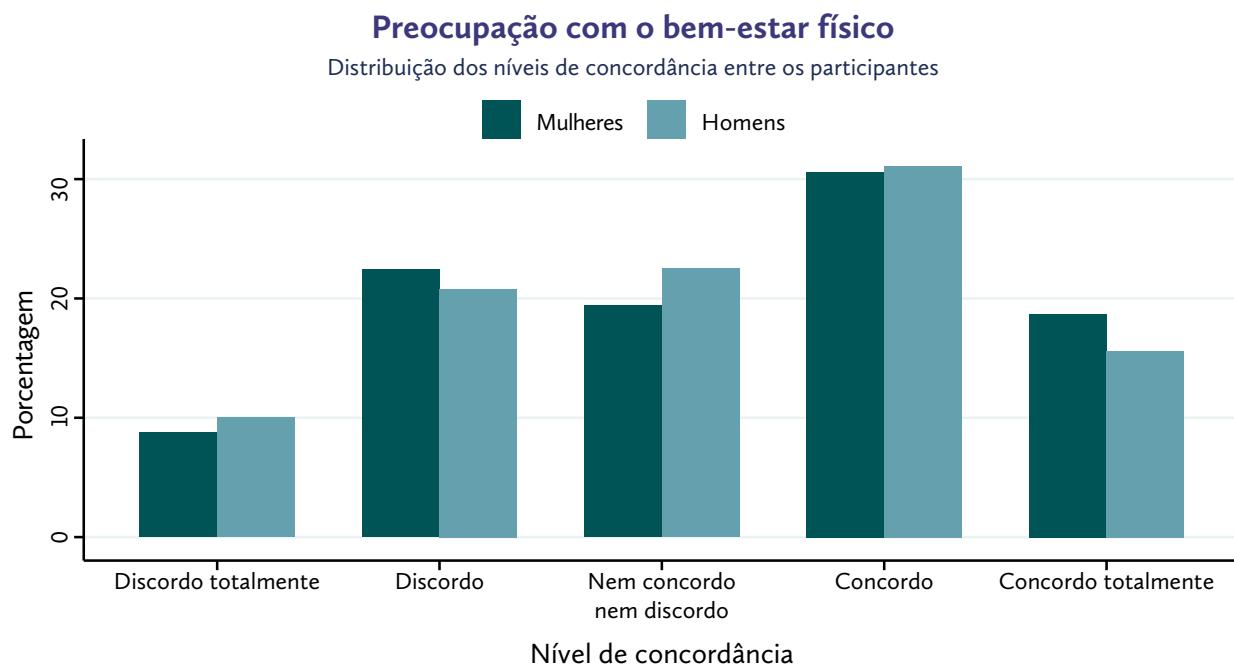
Distribuição dos níveis de concordância entre os participantes



Pontes (2017) argumenta que existe uma desigualdade estrutural de gênero no jornalismo brasileiro, em que as mulheres estão em desvantagem desde questões salariais até benefícios recebidos e permanência na carreira. Jornalistas mulheres brasileiras são mais qualificadas do ponto de vista da educação formal, porém são minoria em cargos de liderança e recebem menos, mesmo quando ocupam os mesmos cargos que seus colegas homens. Além disso, estão mais expostas a ataques de ódio online e violações no ambiente laboral que

são normalizadas como sendo parte da rotina profissional (Nicoletti, Kikuti & Mick, 2023). Fatores somados que podem justificar os maiores índices de insegurança financeira e emocional verificados neste estudo.

Apesar das variações entre gêneros, a preocupação com segurança, especialmente a emocional, se justifica ao analisar os dados sobre tipo de violência. Quando questionados se já sofreram algum tipo de violência, 66% responderam terem sido alvo de discursos de ódio ou depreciativos. Aqueles que enfrentam esta situação com frequência ou muita frequência somam 27%, outros 39% informaram que às vezes isto ocorre. Já 59% afirmaram ter vivido experiência de descrédito público ao menos algumas vezes nos cinco anos anteriores (com 29% afirmando ser frequente ou muito frequente); 44% dos profissionais consultados também alegaram ter sua moralidade pessoal questionada.



Para se proteger da violência sofrida, 55% dos jornalistas brasileiros praticaram autocensura nos cinco anos que antecederam o estudo. Outras medidas de proteção adotadas também incluem alguma estratégia de invisibilização de si para evitar riscos. Do total, 37% informaram que removeram suas credenciais de imprensa para não serem identificados, enquanto 28% publicaram anonimamente, com pseudônimos ou não assinaram matérias para evitar ser alvo de ataques. Além disso, 43% mudaram suas rotinas profissionais ou pessoais em busca de mais segurança, e 29% limitaram o tempo atuando em áreas de risco.

A prevalência de autocensura e as dificuldades para atuar livremente refletem um cenário de medo que afeta diretamente o desempenho profissional e, consequentemente, a qualidade e a diversidade da cobertura. Não por acaso, 82% dos jornalistas declararam ter intensificado a verificação de suas histórias, apontada como a principal estratégia de proteção contra os recorrentes ataques. No entanto, a adesão a treinamentos, uso de equipamentos de segurança e adoção de protocolos de proteção ainda é baixa, com apenas 36,9% dos profissionais buscando essas medidas.

Conclusão sobre o futuro do jornalismo e da democracia no país

Os dados destacam a complexidade e os desafios do jornalismo no Brasil, com ênfase nas desigualdades de gênero e nas preocupações com a segurança emocional e física dos profissionais. O cenário revela uma forte disparidade entre homens e mulheres, especialmente no que diz respeito à estabilidade no emprego, à remuneração e à ocupação de cargos de chefia, onde os homens se encontram em vantagem. A análise reforça os achados de Lima et al. (2022), que mostram as mulheres como grupo mais qualificado, porém menos remunerado e menos presente em posições de liderança. Essa desigualdade reflete uma estrutura de gênero profundamente arraigada nos espaços de trabalho e que, por consequência, levanta desafios em torno da equidade e paridade de gênero no exercício da profissão no país.

Além disso, as taxas de autocensura e outras estratégias de invisibilização adotadas pelos profissionais sugerem que a liberdade e autonomia jornalística estão comprometidas. Esse cenário se alinha a novas formas de violência que promovem a autocensura, como o assédio judicial, prática que, segundo Mafei et al. (2024), se refere ao uso abusivo de instrumentos legais para censurar e intimidar aqueles que divulgam informações de interesse público. Os casos de assédio judicial contra jornalistas mantêm-se em nível elevado, totalizando 155 processos entre 2020 e 2023 (Mafei et al., 2024). A ausência de mecanismos eficazes no Judiciário para conter ações abusivas gera insegurança, e responder a processos, muitas vezes sem o apoio do veículo de atuação, impõe constrangimentos que comprometem a liberdade de imprensa, gerando impactos financeiros, profissionais, emocionais e físicos para as vítimas.

Por fim, a democracia vive movimentos pendulares com o avanço da extrema direita. Embora o país tenha atualmente um mandatário da ala progressista, as eleições municipais de 2024 mostram um fortalecimento da direita conservadora. Assim, apesar da queda significativa em 2023 nos casos de descredibilização da imprensa e censura durante o governo do presidente Lula (Fenaj, 2024), existe a preocupação de que o

fortalecimento de movimentos conservadores em diferentes esferas da política brasileira impulsiona um novo aumento dos casos de violência contra jornalistas, fazendo com que os ataques às liberdades de imprensa e de expressão possam a vir a se intensificar no futuro.

Referências

- ~~ Bandeira, A. P. (2019). A mulher no jornalismo brasileiro: o mundo do trabalho delas no mais antigo e no mais vendido jornal do país. *Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, 6(2), 140–152.
- ~~ Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). (2023). *Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – Relatório 2022*. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>
- ~~ Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). (2024). *Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – Relatório 2023*. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CCC%81rio-da-Viole%CCC%82ncia-2023.pdf>
- ~~ Feitosa, C.; Crisóstomo, C. (2024, 21 de novembro). *PF indicia Bolsonaro e mais 36 em investigação de trama golpista*. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/11/pf-indicia-bolsonaro-e-mais-36-em-investigacao-de-trama-golpista.shtml>
- ~~ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). *Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf
- ~~ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Estatísticas do cadastro central de empresas*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102093>
- ~~ Mafei, R.; Kleim L.; Villas Bôas, B.; Drobisch, R. (2024). *Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI).
- ~~ Nicoletti, J.; Kikuti, A.; Mick, J. (2023). A precariedade tem gênero? Condições de trabalho, saúde e violências das jornalistas brasileiras. In: J. Visbelli Barros; J. Nicoletti; S. P. Lima. (Eds.). *O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades*. 1ed. Florianópolis: Insular, pp. 67-88.
- ~~ Lima, S. P. et. al. (2022). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- ~~ Pontes, F. S. (2017). Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *E-Compós*, 20(1). <https://doi.org/10.30962/ec.1310>.
- ~~ Reuters Institute (2023) *Reuters Institute Digital News Report 2022*. University of Oxford. Disponível: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf

Sob o salto do estado e a pressão da economia: Gênero, riscos e desafios no jornalismo venezuelano

Maximiliano Frías-Vázquez, Universidade de Salamanca • Carlos Arcila Calderón, Universidade de Salamanca • David Blanco-Herrero, Universidade de Ámsterdam

O panorama midiático na Venezuela reflete profundamente as tensões políticas e sociais que definiram o país nas últimas décadas (Cañizález, 2004; 2013; Kitzberger, 2020). Os meios de comunicação e os jornalistas venezuelanos têm vivenciado os efeitos da estagnação econômica e das transformações políticas que, a partir da administração de Nicolás Maduro, intensificaram a crise no setor de comunicação. Esta crise midiática, agravada pela instabilidade financeira e operacional, limita a autonomia dos meios de comunicação, gerando uma notória escassez informativa que perpetua o desconhecimento sobre a realidade nacional (Cañizález, 2020a; Peña & Robles, 2016; RFS, 2022; Marcano, 2018).

Nesse sentido, a situação para os jornalistas na Venezuela é instável e arriscada, com constantes relatos de censura, restrições à liberdade de imprensa e perseguições, especialmente daqueles críticos ao regime (Espacio Público, 2024; Kahn, 2023; Marcano, 2021). Esse contexto de controle governamental dos meios estatais permite uma monopolização da narrativa oficial e limita o discurso de oposição (Cañizález, 2020a; 2020b).

Com isso, a análise do jornalismo venezuelano permite compreender os níveis de risco e incerteza aos quais os jornalistas estão expostos devido às mudanças políticas e econômicas radicais que caracterizam o país desde a chegada de Chávez ao poder, cujo legado continua com Maduro. A complexa interdependência entre os meios de comunicação, os partidos políticos e os poderes econômicos dá origem a um sistema de interdependência política, no qual os interesses midiáticos e políticos se entrelaçam, afetando a diversificação informativa e favorecendo a autocensura e a opressão sobre a imprensa.

Este artigo faz parte do projeto World of Journalism Study (WJS), de alcance global, que examina as condições de trabalho e os princípios de jornalistas em 110 países. Em sua terceira fase (WJS3), o projeto foca em avaliar os níveis de risco e incerteza enfrentados pelos jornalistas e os fatores que condicionam a prática jornalística. Na Venezuela, considerando que 2019 foi apontado como um dos anos mais hostis para o jornalismo devido à censura, agressões, desinformação e abusos de poder (IPYS, 2020, p. 1), parece necessário aprofundar a análise da autonomia percebida, das ameaças e dos riscos vivenciados pelos jornalistas, assim como do apoio recebido por eles. Esses dados foram obtidos por meio da aplicação de pesquisas representativas a jornalistas venezuelanos.

Contexto midiático na Venezuela

Nas últimas décadas, as restrições à liberdade de expressão e a censura na Venezuela resultaram em um jornalismo limitado em profundidade e transparência, onde o enfoque investigativo foi substituído por uma cobertura centrada no imediatismo. Isso se enquadra em uma estratégia de intimidação governamental que rejeita as críticas e percebe qualquer relato dissidente como uma ameaça, em contradição com o artigo 6 da Constituição venezuelana, que estabelece um Estado democrático, plural e responsável (Marcano, 2018).

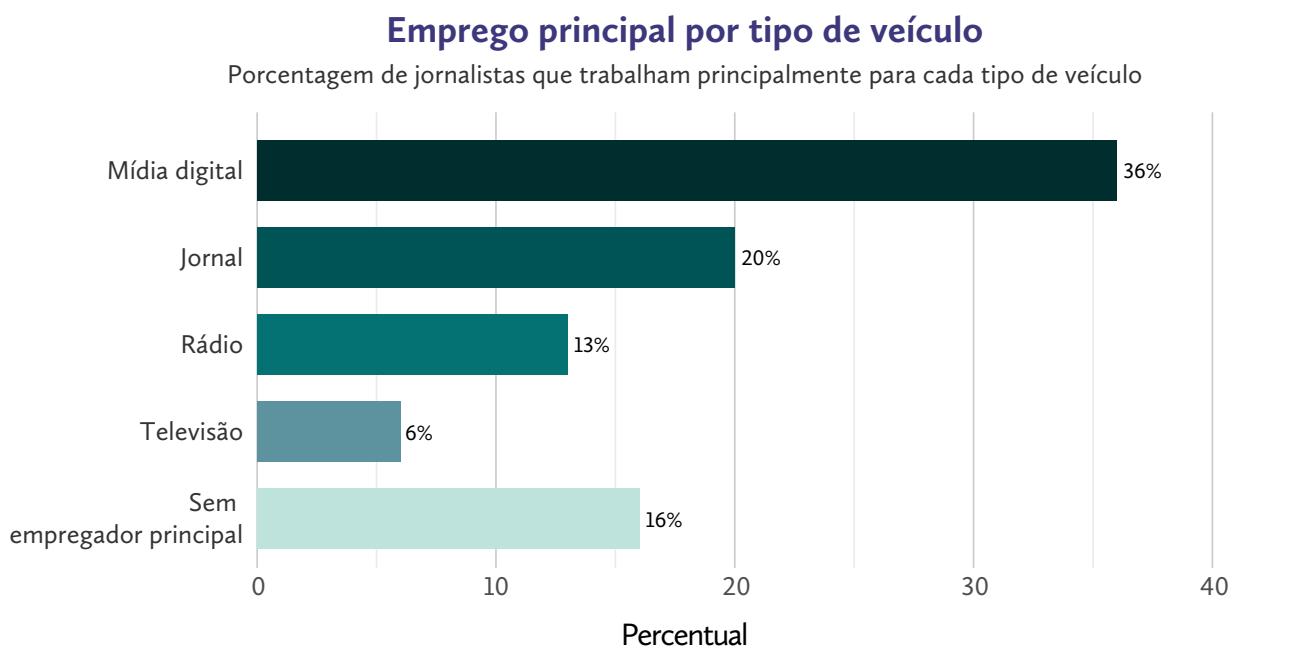
A Venezuela registra altos índices de intimidação, assédio e violência contra jornalistas, evidenciados por encarceramentos, exílios, ataques e ameaças, entre outros atos repressivos (IPYS, 2023; Garcés & Arroyave, 2017). Essas agressões foram reforçadas desde 2009 com a lei de delitos midiáticos, que permite criminalizar o trabalho jornalístico sob o pretexto de “afetar a paz social ou a estabilidade do Estado”. Além disso, as ameaças se intensificaram por meio de pressões exercidas por setores oficiais, do fechamento de meios de informação e de ataques físicos perpetrados por órgãos de segurança estatal (Guanipa, 2018).

Neste contexto, a liberdade de imprensa, associada à independência e autonomia editorial, é um princípio dos estudos de jornalismo. Na América Latina, surgiram esforços para fortalecer essa autonomia por meio de plataformas digitais que promovem a democracia e o jornalismo independente. No entanto, na Venezuela, a concentração dos meios de comunicação sob a posse de elites econômicas com vínculos estreitos com o poder político limita as críticas ao governo, restringindo a pluralidade informativa (Becerra & Mastrini, 2009). Por isso, o presente capítulo foca na análise da autonomia percebida, na percepção de segurança e no apoio recebido, com o objetivo de aprofundar a situação dos jornalistas venezuelanos.

Método e dados demográficos

A coleta de dados foi realizada entre 2020 e 2022 por meio de entrevistas por telefone, videoconferências e entrevistas presenciais, gerenciadas na plataforma Qualtrics por uma equipe capacitada.

Para a seleção dos entrevistados, foi usada uma amostragem polietápica, com base em conglomerados e estratificação por tipo e tamanho do meio, devido à ausência de um censo nacional de jornalistas na Venezuela. O tamanho mínimo da amostra foi calculado com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, obtendo uma amostra representativa de 398 jornalistas (53% mulheres e 47% homens; idade média = 44). A maioria dos jornalistas estava associada a meios privados ou comerciais (74%), enquanto os meios públicos, estatais e comunitários representavam apenas 8% da amostra. Quanto aos principais tipos de meios ou empresas para os quais trabalhavam, correspondiam a meios digitais (30%), jornais (18%) ou rádio (12%). Quase 15% da amostra não tinha um meio principal. Nesse sentido, quase 60% dos jornalistas usavam sempre sites como principal meio para distribuir as notícias, seguidos pelas redes sociais (49%) ou aplicativos de mensagens (36%). Os meios tradicionais eram menos usados pelos jornalistas, com quase 20% usando sempre o rádio, 12,3% usando a televisão como principal meio de divulgação e 18% usando os jornais.



Nas pesquisas realizadas com jornalistas, havia duas perguntas sobre a autonomia (*quanto de liberdade pessoal você tem para selecionar os temas e histórias noticiosas em que trabalha?*; e *quanto de liberdade você tem para decidir os aspectos da notícia que merecem/devem ser destacados?*). Além disso, foram incluídos 19 itens que mediam ameaças e/ou violências recebidas (por exemplo, desqualificação pública de seu trabalho; vigilância; prisões; ameaças ou intimidações diretas; agressão ou assédio sexual; assédio laboral...); por fim, outro aspecto relevante medido neste estudo e que foi incluído no questionário foi o apoio recebido pelos jornalistas frente aos riscos e ameaças (por exemplo: outros colegas, ONGs, governo).

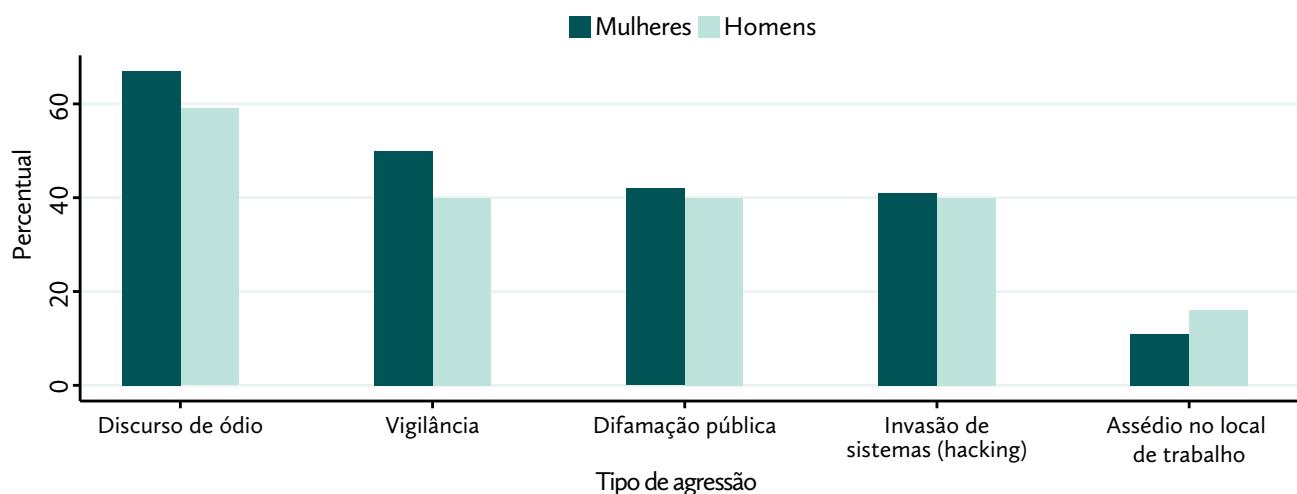
Desafios e dinâmicas do jornalismo venezuelano: Autonomia, riscos e apoio

Apesar do que se poderia esperar dado o controle governamental no contexto venezuelano, os jornalistas relataram altos níveis de autonomia, tanto na seleção dos temas, pois 65,8% responderam que tinham muita ou total liberdade de escolha, quanto na decisão dos aspectos a serem abordados, onde 63% consideraram que tinham muita ou total liberdade de decisão. Na verdade, esses valores estão acima do ponto teórico da escala, ou seja, ambos os elementos, tanto a liberdade de seleção de temas quanto os aspectos a serem enfatizados, foram medidos com escalas de 1 a 5, e os jornalistas relataram níveis superiores a 3, considerado como o ponto médio teórico da escala. Observou-se que na imprensa tradicional eles tinham menos liberdade para selecionar histórias, enquanto os jornalistas que compartilhavam suas notícias pelas redes sociais tinham mais liberdade tanto para selecionar histórias quanto para decidir quais aspectos enfatizar. Por outro lado, jornalistas de meios privados tinham mais liberdade na seleção de histórias do que os de meios públicos ou estatais.

Em relação ao aspecto da segurança, observou-se que as ameaças mais frequentes que os jornalistas na Venezuela recebiam eram palavras desrespeitosas ou discurso de ódio (quase 20% dos jornalistas sofriam esse tipo de ameaça frequentemente ou muito frequentemente), descrédito público (16% dos jornalistas sofriam isso frequentemente ou muito frequentemente), vigilância (17% sofriam essa ameaça frequentemente ou muito frequentemente) e hackeamento ou perdas de contas (quase 18% dos jornalistas sofriam isso frequentemente ou muito frequentemente). No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, as ameaças observadas não foram tão altas quanto se suporia em um contexto como o da Venezuela, pois nenhuma das quatro variáveis estava acima do ponto médio teórico da escala, que, novamente, era 3, pois a escala foi medida de 1 a 5.

Experiência de agressão ou ameaças

Porcentagem de jornalistas que referem ter sofrido cada tipo de agressão "às vezes" ou com maior frequência

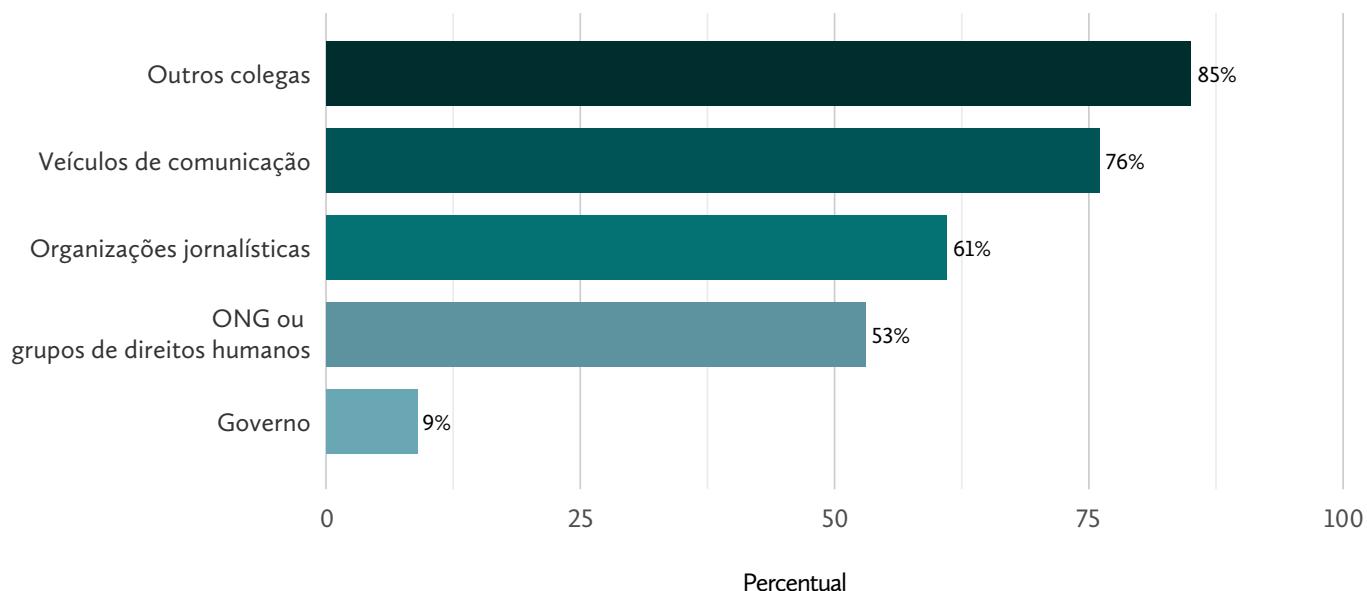


É importante ressaltar que foram observadas diferenças em função de gênero, sendo os homens os que relataram maiores níveis nos quatro tipos de ameaças mais frequentes entre os jornalistas venezuelanos: palavras desrespeitosas ou discurso de ódio, descrédito público, vigilância e hackeamento ou perda de contas. Vale destacar que foram observadas diferenças estatisticamente significativas na maioria das ameaças recebidas (além das quatro ameaças mencionadas anteriormente). Assim, observou-se que os homens sofriam mais prisões, ações legais, assédio (stalking), ameaças ou intimidações, ataques físicos, questionamento da moralidade pessoal, sequestros, invasões ou apreensões; enquanto as mulheres sofriam mais assédio sexual e bullying no ambiente de trabalho.

Finalmente, em relação ao apoio recebido, não foram observadas diferenças em função de gênero. Os jornalistas venezuelanos recorriam principalmente a outros colegas (85,3% mulheres; 85,2% homens) e organizações de notícias (75,4% mulheres; 76,3% homens), e o apoio menos frequente, como era de se esperar, foi o governamental (8,4% mulheres; 8,9% homens).

Fontes de apoio após um ataque

Porcentagem de jornalistas que receberam apoio de cada fonte após um ataque ou ameaças



Implicações para o futuro do jornalismo e da democracia na Venezuela

Este estudo reafirma que o exercício do jornalismo na Venezuela enfrenta condições adversas e múltiplos riscos, situação que impacta a capacidade dos meios de comunicação de operar de maneira independente e pluralista¹. Apesar de indicar altos níveis de percepção de autonomia, essa constatação parece contrastar com o ambiente de censura e controle, sugerindo que os jornalistas venezuelanos buscam manter uma margem de independência em seu trabalho. No entanto, essas percepções de autonomia podem estar limitadas na prática, dado o contexto de ameaças e agressões, o que destaca a persistência de barreiras importantes para a liberdade de imprensa.

As formas de assédio e ameaças evidenciam diferenças de gênero significativas: enquanto os jornalistas homens experimentam prisões, assédio legal e ameaças físicas com maior frequência, as mulheres enfrentam com maior prevalência o assédio sexual e o bullying no ambiente de trabalho. Essas diferenças ressaltam um ambiente de vulnerabilidade complexa, no qual o gênero influencia o tipo de riscos e desafios que cada jornalista enfrenta.

¹ É importante considerar os recentes desenvolvimentos políticos, como a posse de Nicolás Maduro em 10 de janeiro de 2025, após as eleições mais recentes, realizadas em um contexto amplamente questionado pela falta de transparência e garantias democráticas. A Venezuela consolidou sua transição para um regime autoritário, caracterizado pela concentração de poder, o enfraquecimento das instituições e a repressão sistemática da oposição e da imprensa independente. Esses eventos não apenas reforçam a legitimidade do governo perante seus aliados internacionais, mas também perpetuam um sistema que restringe as liberdades fundamentais e dificulta qualquer possibilidade de transformação estrutural.

O apoio que os jornalistas recebem, principalmente de colegas e organizações não governamentais, é crucial para mitigar as consequências das ameaças. No entanto, a ausência de qualquer respaldo governamental à liberdade de imprensa, somada às ações repressivas do Estado, não só fomenta um ambiente de autocensura, mas também consolida um sistema de controle que sufoca ativamente o trabalho jornalístico. Esse contexto, no qual o Estado atua como um agente opressor em vez de protetor dos direitos fundamentais, reflete a erosão sistemática das estruturas necessárias para garantir a liberdade de expressão e o acesso a informações independentes.

Em conclusão, o presente estudo aponta que, em um ambiente de restrições e ameaças, a viabilidade do jornalismo livre e pluralista na Venezuela está comprometida. O sistema político e econômico, assim como as relações entre os meios de comunicação e o poder, precisam ser transformados para garantir que os jornalistas possam atuar sem medo de represálias, contribuindo assim para uma sociedade informada e participativa. Sem essa mudança, o futuro do jornalismo e da democracia na Venezuela continuará em risco.

Referências

- ☞ Becerra, M., & Mastrini, G. (2009). *Los dueños de la palabra*. Prometeo libros.
- ☞ Cañizález, A. (2004). Apuntes sobre medios y periodistas en una sociedad polarizada. *Estudios venezolanos de Comunicación*, 127, 14-19.
- ☞ Cañizález, A. (2013). Hugo Chávez Y Los Medios. Un Balance Preliminar| Hugo Chávez and the media. A Preliminary. Razón y Palabra, 17(2_83), 276-285.
- ☞ Cañizález, A. (junio, 2020b). El desarrollo mediático en Venezuela. Un siglo de historia [Presentación en Congreso]. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
- ☞ Cañizález, A. (2020a). Poder y Medios de comunicación: Entre la democratización y el autoritarismo La sinuosa historia venezolana. Agenda Política. *Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos*, 8(2), 74-106.
- ☞ Espacio Público. (2024). Situación general del derecho a la libertad de expresión en Venezuela enero – diciembre 2023. <https://espaciopublico.org/situacion-general-del-derecho-a-la-libertad-de-expresion-en-venezuela-enero-diciembre-2023/>
- ☞ Garcés, M. E., & Arroyave, J. (2017). Autonomía profesional y riesgos de seguridad de los periodistas en Colômbia. *Perfiles Latinoamericanos*, 25(49). <https://doi.org/10.18504/pl2549-002-2017>
- ☞ Guanipa, M. (2018). Los periodistas en. Venezuela: entre el acoso y la pauperización (2015-2017). En A. Cañizález & G. Carrasco (Coord.), *El periodismo en Venezuela. Los años duros* (pp. 47-73). Abediciones.
- ☞ Instituto Prensa y Sociedad de Venezuela [IPYS]. (2020). *Reporte anual Venezuela: Desconexión y censura*. <https://ipysvenezuela.org/2020/05/17/desconexion-y-censura-reporte-anual-derechos-digitales-ipysve-2019/>
- ☞ Instituto Prensa y Sociedad de Venezuela [IPYS]. (2023). *Reporte Anual 2023 de IPYS Venezuela “En el laberinto de la censura”*. <https://ipysvenezuela.org/2024/03/03/reporte-anual-2023-de-ipys-venezuela-en-el-laberinto-de-la-censura/>
- ☞ Kahn, G. (2023). Así desafían la censura en Venezuela los medios digitales independientes. *Reuters Institute*. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/news/asi-desafian-la-censura-en-venezuela-los-medios-independientes-en-internet>
- ☞ Kitzberger, P. (junio, 2020). Polarización, prensa y libertad de expresión en Venezuela. *Nueva Sociedad*. <https://nuso.org/articulo/polarizacion-prensa-y-libertad-deexpresion-en-venezuela/>
- ☞ Marcano, A. (2018). Censura del periodismo en Venezuela. *Impacto científico*, 13(1), 59-69.
- ☞ Marcano, A. (2021). Censura del periodismo en Venezuela. *Impacto Científico*, 13(1), 59-69. Recuperado a partir de <https://produccioncientificaluz.org/index.php/impacto/article/view/35243>
- ☞ Peña, M. E., & Robles, M. (2016). Venezuela. En R. Salaverría (Coord.), *Cibereperiodismo en Iberoamérica* (pp. 405-423). Editorial Ariel.
- ☞ Reporteros Sin Fronteras (RSF). (2022). Venezuela. <https://rsf.org/es/pais/venezuela>

A perspectiva de uma jornalista da Venezuela: Entre a asfixia e a resistência

Luz Mely Reyes, Cofundadora e diretora geral, Efecto Cocuyo

Como se faz jornalismo em um contexto autoritário? Após lidar durante 25 anos com uma política voltada para desmantelar a indústria de meios de comunicação na Venezuela e os espaços de jornalismo independente, o jornalismo venezuelano busca maneiras de continuar existindo. O terceiro mandato de Nicolás Maduro, que iniciou em 10 de janeiro de 2025 um novo período, sem ter conseguido provar que venceu a eleição de 28 de julho de 2024, traz novos desafios em um contexto por si só já complexo.

A situação atual pode ser descrita como uma emergência midiática complexa. Permite-me fazer um paralelo com a emergência humanitária que o país enfrenta, que foi identificada pelas organizações de direitos humanos na Venezuela, principalmente porque a situação dos meios de comunicação e dos jornalistas é uma crise fomentada pelo Estado.

Alguns elementos deste quadro são: a precarização no exercício da profissão devido à instabilidade econômica; o agravamento do autoritarismo com prisões de jornalistas e perseguições, a busca infrutífera por um modelo de negócios sustentável, a presença de desertos de informação, a migração forçada de centenas de jornalistas para o exterior e as restrições à cooperação internacional.

No entanto, nesse contexto, os jornalistas venezuelanos tentam intensificar suas capacidades de resiliência. Em 2024, houve alianças significativas entre organizações de defesa dos direitos humanos e organizações jornalísticas para a cobertura das eleições e o monitoramento da repressão pós-eleitoral. Essas iniciativas incluíram a proteção da integridade dos jornalistas, com apoio à sua saúde mental; e a produção de conteúdos conjuntos.

Um exemplo dessa colaboração foi “La Hora de Venezuela”, que produziu 528 matérias entre 17 de julho e 19 de janeiro de 2025. A aliança conseguiu multiplicar por seis o alcance dos meios de comunicação que participaram. Outros dois exemplos foram “Venezuela Vota Bien” e “Venezuela Vota”, que demonstraram o poder da colaboração para combater a desinformação e oferecer uma cobertura contínua através do YouTube e outras redes sociais. Uma quarta demonstração do poder da colaboração foi a criação do aplicativo “Venezuela sin filtro”, por meio do qual é possível acessar todos os conteúdos de meios de comunicação bloqueados no país.

Durante a última década, emergiu na Venezuela um ecossistema de meios de comunicação independentes que se especializaram em diferentes nichos informativos. Apesar das dificuldades, eles produziram trabalhos de alta qualidade. A maioria foi elaborada em parcerias e por jornalistas desses meios menores. O desafio nesta etapa é manter estruturas simples, mas sólidas. Para isso, parece prudente combinar a qualidade informativa com uma relação próxima com os usuários e a confiança necessária para construir uma comunidade informada e resistente. O jornalismo venezuelano, não tenho dúvidas, entrou em uma etapa de resistência e precisa de grande apoio para garantir o direito dos cidadãos de estarem informados.

Liberdade de imprensa e desafios na Colômbia: Enfrentando a adversidade em um sistema midiático fragmentado

Jesús Arroyave, Universidade do Norte, Barranquilla • Miguel Garcés, Universidade Tecnológica de Bolívar

Introdução

O jornalismo na Colômbia tem operado historicamente em um ambiente marcado pela incerteza, moldado por décadas de conflito armado, polarização política e desigualdade econômica (Arroyave & Barrios, 2012). Esses fatores criaram um panorama midiático em que o progresso na liberdade de imprensa convive com desafios persistentes, como a violência contra jornalistas, a instabilidade econômica e as pressões sobre a autonomia editorial (Arroyave & Garcés, 2023; Barrios-Rubio & Gutiérrez-García, 2022). Este capítulo examina o estado do jornalismo na Colômbia, com base em dados do estudo World of Journalism Study (WJS), com foco especial nos riscos enfrentados pelos jornalistas, nos valores profissionais e na autonomia que eles buscam manter.

Contexto

O jornalismo colombiano se desenvolveu sob a sombra persistente da instabilidade política, do conflito armado interno e da violência sistêmica. Durante grande parte do final do século XX e início dos anos 2000, a Colômbia foi considerada um dos países mais perigosos do mundo para os jornalistas. A convergência entre insurgências guerrilheiras, forças paramilitares, agentes estatais e poderosos cartéis de drogas criou um ambiente hostil no qual a imprensa era frequentemente alvo de ataques. Jornalistas tornaram-se frequentemente vítimas colaterais ou alvos diretos de violência, enfrentando sequestros, assassinatos, ameaças e censura como parte de estratégias mais amplas de controle do fluxo de informações (Bonilla, 2015; García Perdomo et al., 2022). O histórico de violência contra jornalistas é particularmente alarmante: segundo a Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP), entre 1938 e 2021, 163 jornalistas foram assassinados em decorrência de suas atividades profissionais. Desses casos, 78,8% permanecem totalmente impunes, e apenas um — o de Orlando Sierra — alcançou resolução judicial completa (FLIP, 2021). Esse clima persistente de impunidade tem causado um efeito inibidor sobre a liberdade de imprensa, especialmente em regiões onde a presença do Estado é fraca e os atores armados exercem controle territorial.

Embora o “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera” (“Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura”)

de 2016, celebrado entre o governo e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), tenha trazido esperança de maior segurança, os conflitos em andamento envolvendo grupos como o ELN (Exército de Libertação Nacional) e organizações criminosas como o *Clã do Golfo*, que atua como um cartel, continuam a colocar jornalistas em risco, especialmente em áreas rurais (Arroyave & Romero, 2022). Nessas regiões, a autocensura tornou-se uma tática de sobrevivência.

O panorama midiático também enfrenta desafios relacionados à concentração econômica. Veículos importantes como *El Tiempo*, *El Espectador*, *Caracol*, Blu Radio, *Revista Semana* e RCN estão sob o controle de membros da poderosa elite econômica, que podem influenciar as diretrizes editoriais e limitar o jornalismo crítico. Essa concentração resultou em novas formas de paralelismo político, nas quais os meios de comunicação frequentemente servem tanto a interesses políticos quanto corporativos (Romero & Arroyave, 2022). Os jornalistas precisam equilibrar as pressões de anunciantes, figuras políticas e proprietários de mídia enquanto tentam manter a independência editorial. A instabilidade econômica agrava ainda mais a situação, com muitos jornalistas enfrentando insegurança no emprego e recursos limitados para trabalhos investigativos.

A transformação digital adicionou complexidade ao ambiente midiático. Embora as redes sociais e as plataformas digitais ofereçam maiores oportunidades para a disseminação de notícias, elas também expõem os jornalistas a novas formas de assédio online e desinformação (Arroyave & Garcés, 2023). A mídia impressa tradicional tem enfrentado dificuldades com a queda na circulação e a concorrência com conteúdos gratuitos na internet, levando alguns veículos a adotar formatos sensacionalistas para manter sua audiência (Barrios-Rubio, 2021).

Apesar desses desafios, os jornalistas colombianos continuam a defender os valores fundamentais de sua profissão. Sua resiliência — tanto pessoal, ao lidar com ameaças e estresse, quanto profissional, ao manter padrões éticos sob condições adversas — desempenha um papel vital na promoção da transparência, da responsabilidade e da governança democrática na Colômbia. Este capítulo, por meio da análise dos dados da pesquisa *Worlds of Journalism Study*, oferece uma compreensão abrangente do estado atual do jornalismo no país e destaca os principais riscos, desafios e valores profissionais que moldam o trabalho dos jornalistas nesse contexto.

Métodos

Este estudo faz parte da terceira rodada da pesquisa internacional *Worlds of Journalism Study* (WJS), uma iniciativa que coleta dados comparáveis sobre a prática do jornalismo em mais de 70 países. Seu objetivo é compreender como os jornalistas trabalham, quais valores orientam sua profissão e quais desafios enfrentam em diferentes contextos ao redor do mundo.

No caso da Colômbia, a coleta de dados ocorreu entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Para construir a amostra, foram inicialmente selecionados veículos de comunicação de diferentes tamanhos e com distintos níveis de cobertura (local, regional e nacional). Em seguida, dentro desses veículos, foram escolhidos jornalistas que ocupavam diferentes cargos, como repórteres, editores e diretores.

As informações foram coletadas por meio de questionários online e entrevistas presenciais ou por telefone, utilizando um questionário padronizado elaborado pela equipe internacional do estudo. No total, 379 jornalistas participaram. Embora nem todos os profissionais do país tenham sido entrevistados, a amostra é ampla e equilibrada o suficiente para oferecer uma visão confiável sobre seus perfis, condições de trabalho, valores democráticos, preocupações com segurança, redes de apoio e percepções sobre a liberdade profissional.

Desigualdades de gênero e trabalho

Os jornalistas colombianos têm uma idade média de 51 anos entre os homens e 44 anos entre as mulheres, o que os torna uma das populações de jornalistas mais envelhecidas em comparação com outros países da região. As mulheres representam 39% da força de trabalho, refletindo uma disparidade de gênero significativa, especialmente em cargos de liderança, que são predominantemente ocupados por homens (60%). O nível educacional é relativamente alto, com 94% dos jornalistas tendo recebido formação ou educação formal em jornalismo — um índice significativamente acima da média regional. A maioria dos jornalistas atua em centros urbanos, concentrando-se em plataformas como jornais tradicionais (22%) e veículos nativos digitais (22%), enquanto a representação em áreas rurais continua limitada.

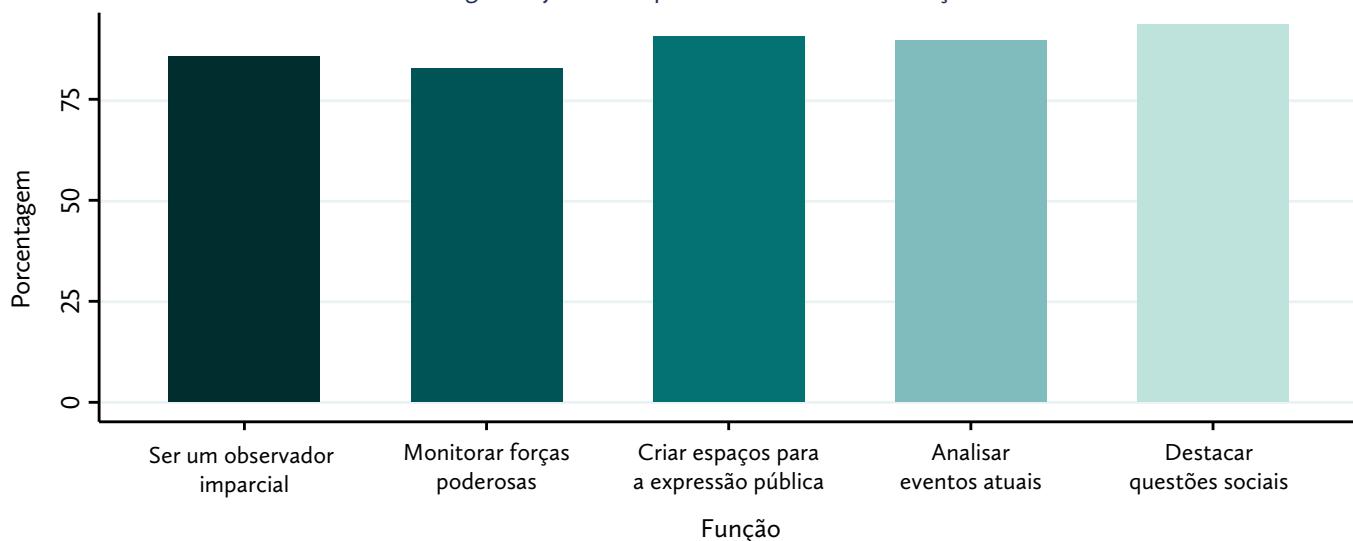
Os dados do WJS sobre a Colômbia mostram que 43% dos jornalistas, tanto homens quanto mulheres, possuem contratos permanentes em tempo integral, sem disparidade significativa de gênero. No entanto, persistem condições precárias de trabalho, especialmente entre os freelancers, que não têm acesso a benefícios como plano de saúde e aposentadoria. Os jornalistas freelancers representam 38% de todos os jornalistas na Colômbia, o maior percentual entre os países incluídos neste livro. Em termos de renda, apenas metade dos jornalistas colombianos (50%) declarou que o jornalismo é sua única fonte de renda, o que indica que a profissão sozinha não é suficientemente lucrativa. Os jornalistas colombianos trabalham regularmente em uma média de quatro plataformas, um pouco acima da média regional, e acompanham uma média de duas pautas cada, o que evidencia as múltiplas demandas da profissão.

Apoio à democracia liberal com justiça social

A grande maioria dos jornalistas colombianos apoia fortemente práticas que facilitam uma democracia liberal com justiça social. Entre os princípios do modelo liberal da imprensa em uma democracia, eles valorizam ser observadores imparciais (86%), monitorar forças poderosas (83%) e, especialmente, destacar os problemas sociais (94%). Também priorizam a análise dos acontecimentos atuais (90%) e a criação de espaços para a expressão pública (91%).

Funções jornalísticas que apoiam a democracia

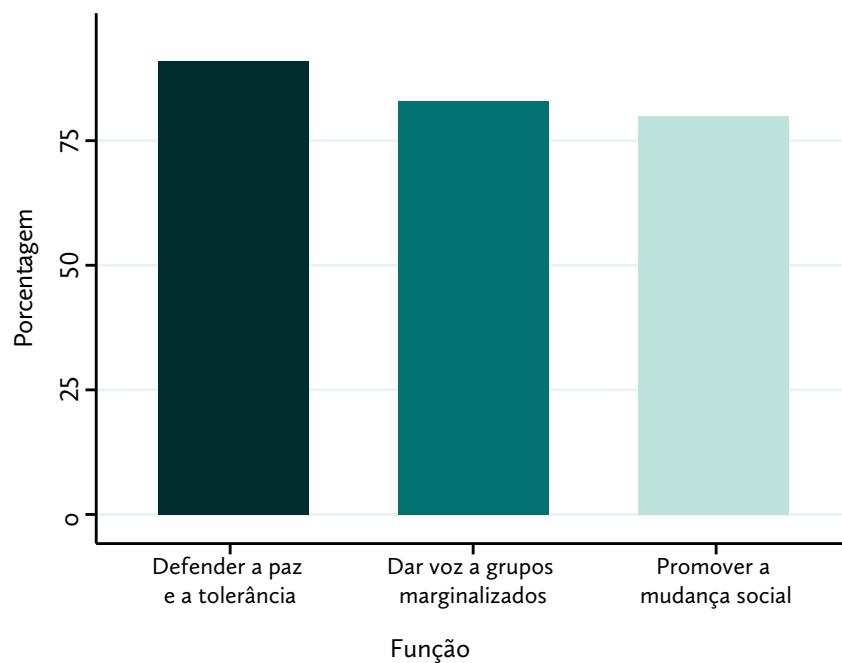
Porcentagem de jornalistas que concordam com cada função democrática



O apoio ao jornalismo engajado na defesa de causas também é notável, com 91% dos entrevistados afirmando que a promoção da paz e da tolerância é um aspecto importante de seu trabalho. Isso provavelmente se deve aos conflitos prolongados no país. Além disso, grande parte dos jornalistas colombianos considera importante que seu trabalho promova mudanças sociais (80%) e dê voz a grupos marginalizados (83%). Esses resultados destacam a natureza complexa do jornalismo na Colômbia, onde os profissionais equilibram as demandas dos estilos tradicionais de reportagem liberal com a advocacia para enfrentar desafios sociais mais amplos.

Funções jornalísticas que apoiam a defesa dos direitos

Porcentagem de jornalistas que concordam com cada função de defesa de direitos



Esses resultados ressaltam a complexidade da percepção que os jornalistas têm sobre o papel do seu trabalho na Colômbia. Assim como em outras regiões da América Latina, eles adotam uma visão de profissionalismo que equilibra os princípios do jornalismo liberal com o engajamento em questões sociais mais amplas.

Os jornalistas colombianos também demonstram forte apoio aos valores democráticos de outras formas. Especificamente, 46,5% consideram as leis e regulamentações de mídia altamente influentes, e um significativo 71% consideram o acesso à informação muito influente em seu trabalho jornalístico (notas 4 ou 5 em uma escala de 1 a 5, sendo 5 extremamente influente). No entanto, desafios substanciais persistem, já que 27% percebem a censura governamental como uma influência significativa, indicando preocupações com a interferência estatal nas atividades da mídia. Além disso, apenas 22% e 21%, respectivamente, relatam perceber grande influência nas relações com funcionários do governo e políticos, demonstrando uma avaliação cautelosa de suas interações profissionais. Apesar dessas dificuldades, os jornalistas colombianos permanecem comprometidos com a transparência e a responsabilidade, com ênfase notável (59%) na influência do feedback do público na formação de sua prática jornalística. Ainda assim, a confiança pública continua problemática, como refletido no *Digital News Report* (Reuters Institute, 2022), confirmado que o ceticismo em relação à credibilidade da mídia é prevalente entre o público.

Segurança

Ameaças à segurança

Os dados revelam que os jornalistas colombianos continuam a atuar em um ambiente altamente inseguro, marcado por ameaças persistentes. Cerca de 18% dos jornalistas relatam ser alvo de discurso depreciativo ou de ódio “frequentemente” ou “muito frequentemente”, enquanto outros 28% experienciam isso “às vezes”. A vigilância é uma preocupação notável, com 10% relatando monitoramento frequente e 12% incidentes ocasionais. Ameaças cibernéticas, como invasão ou bloqueio de contas em redes sociais, afetam 7% dos jornalistas com frequência e 15% ocasionalmente. Embora os casos de prisões ou detenções permaneçam baixos (2% frequentes), o medo mais amplo de restrições legais e retaliações persists. A divulgação de informações pessoais representa um risco significativo, com 13,5% dos jornalistas relatando ter passado por isso ao menos algumas vezes. De forma semelhante, 24% dos jornalistas relatam que sua moral pessoal foi questionada pelo menos ocasionalmente, destacando o impacto emocional e as ameaças à reputação enfrentadas por jornalistas que atuam em ambientes profundamente polarizados. O assédio no local de trabalho continua sendo um problema generalizado, com 7% dos jornalistas sofrendo com frequência e 12% às vezes. Embora menos comum, a intimidação direcionada às famílias dos jornalistas ainda é uma preocupação, com 1% relatando isso frequentemente e 5% ocasionalmente. Esses dados ilustram os riscos multidimensionais que os jornalistas colombianos enfrentam em seus esforços para informar o público em condições hostis.

Preocupações com a segurança e o bem-estar

Além das experiências de ataques, os jornalistas foram questionados sobre a percepção de sua própria segurança em relação ao trabalho. Isso foi avaliado por meio de perguntas que investigavam se

elas concordavam ou discordavam de expressões de preocupação com seu bem-estar físico, emocional e financeiro. Uma grande porcentagem de jornalistas respondeu que concordava ou concordava fortemente com cada uma das afirmações, embora o bem-estar emocional fosse a maior preocupação, especialmente entre as mulheres, que expressaram mais receios do que os homens. Mais de seis em cada 10 homens (66%) e sete em cada 10 mulheres (77%) manifestam preocupação com seu bem-estar emocional, sendo essa a maior diferença entre os países analisados neste livro, exceto pelo Brasil. As expressões de preocupação com o bem-estar físico foram menos prevalentes, mas ainda amplamente relatadas. Quase cinco em cada 10 homens (49%) e exatamente quatro em cada 10 mulheres (40%) expressam preocupação com seu bem-estar físico. Esta é a única dimensão em que os homens relatam níveis mais elevados de preocupação do que as mulheres. Por fim, novamente mais mulheres manifestam preocupação ao serem questionadas sobre sua segurança financeira, com 56% das mulheres e 50% dos homens demonstrando essa preocupação¹.

Sistemas de apoio

Os dados da pesquisa *Worlds of Journalism Study* revelam importantes percepções sobre as redes de apoio disponíveis para os jornalistas colombianos. Enquanto 61% dos homens e 54% das mulheres relatam receber apoio institucional de suas próprias organizações de mídia, isso sugere um nível moderado, porém desigual, de suporte interno. As redes de apoio entre colegas parecem ser mais fortes, com 77% dos homens e 62% das mulheres indicando suporte de colegas, dentro ou fora da redação. Em contraste, apenas 39% dos homens e 31% das mulheres relataram receber apoio de associações profissionais, refletindo o alcance e impacto limitados da mobilização organizada. O apoio da sociedade civil, como ONGs e organizações de direitos humanos, foi mencionado por 28% dos homens e 23% das mulheres, indicando um engajamento moderado de atores externos. Quase um em cada quatro jornalistas homens (24%) e cerca de uma em cada seis mulheres (17%) identificaram as autoridades governamentais como fonte de apoio — números que, embora notáveis, ainda ficam atrás do apoio das redes entre pares e institucionais.

Autonomia profissional em meio a múltiplos desafios

Os jornalistas na Colômbia relatam perceber altos níveis de autonomia em sua prática profissional. Segundo a pesquisa, 75% dizem desfrutar de muita ou total liberdade para escolher as notícias, e 73% relatam o mesmo em relação à decisão sobre quais aspectos da notícia destacar. Contudo, essa autonomia individual contrasta com uma percepção mais ampla de restrição estrutural: apenas 18% acreditam que existe muita liberdade de imprensa no país.

O jornalismo colombiano opera dentro de um ecossistema midiático complexo e fragmentado, moldado por desigualdades geográficas, econômicas e políticas. Jornalistas baseados em centros urbanos, como Bogotá e Medellín, relatam níveis mais altos de autonomia profissional, melhor apoio institucional e

¹ Um teste qui-quadrado para diferenças na frequência de preocupação expressa por mulheres e homens revelou que a diferença na preocupação com o bem-estar emocional foi estatisticamente significativa, ou seja, não se deveu ao acaso. $\chi^2(1, N = 378) = 5,472$, $p = 0,019$. Outras diferenças não foram estatisticamente significativas.

condições de segurança aprimoradas. Em contraste, aqueles que trabalham em regiões rurais e periféricas enfrentam riscos desproporcionais relacionados à violência, políticos locais corruptos e acesso limitado a redes de apoio — condições que frequentemente resultam em autocensura como estratégia de sobrevivência. A expansão das plataformas digitais diversificou as vozes e ampliou o acesso, especialmente para mídias independentes e regionais. No entanto, essa transformação digital também expõe os jornalistas a um estresse intensificado, assédio online e à disseminação de desinformação; mais da metade relata as redes sociais como uma fonte significativa de angústia profissional.

Desafios estruturais restringem ainda mais a profissão. A concentração econômica na propriedade dos meios de comunicação permite que conglomerados poderosos definam linhas editoriais, limitando o pluralismo e enfraquecendo o jornalismo de interesse público. Além disso, a precariedade financeira é generalizada — apenas 43,3% dos jornalistas possuem contratos permanentes em tempo integral, e mais da metade depende de fontes de renda não jornalísticas para sustentar seu trabalho. Essas dinâmicas revelam um campo jornalístico pressionado tanto por ameaças estruturais quanto cotidianas, mas ainda marcado pelo compromisso profissional com os valores democráticos. Os jornalistas colombianos enfrentam esses desafios com resiliência, mas a sustentabilidade da profissão permanece incerta sem proteções institucionais mais fortes, garantias econômicas e reformas inclusivas que reduzam as desigualdades de gênero, geográficas e entre os tipos de mídia.

O futuro do jornalismo e da democracia na Colômbia

O jornalismo na Colômbia persiste em um terreno incerto, onde percepções de autonomia individual colidem com restrições estruturais. Os repórteres mantêm uma discrição significativa sobre enfoques, fontes e enquadramentos, mas atuam dentro de um sistema midiático moldado por propriedade concentrada, precariedade econômica e ameaças persistentes à segurança pessoal. Essa tensão cria um paradoxo: os jornalistas possuem a capacidade de responsabilizar o poder, mas o ambiente oferece apenas garantias frágeis de que esse trabalho possa perdurar.

A profissão está longe de ser homogênea. As condições de trabalho variam significativamente conforme a região, o tipo de contrato e o gênero. Correspondentes rurais enfrentam perigos físicos maiores; jornalistas freelancers suportam uma carga desproporcional de estresse financeiro e emocional; e as mulheres enfrentam formas distintas de vulnerabilidade, muitas vezes com menos apoio institucional. Essas fragmentações refletem as desigualdades mais amplas que definem a sociedade colombiana, lembrando que as redações são tanto espaços de possibilidade democrática quanto arenas onde as assimetrias sociais se reproduzem.

Mesmo em meio à insegurança, à desconfiança pública e à volatilidade do mercado, os jornalistas colombianos mantêm uma dupla orientação: defendem os ideais liberais de fiscalização enquanto advogam pela paz e inclusão social. Esses compromissos revelam um campo movido menos por reforço institucional e mais por uma ética de resistência ao serviço público. No entanto, persistência não deve ser confundida com resiliência. O custo emocional, ético e material das condições atuais é elevado, e a contribuição democrática da profissão dependerá da capacidade de transformar essa bússola normativa em reformas estruturais concretas.

Garantir o papel do jornalismo na Colômbia, portanto, requer mais do que celebrar a coragem individual. É necessário fortalecer as proteções legais, diversificar a propriedade dos meios e ampliar o apoio abrangente — financeiro, psicossocial e relacionado à segurança. Ao enfrentar essas vulnerabilidades sistêmicas, a Colômbia pode transformar o jornalismo de um exercício diário de resistência em um pilar estável da vida democrática.

Referências

- ✉ Arroyave, J. & Garcés-Prettel, M. (2023) Cambios en el periodismo y su impacto en la autonomía profesional: evidencia del estudio The Worlds of Journalism en siete Países de América Latina. *Cuadernos.info*, (54), 318-340. <https://doi.org/10.7764/cdi.54.54055>
- ✉ Arroyave, J. & Romero-Moreno, J. (2022). Peace, public opinion and disinformation in Colômbia: Social media and its role in the 2016 plebiscite. In J. McDougall & K. Fowler-Watt (Eds). *Palgrave Handbook of Media Misinformation* (pp.63-77). Palgrave Macmillan – England.
- ✉ Arroyave, J. & Barrios, M. (2012). Journalists in Colômbia. In David Weaver & Lars Willnat (Eds.), *Global Journalist in the 21st Century*. New York: Routledge. ISBN: 978-0-415-88576-8. pp. 400-412.
- ✉ Barrios-Rubio, A. The Colômbian Media Industry on the Digital Social Consumption Agenda in Times of COVID-19. *Information* 2022, 13, 11. <https://doi.org/10.3390/info13010011>
- ✉ Barrios-Rubio, A., & Gutiérrez-García, M. (2022). Comunicación mediática y social en el entorno de crisis, polarización e inconformismo colombiano. *Profesional De La información*, 31(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.may.20>
- ✉ Bonilla, J. I. (2015). Algo más que malas noticias: Una revisión crítica a los estudios sobre medios-guerra. *Signo y Pensamiento Journal*, 34(66), 62-78
- ✉ Garcés, M. & Arroyave, J. (2017). Riesgos de seguridad y autonomía profesional de los periodistas en Colômbia [Security risks and professional autonomy of Colombian journalists]. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, V49 Enero-junio 1-19. DOI:/10.18504/pl2549-002-2017.
- ✉ García-Perdomo, V., Harlow, S. & Brown, D.K. (2022) Framing the Colômbian Peace Process: Between Peace and War Journalism, *Journalism Practice*, <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2062428>
- ✉ Romero-Moreno, M. & Arroyave, J. (2022). Polarización entre el conflicto y la reconciliación: análisis de sentimiento de la conversación digital entorno a la construcción de Paz en Colômbia. *AEID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. V22. <http://doi.org/10.47369/eidea-22-esp.-3546>

Desafios à liberdade de imprensa e à segurança na cultura jornalística equatoriana: Uma análise da autonomia dos jornalistas e das medidas de proteção

Martín Oller Alonso, Universidad de Salamanca, Espanha

Estado da arte: *Worlds of Journalism Study* (WJS) e o panorama da mídia equatoriana

Esta análise foca em duas dimensões críticas do trabalho jornalístico: a autonomia e a segurança. Ao examinar as variáveis que influenciam a liberdade dos jornalistas na escolha e na elaboração das notícias, bem como as medidas de proteção que adotam, esta pesquisa destaca os desafios mais urgentes enfrentados pelos jornalistas equatorianos na atualidade. Os resultados oferecem uma compreensão abrangente das limitações à liberdade jornalística e dos riscos à segurança enfrentados pelos profissionais de mídia no Equador, contribuindo de forma significativa para a análise global do *Worlds of Journalism Study*.

O jornalismo no Equador opera em um ambiente complexo e dinâmico, moldado por fatores políticos, econômicos e sociais (Oller Alonso & Chavero Ramírez, 2015). O país tem passado por mudanças significativas em seu panorama midiático nos últimos anos, influenciado por mudanças nos regimes políticos (a presidência de Rafael Correa entre 2007 e 2017 e sua proposta de uma “Revolução Cidadã”; a traição política de Lenín Moreno ao seu partido; e o governo turbulento de Guillermo Lasso e sua saída abrupta), instabilidade financeira (o “feriado bancário” de 1999 e a crise econômica de 2008), conflitos sociais recorrentes (como a mobilização contra o aumento dos preços dos combustíveis durante o governo de Lenín Moreno, entre 2017 e 2020), e desafios relacionados ao controle do crime organizado (como o massacre nas prisões equatorianas em 23 de fevereiro de 2021). O meios de comunicação do país tem frequentemente oscilado entre o controle estatal (especialmente durante o governo de Rafael Correa); a reprivatização e concentração da imprensa nos três últimos governos de Lenín Moreno, Guillermo Lasso e Daniel Noboa; e o anseio por segurança e liberdade jornalística.

O setor de mídia do Equador continua economicamente vulnerável, com a sustentabilidade financeira representando um desafio persistente, especialmente para os veículos independentes que dependem de um mercado publicitário limitado. A concentração de recursos em poucos grandes conglomerados agra-

va ainda mais essa situação, comprometendo a independência editorial, já que os jornalistas frequentemente sofrem pressão para alinhar suas reportagens aos interesses de patrocinadores ou acionistas (Oller Alonso, 2023). Essa fragilidade se intensificou ao longo dos anos devido às crises econômicas recorrentes no país, começando pelo “feriado bancário” de 1999, que levou ao colapso financeiro, ao congelamento dos depósitos dos cidadãos, à inflação generalizada e à posterior emigração em massa. A dolarização da economia em 2000 trouxe estabilidade no curto prazo, mas limitou a flexibilidade da política monetária. A forte dependência do Equador das exportações de petróleo expôs o país às flutuações de preço, resultando em déficits fiscais e em um crescimento do endividamento externo.

A crise financeira global de 2008 e a pandemia de COVID-19 em 2020 pressionaram ainda mais a economia, resultando no aumento do desemprego, na queda do PIB, na elevação dos custos com saúde e no crescimento da dívida pública nacional. Desafios fiscais persistentes levaram à adoção de medidas de austeridade, cortes em programas sociais e protestos populares. A instabilidade política, agravada por percepções de traições e mudanças de agenda nas administrações recentes, desestimulou o investimento estrangeiro e prejudicou o crescimento econômico.

Em meio a esses desafios econômicos, o jornalismo equatoriano tem sido duramente afetado. A instabilidade financeira das organizações de notícias levou ao fechamento de diversos veículos independentes, concentrando a propriedade da mídia em menos mãos e reduzindo a independência editorial. A vulnerabilidade econômica aliada às pressões políticas criou um ambiente precário para os jornalistas, que enfrentam dificuldades para manter sua autonomia e garantir sua segurança ao cobrir temas críticos. Diante desses desafios multifacetados enfrentados pelo Equador, soluções abrangentes e inclusivas são urgentemente necessárias para promover a estabilidade de longo prazo, a recuperação econômica e um panorama midiático mais resiliente.

Método

A visão geral dos dados e da amostra do *Worlds of Journalism Study* (WJS) no Equador estimou a população estudada entre 12.000 e 15.000 jornalistas (2022/2023). A amostra final incluiu 299 “jornalistas profissionais” (sobre os quais se baseiam os resultados) e 96 “jornalistas periféricos”, totalizando uma amostra de 395 jornalistas, com uma taxa de resposta inferior a 10%. A coleta de dados ocorreu entre 2022 e 2023. Esse método permitiu um alcance eficiente dentro do diversificado panorama midiático do Equador.

A análise apresentada neste relatório é baseada no questionário do WJS para o Equador. Ela destaca as variáveis de segurança e medidas de proteção para jornalistas, refletindo o ambiente precário enfrentado por muitos jornalistas em sua profissão. As perguntas exploraram os tipos e as frequências de ameaças, como ataques físicos, assédio digital e táticas de intimidação. Os jornalistas relataram ações de proteção, incluindo autocensura, alteração de rotinas e mudança de local de trabalho para mitigar essas ameaças. A autonomia dos jornalistas também foi analisada, capturando o grau de liberdade que os jornalistas têm ao selecionar e destacar as notícias.

Desigualdades de gênero

A análise da autonomia entre os jornalistas equatorianos revela desigualdades de gênero, refletindo os desafios dentro do panorama midiático do país. Cerca de 75-80% dos jornalistas homens, em comparação com 70-75% das jornalistas mulheres, concordaram em grande parte ou concordaram totalmente que possuem autonomia na seleção das pautas. Isso sugere que os homens geralmente percebem ter mais controle sobre os temas que cobrem e como os apresentam. Em contraste, cerca de 65-70% das jornalistas mulheres concordaram em grande parte ou concordaram totalmente que têm autonomia na seleção das pautas, comparado a 60-65% para ênfase narrativa, indicando uma possível disparidade na influência editorial e no poder de tomada de decisões. Um grupo menor de jornalistas, com pontuações de autonomia significativamente mais baixas, sugere diversidade adicional nas experiências, representando potencialmente jornalistas freelancers ou de meio período que trabalham em ambientes altamente precários.

Esses resultados estão alinhados com o contexto equatoriano, onde a concentração midiática e a instabilidade econômica moldaram um panorama midiático precário. Interesses dos proprietários frequentemente impactam as escolhas editoriais, forçando os jornalistas, especialmente aqueles em posições economicamente vulneráveis, a se conformar às prioridades organizacionais. Isso é particularmente relevante para jornalistas mulheres e aqueles fora da mídia tradicional, que podem enfrentar mais desafios ao exercer sua independência editorial. A autonomia restrita reflete as pressões de trabalhar sob um sistema de mídia fortemente influenciado por interesses políticos e forças do mercado. À medida que o jornalismo no Equador se adapta à ascensão da mídia digital e comunitária, as experiências variadas de autonomia revelam a necessidade de políticas e proteções de apoio para fomentar um panorama midiático mais equitativo e independente, onde todos os jornalistas, independentemente de gênero ou função, possam exercer seu trabalho livremente.

Medidas de proteção

Os dados sobre as medidas de proteção destacam as condições precárias e, muitas vezes, perigosas sob as quais os jornalistas equatorianos atuam. A autocensura é a estratégia protetiva mais difundida, com muitos jornalistas frequentemente moderando suas reportagens para evitar retaliações de entidades poderosas — sejam políticas, corporativas ou criminosas. Cerca de 67% dos jornalistas equatorianos relataram a autocensura como uma medida protetiva, tornando-a a estratégia mais comum para evitar retaliações de entidades poderosas. Isso ressalta o quanto os jornalistas se sentem obrigados a evitar temas controversos por completo. Esses resultados ilustram como o medo da represália molda o trabalho jornalístico no Equador, forçando os profissionais da mídia a navegar em um delicado equilíbrio entre seu dever de informar e os riscos associados à sua profissão.

Além da autocensura, outros comportamentos preventivos também são comuns. Cerca de 51% dos jornalistas relataram alterar suas rotinas pessoais, enquanto 28% disseram que removem a identificação de imprensa em público como estratégias para minimizar sua visibilidade e mitigar ameaças físicas e digitais.

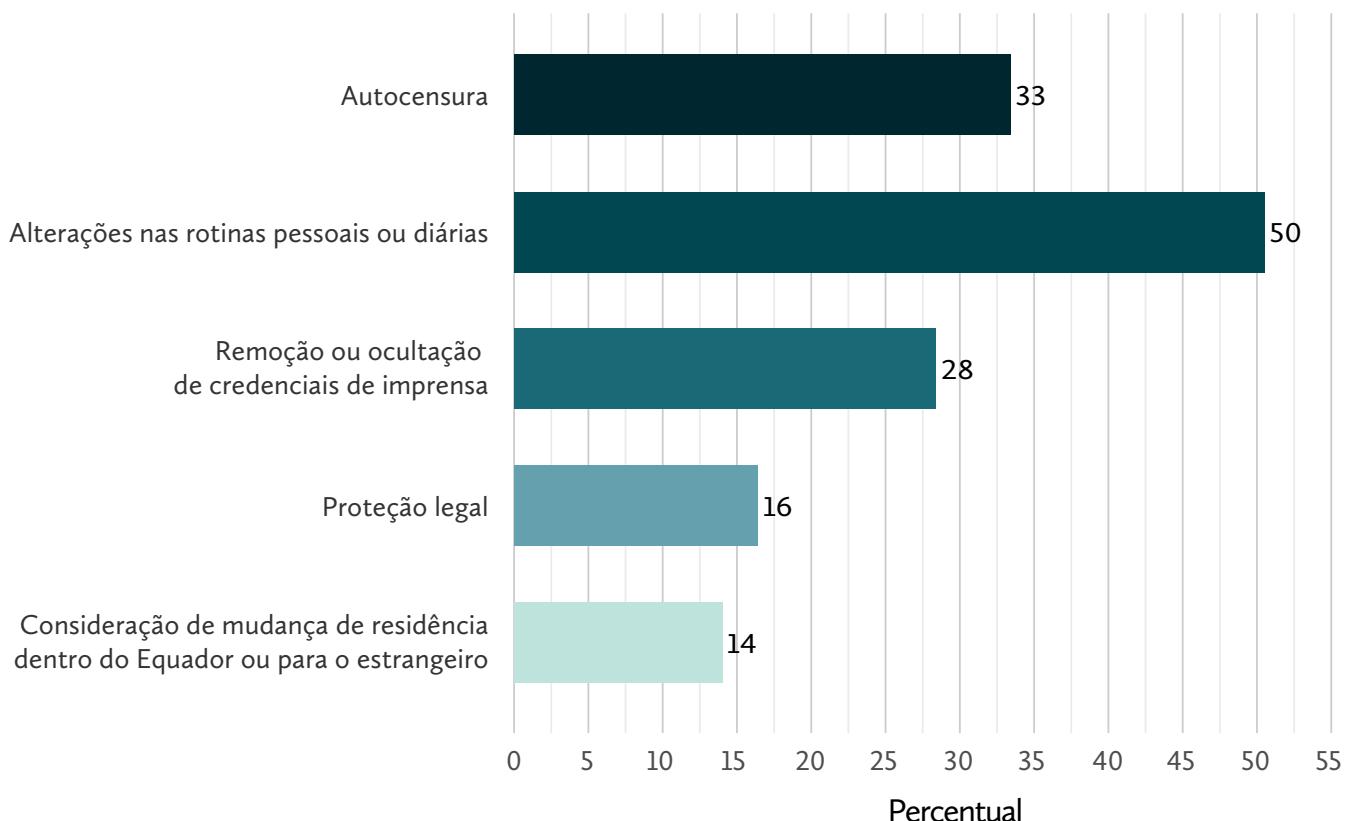
Essas ações revelam uma preocupação profunda com a segurança pessoal, especialmente entre aqueles que cobrem questões polêmicas ou trabalham em espaços públicos. A disseminação dessas precauções reflete o clima socioeconômico e político mais amplo do Equador, onde o assédio e a intimidação de jornalistas são ocorrências rotineiras.

A ação legal também é um recurso frequente para jornalistas que enfrentam ameaças, com 16% buscando proteção legal. No entanto, a dependência de medidas legais sugere que o quadro jurídico do Equador é insuficiente para garantir a segurança da imprensa, já que muitos jornalistas se sentem obrigados a tomar medidas formais para se defender. Outra realidade impressionante é que 14% dos jornalistas relataram que consideraram se mudar dentro do Equador e para o exterior, enfatizando a gravidade dos riscos que enfrentam. A busca por melhores condições de vida tendo em vista segurança pessoal reflete as medidas extremas que os profissionais da mídia precisam adotar para continuar seu trabalho.

Esses resultados ressaltam a necessidade urgente de proteções mais fortes e reformas políticas para garantir um ambiente mais seguro para os jornalistas equatorianos. A ocorrência constante de autocensura, ocultação de identidade, auxílio legal e deslocamento revela uma profissão sob cerco, onde os jornalistas precisam continuamente avaliar os perigos de seu trabalho e tomar ações preventivas para se proteger. Os desafios econômicos do Equador impactaram profundamente o setor de mídia, criando um ambiente de alta precariedade.

Medidas de proteção

Porcentagens válidas de respostas afirmativas para cada medida



Conclusão

Esta avaliação da liberdade de imprensa e dos desafios de segurança enfrentados pelos jornalistas equatorianos, com base nos dados da terceira onda do *Worlds of Journalism Study (WJS)* (2020–2023), revela um ambiente midiático moldado pela instabilidade econômica, por pressões políticas, condições de trabalho instáveis e pelo aumento das ameaças criminosas. Esses fatores contribuíram para uma maior dependência de medidas de proteção, destacando os riscos crescentes associados ao jornalismo no país. Os jornalistas equatorianos navegam em um ambiente complexo, onde a autonomia é frequentemente limitada, especialmente aqueles que trabalham para veículos privados que priorizam interesses econômicos e políticos. Essa autonomia limitada é agravada pelas vulnerabilidades financeiras, uma vez que as organizações de mídia enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade, o que leva ao aumento da concentração midiática e ao comprometimento da independência editorial.

Os resultados indicam desigualdades de gênero notáveis na autonomia jornalística, com os jornalistas homens relatando um pouco mais de liberdade na seleção de pautas e no enfoque narrativo. No entanto, tanto os jornalistas homens quanto as mulheres enfrentam restrições substanciais, frequentemente recorrendo à autocensura, modificação de rotinas e deslocamento para se protegerem de ameaças físicas, legais e digitais. Essas medidas de proteção destacam as condições precárias dos jornalistas, refletindo o panorama socioeconômico mais amplo de conflitos sociais frequentes, crises econômicas e a pandemia de COVID-19.

Referências

- ☞ Oller Alonso, M. (Ed.) (2017). *Cultura(s) Periodística(s) Iberoamericana(s). La diversidad de un periodismo propio*. La Laguna (Tenerife): Sociedad Latina de Comunicación Social.
- ☞ Oller Alonso, M. (2023). Desde ¡el infinito y más allá! hasta ¡me voy a volver! Las claves contextuales que definen las políticas comunicacionales y el binomio medios/poder en Ecuador. In Márquez, M. & Guerrero, M.A. (Eds.). Los sistemas de medios en América Latina: Políticas de comunicación, regulación y captura. Volumen I. México: Editorial Iberoamericana.
- ☞ Moreira, S. V. & Oller Alonso, M. (2018). Journalists in newsrooms: Professional roles, influences, and changes to journalism. *Brasilian Journalism Research (BJR)*, 14(2): 304-317.
- ☞ Oller Alonso, M. (2019). *Análisis Orgánico Multinivel de la Cultura Periodística de Ecuador* (Vol. II). Saarbrücken: Editorial Académica Española (EAE).
- ☞ Oller Alonso, M. & Chavero, P. (2015). La percepción de los factores de influencia de los periodistas dentro de la cultura periodística de Ecuador. *Disertaciones*, 8(1), 78-101.

Entre a desigualdade social e a erosão institucional: O caso do Peru

Lilian Kanashiro, Universidade de Lima • Lourdes Cueva Chacón, San Diego State University • Karles Daniel Antonio-Manzo, Universidade Iberoamericana • Jessica Retis, Universidade do Arizona

Introdução

No Peru, existe uma precariedade estrutural que se manifesta na economia e na política. Em 2024, 45% da população economicamente ativa está subempregada e o emprego informal alcançou 71% (Instituto Nacional de Estatística e Informática, 2024), o que significa que os trabalhadores não têm acesso aos benefícios do emprego formal. No contexto político, desde 2016, o Peru foi governado por seis presidentes, e metade deles não completou seu mandato. 89% dos peruanos não estão satisfeitos com o funcionamento da democracia no país (Corporación Latinobarómetro, 2024). Esses dados são uma amostra da precariedade que afeta o ecossistema midiático informativo.

A instabilidade do sistema de mídia

O retorno à democracia em 2001 representou um ponto de inflexão para os meios de comunicação no Peru. A compra de linhas editoriais televisivas e as operações de difamação por parte de jornais sensacionalistas (Fowks, 2015; CONVOCA, 2017) forçaram os meios de comunicação a recuperar a confiança do público. No entanto, esse foi um período efêmero, já que continuaram as práticas mercantilistas. Desde então, a concentração dos meios de comunicação (Ojo Público & Repórteres Sem Fronteiras, 2016; Duchiade, 2023) acentuou a homogeneização das informações jornalísticas e o apoio aos partidos conservadores. Essa aliança se manifestou de forma clara nos processos eleitorais, com o apoio dos meios de comunicação à direita peruana, a demissão de jornalistas renomados e o relatório de observadores da União Europeia apontando uma cobertura informativa desequilibrada (União Europeia, 2021; Cueva Chacón, 2022).

A pandemia teve um impacto significativo: o país registrou o maior número de jornalistas mortos por COVID-19 (Nalvarte, 2020), aprofundou-se a precariedade e a vulnerabilidade dos jornalistas locais (Arévalo Delgado, 2020), ocorreram demissões massivas e contínuas em meios de comunicação relevantes (Associação Nacional de Jornalistas do Peru, 2020; Cueva Chacón, 2024), além do encerramento de programas informativos e veículos de mídia, com sua migração para plataformas exclusivamente digitais (Cueva Chacón, 2021).

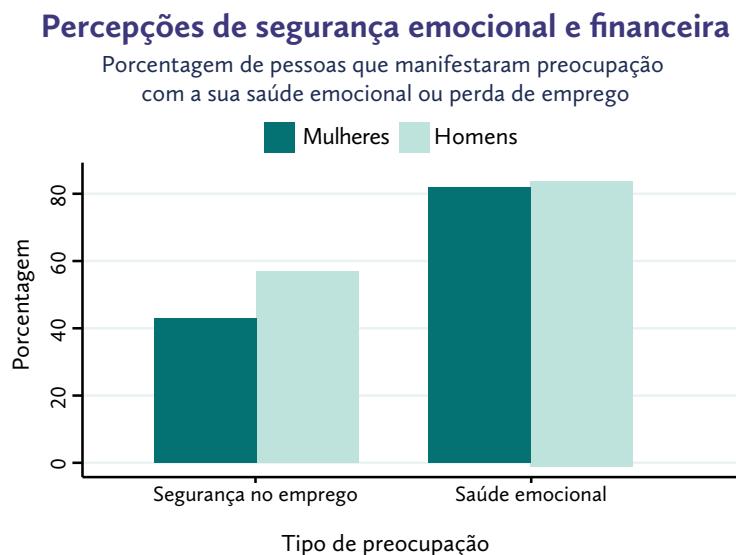
A trajetória do jornalista digital até então havia sido marcada pela convivência entre o digital e o tradicional (Yezers'ka & Zeta de Pozo, 2016). No entanto, nesta nova etapa, há um aumento do jornalismo nativo digital, iniciado em muitos casos por jornalistas de meios tradicionais que migraram completamente para o mundo digital, assim como por novas gerações de jornalistas e comunicadores que seguem a cultura “influencer”. Isso pode explicar por que o Peru aparece entre os cinco países com maior audiência no TikTok para o consumo de notícias (Cueva Chacón, 2024).

Métodos

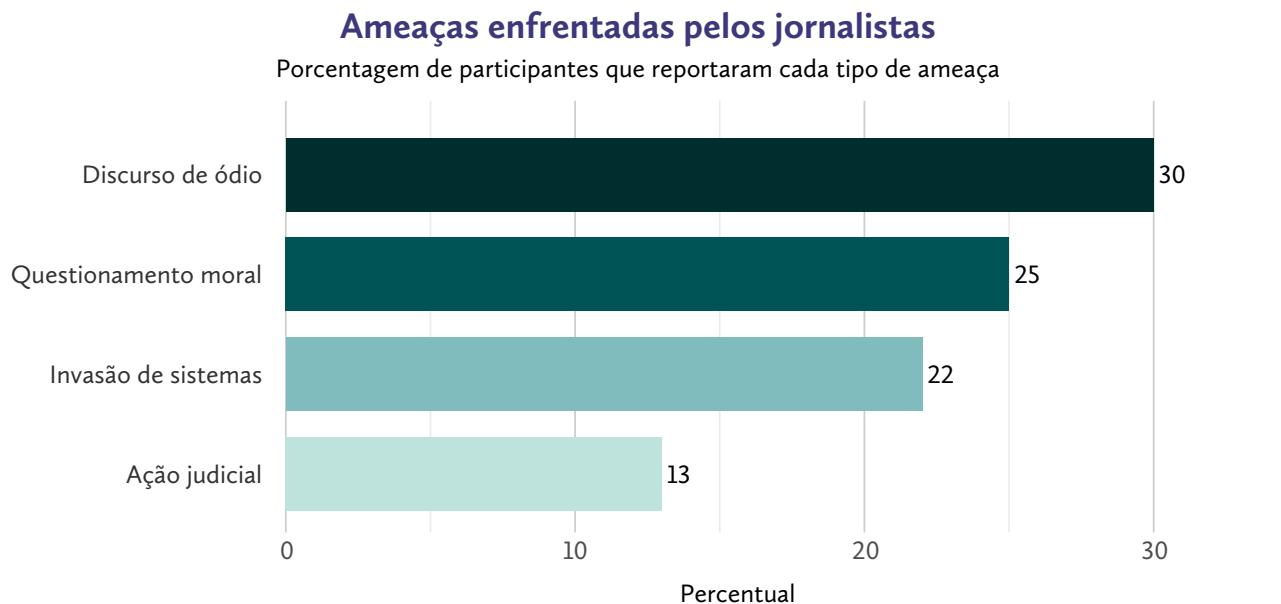
O estudo sobre as condições laborais dos jornalistas no Peru não tem precedentes na pesquisa acadêmica, dado que não existe um censo de jornalistas nem um diretório unificado de meios de comunicação. Para este trabalho, utilizou-se uma cartografia de meios baseada na triangulação de dados públicos e privados, que identificou 613 veículos com produção noticiosa (Retis et al., 2021). Ao longo da pesquisa, foram sendo identificados novos meios, especialmente nativos digitais, chegando a um total de 796 meios jornalísticos sobre os quais foi feito o processo de amostragem. Seguiu-se também a divisão geográfica em macrozonas do Instituto de Estudos Peruanos, com o objetivo de obter uma representatividade nacional. Foram aplicadas 335 entrevistas. O tamanho da amostra foi calculado com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. A amostra foi distribuída de acordo com localização geográfica (norte, centro, sul, oriente e capital), alcance (local, regional, nacional e internacional) e tipo de meio (jornais, semanais, revistas, televisão, rádio, online e agências de notícias). O instrumento foi validado pelo *Worlds of Journalism Study*. As entrevistas foram realizadas por telefone entre os anos de 2023 e 2024. Os jornalistas participantes foram selecionados aleatoriamente a partir dos meios registrados, seguindo o perfil estabelecido pelo *Worlds of Journalism Study*: 50% ou mais da renda proveniente do jornalismo ou 50% ou mais do tempo de trabalho dedicado ao jornalismo. Com esses critérios, obteve-se a seguinte composição demográfica ocupacional: 27,3% mulheres com idade média de 38 anos e 73% homens com idade média de 46 anos. A média de anos de experiência jornalística foi de 16 anos.

Uma profissão dominada por homens

Uma característica demográfica do jornalismo peruano é a sub-representação das mulheres na categoria (27%), a proporção mais baixa em comparação com outros países da América Latina. Embora a precariedade laboral afete tanto homens quanto mulheres, apenas 34% das jornalistas mulheres trabalham sob uma modalidade contratual estável, em contraste com 42% dos jornalistas homens. Nesse contexto, é preocupante que 3 em cada 10 jornalistas tenham relatado ter sido alvo de discurso de ódio (30%), questionamentos morais (25%), invasão de contas (22%) e ações legais (12,5%). Para enfrentar essa situação, 69% indicaram maior atenção à verificação dos fatos e 67% apontaram a necessidade de treinamento em segurança.



Diante dessas ameaças, os jornalistas relataram ter recebido maior apoio do veículo de comunicação, de colegas e de organizações de jornalistas. No entanto, as jornalistas relataram menos apoio em todas as categorias. A desigualdade de gênero é mais acentuada no caso das organizações de jornalistas: os homens relataram maior apoio (56,5%) do que as mulheres (39%). O mesmo ocorre com as gestões dos meios de comunicação, onde os homens relataram maior apoio (77%) do que as mulheres (62%).



Uma maioria significativa de mulheres (76%) e homens (75%) demonstrou preocupação com seu bem-estar físico, preocupação que aumenta quando se trata da saúde emocional, sendo maior entre as mulheres (85,5%) do que entre os homens (82%). Vale destacar que as jornalistas mulheres têm mais medo de perder o emprego (57%) do que os homens (42,5%), apresentando uma diferença estatisticamente significativa¹.

Centralismo e desigualdade na categoria

Outro traço significativo do contexto peruano é o centralismo institucional. As chances de obter um contrato estável em tempo integral são maiores em Lima (51%) do que no restante do país (33%), havendo diferenças estatisticamente significativas². O centralismo também se reflete nas condições salariais: foram encontradas diferenças estatisticamente significativas³ entre o salário e a localização geográfica do trabalho jornalístico. Um jornalista na capital peruana recebe entre 800 a 1000 dólares por mês, enquanto no restante do país a remuneração varia entre 600 a 800 dólares.

Essa situação nos leva à modalidade de pluriemprego. Oito em cada 10 jornalistas entrevistados têm mais de uma fonte de renda diferente do jornalismo. Apenas 16% relataram que a totalidade de sua renda provém do jornalismo. Em Lima, o pluriemprego atinge 34%, enquanto nas regiões é de 66%.

¹ F = 3,847, Sig. = 0,051, eta² = 0,012

² v = 9,547, gl = 1, p = 0,002, eta² = 0,172

³ F = 44,719, sig. = 0,000*, eta² = 0,146**

Mais jornalismo social, menos jornalismo político

Sobre o papel dos jornalistas, relativamente poucos atribuíram grande importância ao incentivo à participação política (39%) e à formação da opinião política (58%). Os jornalistas não percebem como relevante seu papel em relação à estabilidade política e ao fortalecimento da democracia. Por outro lado, houve uma alta valorização em defender os marginalizados (93,5%) e promover a paz e a tolerância (92%). A percepção do papel do jornalismo peruano se inclina mais para uma vocação social do que para uma vocação política.

Os jornalistas destacaram como influência relevante o “acesso à informação” (44%). Chama atenção a pouca influência da “legislação e regulação dos meios” (29%), sendo esta a avaliação mais baixa da região. Em um contexto de precariedade institucional e informalidade, a percepção sobre a regulação não é favorável para a categoria.

Conclusão: Sem jornalismo não há democracia

Este estudo nos permitiu entender como as condições conjunturais e estruturais no Peru se manifestam na categoria jornalística. Diante das ameaças ou ataques, as jornalistas mulheres receberam menos apoio e demonstraram maior preocupação com sua saúde emocional e estabilidade laboral. Nesse sentido, sugere-se desenvolver protocolos diferenciados de apoio para as jornalistas expostas a situações de risco, assim como fortalecer mecanismos sindicais que garantam condições equitativas na estabilidade do emprego.

O centralismo estrutural permeou a institucionalidade jornalística. Os jornalistas que trabalham nas regiões do país enfrentam condições laborais mais adversas do que os jornalistas da capital. O pluriemprego surge como uma estratégia de sobrevivência diante da adversidade econômica. Isso reflete a fragilidade econômica da profissão, o pouco reconhecimento institucional e social do trabalho jornalístico. Sugere-se trabalhar em políticas laborais que garantam salários equitativos, fortalecendo a negociação coletiva e incentivando a revalorização do jornalismo como pilar essencial da democracia.

O perfil do jornalista peruano tende mais para a visibilização da desigualdade econômica e social, em detrimento de uma visão mais institucional e política. A necessidade de integrar perspectivas institucionais, políticas e sociais permitirá enfrentar contextos complexos e fortalecer o papel do jornalismo como ator-chave na compreensão e transformação das dinâmicas sociais no Peru.

Finalmente, em conjunturas marcadas pela erosão democrática e pela corrupção generalizada, é indispensável fortalecer o jornalismo como um ator estratégico. É urgente implementar políticas públicas que garantam a liberdade de imprensa e ofereçam proteção aos jornalistas, reconhecendo seu papel fundamental na recuperação da confiança cidadã, na redução das desigualdades e no fortalecimento da democracia.

Referências

- ☞ Arévalo Delgado, J. M. (2020) *Situación de las radios y televisoras locales y regionales en el contexto de crisis por el COVID-19*. Consejo Consultivo de Radio y Televisión del Perú.
- ☞ Asociación Nacional de Periodistas del Perú. (2020, Marzo 16). *Un año de periodismo en emergencia*. Facebook.
- ☞ Corporación Latinobarómetro. (2024). *Informe 2024: La democracia resiliente*.
- ☞ CONVOCA. (2017). *Una galería de casos, documentos y personajes investigados por corrupción en el Congreso de la República*.
- ☞ Cueva Chacón, L. M. (June 2021). Peru. En N. Newman, R. Fletcher, A. Schulz, S. Andı, C. T. Robertson, & R. K. Nielsen (Eds.), *Digital News Report 2021*. Reuters Institute.
- ☞ Cueva Chacón, L. M. (June 2022). Peru. En N. Newman, R. Fletcher, C. T. Robertson, K. Eddy, & R. K. Nielsen (Eds.), *Digital News Report 2022*. Reuters Institute.
- ☞ Cueva Chacón, L. M. (June 2024). Peru. En N. Newman, R. Fletcher, C. T. Robertson, K. A. R. Arguedas, & R. K. Nielsen (Eds.), *Digital News Report 2024*. Reuters Institute.
- ☞ Duchiade, A. (2023, 27 septiembre). Tras 10 años, juez dictamina que El Comercio tiene monopolio de prensa escrita en Perú; lo despiden poco después. *Latam Journalism Review*.
- ☞ Fowks, J. (2015). *Chichapolitik. La prensa con Fujimori en las elecciones generales 2000 en el Perú*. Lima: Fundación Friedrich Ebert.
- ☞ Instituto Nacional de Estadística e Informática. (2024). *Perú: Comportamiento de los Indicadores del Mercado Laboral a nivel nacional y 26 ciudades - Tercer trimestre 2024*.
- ☞ Mendoza Michilot, M. (2013). 100 Años de periodismo en el Perú: 1949-2000. Tomo II. Lima, Peru: Fondo Editorial de la Universidad de Lima.
- ☞ Nalvarte, P. (2020, Septiembre 28). 171 Latin American journalists have died from COVID-19, the majority in Peru. *Latam Journalism Review*.
- ☞ Ojo Público & Reporters Without Borders. (2016). *Who runs the media in Peru*.
- ☞ Retis, J., Kanashiro, L., & Domenack, W. (2021). Retos metodológicos en el estudio del sistema de medios informativos en el Perú. *Cuadernos Info*, 50, 1-21.
- ☞ Unión Europea Unión Europea (2021) Misión de expertos electorales - Perú Elecciones generales 11 de abril de 2021; Segunda vuelta presidencial 6 de junio de 2021 - *Informe Final*.

Jornalistas na Bolívia: Neutralidade, precaução e proteção diante da polarização

Mireya Márquez Ramírez, Universidad Iberoamericana, Cidade do México • Víctor Quintanilla Sangüeza, jornalista e investigador independente • Miguel Ángel Flores Olmos, jornalista e investigador independente

Panorama do sistema de mídia e do jornalismo na Bolívia

O desenvolvimento do sistema de mídia na Bolívia seguiu, nas últimas décadas do século XX, a tendência regional de crescimento e consolidação de grandes organizações mediáticas sustentadas pelas reformas neoliberais do mercado e pelo desenvolvimento de vínculos estreitos entre uma classe midiática tradicional e os grupos políticos de direita que chegaram ao poder com as democratizações (Schuliaquer, 2021). O sistema midiático caracterizou-se por sua estrutura de propriedade privada e orientação comercial, fortemente ligada às elites econômicas e ao sistema político tradicional, embora com certos matizes: um setor mínimo, mas importante, de meios ligado à Igreja Católica e a forte presença e tradição de rádios comunitárias. Apesar de uma parte significativa da população boliviana se autoidentificar como indígena (pelo menos 40%), historicamente os povos originários foram excluídos da propriedade dos meios de comunicação, de sua força de trabalho e de seus discursos dominantes. Frente a essa realidade, as rádios comunitárias, cuja função social e cultural está garantida pela Constituição, desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e identidade dessas comunidades. No entanto, são suscetíveis à instrumentalização política devido à sua dependência da publicidade oficial (García, 2022).

Outro aspecto diferenciador é que na Bolívia nunca se desenvolveram altos níveis de concentração da propriedade midiática ou poderosos conglomerados, como em outros países latino-americanos (Torrero & Villegas, 2016). Ainda assim, as empresas de mídia tiveram, historicamente, um papel político determinante. Já no século XXI, o governo de Evo Morales — cuja administração iniciou em janeiro de 2006 e terminou abruptamente em novembro de 2019 — apresentou diversas facetas em sua relação com os meios privados e as elites midiáticas, caracterizadas por constantes “conflitos e abuso de poder” de ambas as partes (Figueroa et al., 2011, p. 126). Em uma faceta, seu governo encontrava uma forma aceitável de se vincular aos meios comerciais (Schuliaquer, 2021, p. 54), e em outra era antagonista e crítico das elites midiáticas que considerava opositoras, racistas, conservadoras e “instrumentos de interesses poderosos e minoritários”. Para freá-las, Morales empreendeu ações de intervenção comunicacional estatal orientadas a estabelecer um “bloco comunicacional contra-hegemônico” (Rocha, 2014, p. 109) que tendia a adotar uma linha pró-governo e propagandista.

A polarização social, econômica e política no caso boliviano teve seu reflexo nos meios de comunicação antes e depois do início do mandato de Morales, quando o confronto entre meios privados e governo foi se intensificando. Com sua intervenção na arena comunicacional como estratégia política e a criação de políticas de comunicação voltadas a minar o que considerava o discurso hegemônico dos meios privados, o governo de Morales parece ter vencido a batalha midiática com “a moderação dos tons beligerantes e da intolerância” e “o reajuste relativo das posições editoriais e até variações na composição acionária de alguns meios privados ‘grandes’ que terminaram próximos à linha oficialista” (Torrico, 2014, p. 256). Sua hegemonia esteve ainda justificada pela “autocensura dos jornalistas”, pois os meios em que trabalham “não podem prescindir da propaganda estatal nem da informação que tem natureza pública” (Molina, 2014, p. 57). Essa baixa rentabilidade na maioria das empresas ou a dependência de subsídios estatais (Hertzler, 2016) tornava os meios mais vulneráveis à instrumentalização política, enquanto a cultura jornalística voltada para a mera cobertura das declarações de fontes oficiais (Schuliaquer, 2020) permitia aos jornalistas uma relativa autonomia para se afastarem da política partidária de seus meios e adotarem a neutralidade como forma de distanciamento.

A polarização não terminou com a saída de Morales do poder; continuou durante o período da muito conturbada transição política e persiste no governo atual de Luis Arce, do mesmo partido de Morales e em disputa política com ele, razão pela qual a aguda polarização política vivida no país exacerba a já histórica polarização econômica e social, assim como as desigualdades estruturais que prevalecem no país.

A acirrada discussão sobre a legitimidade e a suposta fraude na reeleição de Morales, assim como o debate sobre se sua destituição constituiu um golpe de Estado, não apenas provocou um enorme rancor social que intensificou a crise política subsequente, mas também suscitou um profundo questionamento sobre o papel da imprensa em uma democracia. Diversos setores colocavam o dilema de se os meios de comunicação deveriam apoiar o governo, limitar-se a reportar os fatos e as declarações contrapostas, ou assumir de forma aberta e comprometida a defesa da ordem democrática. Em meio aos atos de violência protagonizados por seguidores e opositores — que se entrincheiraram na narrativa binária de “fraude” versus “golpe” (Kennemore & Postero, 2022) — prevaleceu também uma cobertura baseada em desinformação, rumores e uma linguagem incendiária que gerou discursos de ódio e exacerbou a já profunda polarização econômica e social.

Notas sobre a amostra

A Bolívia participa pela primeira vez do estudo *Worlds of Journalism*. Como no país não existe um censo ou cadastro unificado de meios de comunicação, a equipe precisou elaborar sua própria base de dados, a partir de outras já existentes, com critérios de inclusão baseados em alcance, regionalização, suporte, periodicidade, influência, tamanho e tipo de propriedade do meio. A listagem resultante consistiu em 760 meios de comunicação.

Para calcular a amostra de jornalistas a serem pesquisados, foram fixadas as proporções dos meios a serem selecionados aleatoriamente, de modo que a amostra corresponda proporcionalmente aos meios existentes na Bolívia por departamento, tipo de meio (suporte) e tipo de propriedade. Os dois co-pesqui-

sadores que aplicaram os questionários são cidadãos bolivianos com experiência em jornalismo e mídia no país, o que garantiu o acesso aos potenciais participantes dos meios previamente selecionados ao acaso. A busca e o contato foram feitos mediante a técnica de “bola de neve”, cuidando para manter diversidade de gênero, faixa etária e cargo. A amostra final consistiu em 401 jornalistas.

A amostra foi distribuída geograficamente da seguinte forma: La Paz e Santa Cruz (23% e 22%, respectivamente), Tarija (14%), Cochabamba (11%), Potosí (7%), Chuquisaca (7%), Beni (8%), Oruro (6%) e Pando (3%). Quanto ao tipo de meio, a amostra provém da televisão (32%); rádio (38%); jornais e revistas juntos (13%); meios nativos digitais (16%); redes sociais (0,5%) e agências de notícias (0,7%). Cerca de 79% trabalham para meios privados, 9% para meios comunitários ou sem fins lucrativos, e o restante se distribui entre meios públicos e estatais.

O jornalismo boliviano: Entre polarização, neutralidade e baixo risco

Os resultados da pesquisa com 401 jornalistas da Bolívia revelam uma profissão diversa e heterogênea em termos demográficos e laborais. Com uma média de quase 17 anos de experiência no jornalismo e 45 anos de idade, os jornalistas bolivianos estão entre os mais experientes dos países latino-americanos participantes. Por outro lado, os grupos estruturalmente mais marginalizados parecem ter menor presença nas redações: um terço dos entrevistados (35%) são mulheres e apenas 10% pertencem a algum grupo étnico.

Por outro lado, o panorama da liberdade de imprensa é ambivalente. Quase ¾ dos entrevistados percebem muita ou total liberdade para selecionar as informações com as quais trabalham e para escolher os aspectos da notícia a serem destacados (74% e 73%, respectivamente). No entanto, a percepção sobre a liberdade de imprensa no país é baixa: menos de um quinto dos jornalistas (17%) considera que há muita ou total liberdade, enquanto quatro em cada dez (42%) avaliam que ela é inexistente ou escassa. Embora na Bolívia a violência contra a imprensa seja relativamente infrequente em comparação com os 19 tipos de agressões medidos em nosso estudo, há cinco tipos que afetam recorrentemente entre um e dois em cada dez jornalistas: insultos de ódio (19%), estigmatização pública do meio ou da pessoa por parte de autoridades (18%)¹, vigilância ou espionagem (11%) e desqualificação pública do trabalho jornalístico (10%). Os percentuais aumentam consideravelmente se forem incluídos os que já sofreram essas agressões ao menos uma vez.

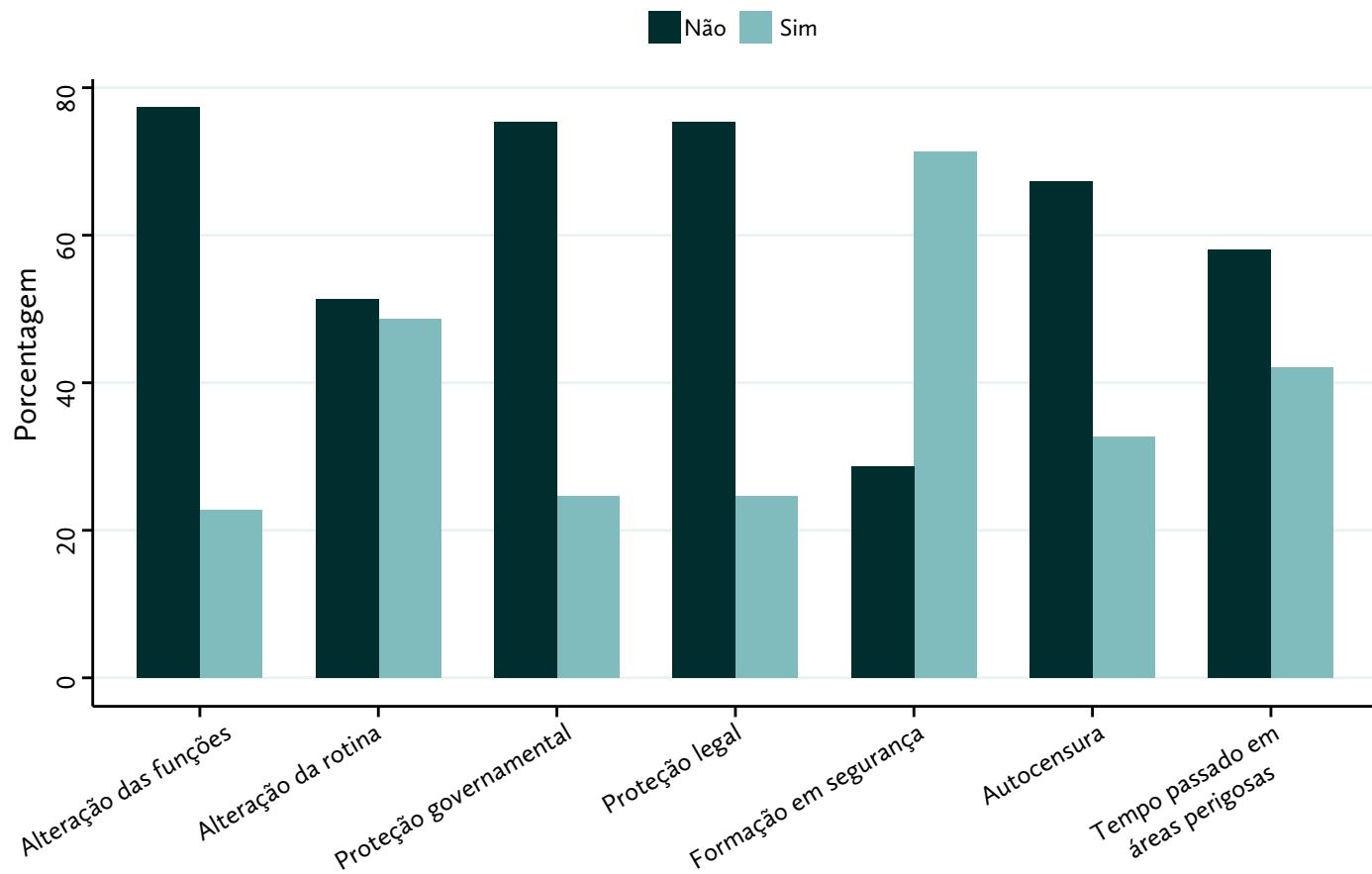
No entanto, não se trata de fenômenos que afetam transversalmente toda a categoria, mas sim certos segmentos específicos. Por exemplo, os insultos de ódio afetam com mais frequência jornalistas de jornais, agências de notícias e televisão, bem como aqueles localizados em Cochabamba e Pando. A desqualificação pública do trabalho jornalístico afeta mais frequentemente jornalistas de jornais e os que estão em La Paz e Santa Cruz. A estigmatização pública por parte das autoridades atinge desproporcionalmente jornalistas de jornais e de meios nativos digitais, assim como profissionais sediados em La Paz e Santa Cruz. Esses resultados sugerem que um segmento de jornalistas vinculados predominantemente à imprensa nacional é mais vulnerável ao risco de violência com motivação política ou social.

¹ Este item foi opcional e só foi aplicado na Bolívia.

Para resistir a esse tipo de agressão, há três estratégias que os jornalistas bolivianos adotam com mais destaque em comparação com outros países da região: capacitação, uso de equipamentos e protocolos de segurança (71%); busca por proteção governamental ou legal (ambas com 25%); e limitação da cobertura em áreas de risco (42%). Além disso, quase um terço dos entrevistados (33%) recorre à autocensura, especialmente em La Paz e Santa Cruz. Esses dados sustentam o argumento de que os jornalistas têm recorrido à autocensura como forma de navegar pela polarização e se distanciar de posições partidárias — inclusive das adotadas por seus próprios meios de comunicação (Schuliaquer, 2020).

Medidas de proteção adotadas pelos jornalistas

Distribuição das respostas afirmativas e negativas sobre as medidas de proteção



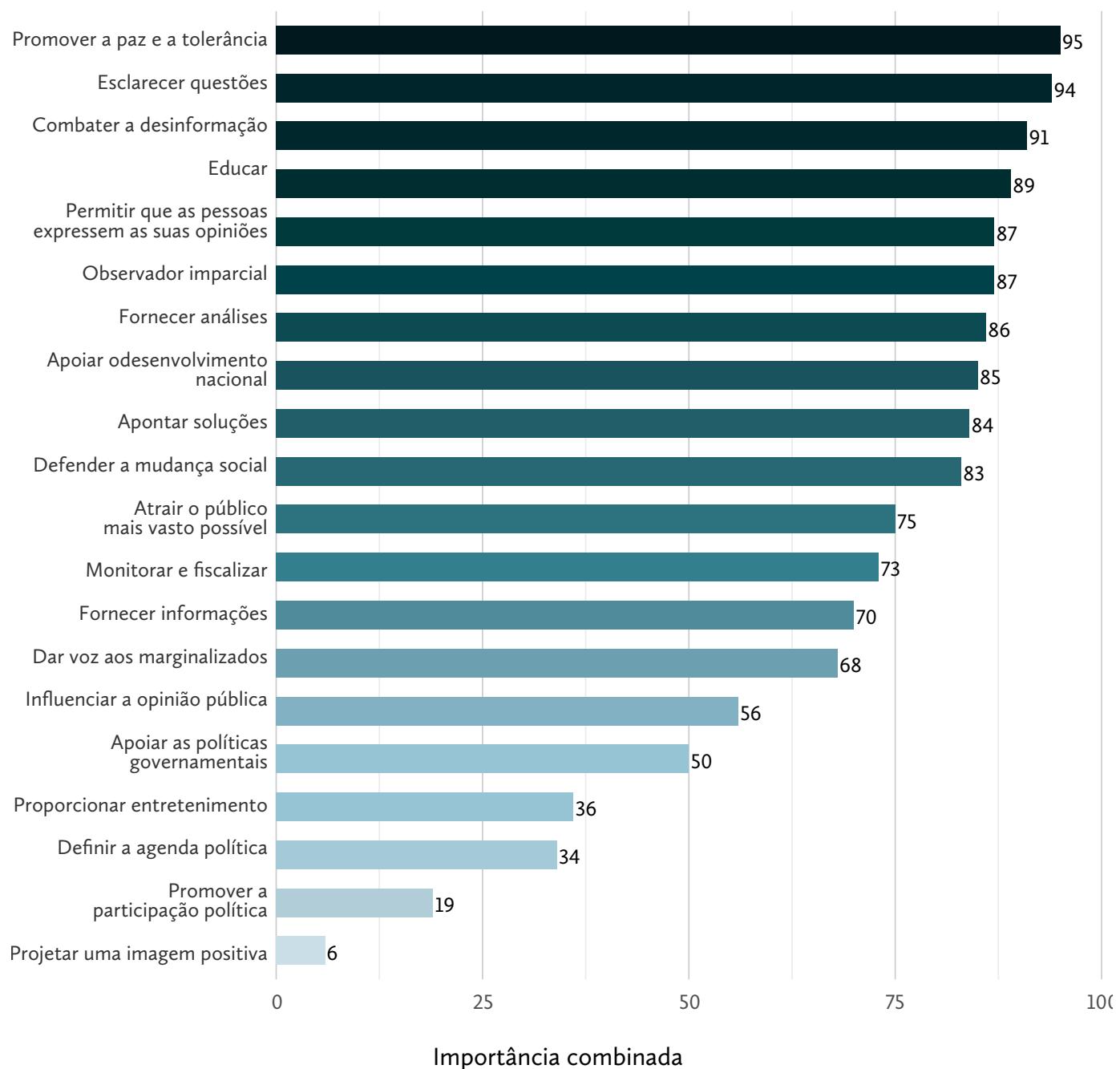
Também se confirma que a maioria dos jornalistas tende a enfrentar a realidade social e política a partir da neutralidade jornalística, como demonstra a grande importância atribuída aos papéis de ser um(a) observador(a) neutro(a) (87%), facilitar a expressão de múltiplos pontos de vista (87%) ou manter uma postura politicamente neutra e oferecer análise da atualidade (ambos com 86%). O baixo desvio padrão registrado no apoio à neutralidade, em comparação com outros países latino-americanos, sugere que se trata de um valor jornalístico amplamente respaldado pela categoria.

No entanto, de certa forma, os jornalistas também demonstram desejo de intervir mais em seu entorno, já que os três papéis mais valorizados são: combater a desinformação (96,5%), promover a paz e a tolerância

(95%) e dar visibilidade aos problemas sociais (93,4%). Por outro lado, a Bolívia é o país latino-americano com a segunda menor média de apoio ao chamado papel de *watchdog* [vigilância] (73%). De fato, agir como crítico ativo do partido no poder ou do governante com quem “não concordo” foi um papel apoiado por apenas um terço dos entrevistados (36%)², o que sugere que, em geral, os jornalistas bolivianos evitam o confronto.

Importância percebida das funções jornalísticas

Porcentagem combinada de “muito importante” e “extremamente importante”



² Este item foi aplicado somente na Bolívia para registrar de forma mais precisa o viés partidário.

Conclusões

O estudo *Worlds of Journalism*, aplicado pela primeira vez na Bolívia, com 401 jornalistas, mostra que a categoria profissional no país andino é relativamente experiente, mas com menor representação de mulheres e escassa presença de minorias indígenas — apesar da composição populacional do país. O panorama da liberdade de expressão é ambivalente: embora haja relativa autonomia jornalística e a violência contra jornalistas seja menos frequente na Bolívia em comparação com diversos tipos de agressões registradas em outros contextos, os profissionais tendem majoritariamente a adotar medidas de proteção ou a buscar amparo por meio do governo e das leis. As agressões às quais estão mais expostos estão associadas a discursos de ódio e à estigmatização pública de seu trabalho por parte das autoridades, possivelmente refletindo as relações antagonistas e os constantes ataques simbólicos mantidos pelo governo com um segmento da imprensa nacional que considera opositor. Talvez por isso, os jornalistas recorrem à autocensura, rejeitam o ativismo político e o papel vigilante da imprensa, valorizando fortemente a neutralidade jornalística — a partir da qual promovem a visibilidade dos problemas sociais e o incentivo à tolerância e à paz. Estamos, ao que parece, diante de uma categoria profissional relativamente prudente, que se apressa em se proteger, mas que prefere manter-se atenta aos constantes vaivéns sociopolíticos a partir de uma posição de neutralidade política.

Na Bolívia, assim como em outras partes da América Latina, a polarização da imprensa alimenta a tensão sociopolítica. Alguns meios de comunicação atuam como opositores abertos ao Movimento ao Socialismo (MAS), enquanto outros se alinharam de forma acrítica ao governo por conveniência política, econômica e ideológica. Os efeitos da crise de 2019–2020 — que incluiu eleições amplamente contestadas, protestos contra a reeleição de Morales, acusações de golpe de Estado e confrontos violentos entre apoiadores e opositores — continuam latentes. Esses eventos não apenas aprofundaram a divisão partidária entre a população, como também agravaram a histórica polarização socioeconômica do país, que se enraizou e passou a se reproduzir tanto no ecossistema informativo quanto na esfera pública. Ainda que, em suas estruturas de propriedade, grande parte dos meios de comunicação ainda represente as elites políticas e econômicas da Bolívia, a categoria jornalística luta por sua liberdade, por sua autonomia e pela defesa dos princípios profissionais a serviço da comunidade.

Referências

- ✉ Figueroa Burga, M., Rebaza Fernández, S., Sosa Villagarcía, P., Mercado Córdova, L., García Velando, B., Vega Baella, O., & López, N. (2011). Medios de comunicación y poder político: Bolívia, Ecuador, Perú y Venezuela. *Politai: Revista de Ciencia Política*, 2(3), 123–135.
- ✉ García, J. (2022). *Entorno regulatorio y políticas públicas para la sostenibilidad de los medios comunitarios en Bolivia*. Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia -OBSERVACOM. www.observacom.org/proyectoridc/wp-content/uploads/2022/09/Bolivia-Medio-comunitarios-Final.pdf
- ✉ Hetzer, A. (2016). La continuidad del régimen mediático híbrido en Bolivia. *Punto Cero. Universidad Católica Boliviana*, 21(33), 8–22.
- ✉ Kennemore, A., & Postero, N. (2022). Cómo entender la crisis electoral de 2019 en Bolivia: Lecciones de los movimientos sociales indígenas. *Foro Internacional*, 877–900. <https://doi.org/10.24201/fi.v6i4.2951>
- ✉ Molina, F. (2014). Las relaciones entre los medios y el gobierno de Evo Morales. De la polarización a la hegemonía. *Journal de Comunicación Social*, 2(2), 45–76.

- ⌚ Rocha, V. (2014). Bolivia: Entre la polarización y la contrahegemonía comunicacional. En A. Bizberge y A. Goldstein (Coord.), *Medios y gobiernos latinoamericanos en el s. XXI: Las tensiones de una compleja relación* (92-110). Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe de la Universidad de Buenos Aires.
- ⌚ Schuliaquer, I. (2020). No tan polarizados. Los gobiernos de Evo Morales y los medios de comunicación en Bolivia. *Revista SAAP*, 14(2), 367-396. <https://doi.org/10.46468/rsap.14.2.a5>
- ⌚ Schuliaquer, I. (2021). Gobiernos y medios en América del Sur. Argentina, Bolivia, Brasil, Ecuador y Uruguay en el siglo XXI. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 30, Article 30. <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484911e.2021.30.75696>
- ⌚ Torrico, E. (2014). Notas para una agenda de la información y la comunicación. En Onadem (Ed.), *Medios a la vista 3. Análisis sobre el derecho a la información y la comunicación y el periodismo en Bolivia 2012-2013* (255-257). Fundación UNIR.
- ⌚ Torrico, E. R. & Villegas, (2016). *Análisis del desarrollo mediático en Bolivia: Basado en los Indicadores de Desarrollo Mediático de la UNESCO*. UNESCO.

Jornalismo no Chile: Resiliência às crises

William Porath • Daniela Grassau • Constanza Ortega-Gunckel
Universidade Católica Pontifícia do Chile

Três fatos marcam os meios de comunicação no Chile. Primeiro, o esgotamento do modelo de negócios; dado que o investimento publicitário nos meios tradicionais diminui, enquanto aumenta a participação da publicidade digital — de 12,4% em 2014 para 51,1% em 2023 (AMM, 2024). Essa situação desencadeou o fechamento de meios, mudanças nos formatos ou definições temáticas, e demissões em massa, ao mesmo tempo em que multiplicou a difusão de conteúdos multiplataforma, sobrecregendo o trabalho dos jornalistas que permanecem nesses meios.

Os protestos sociais do final de 2019 quebraram completamente as rotinas jornalísticas no Chile e desencadearam mudanças que persistem até hoje. Iniciado como protestos estudantis contra o aumento nas tarifas do transporte, o movimento rapidamente escalou para abranger uma ampla gama de demandas que incluíam reformas profundas em educação, saúde e pensões, expressas em manifestações pacíficas e massivas, mas também em violentos confrontos com a polícia e saques. A persistência do descontentamento levou o sistema político a discutir uma nova constituição (Heiss, 2021). Esse movimento quebrou as rotinas dos meios de comunicação de três maneiras: impôs a necessidade de cobrir permanentemente o movimento como breaking news; impôs dificuldades para cobrir os fatos em campo devido à violência; e aumentou as reclamações explícitas contra os meios pelo seu papel na sociedade (basicamente acusados de servir aos grandes interesses econômicos e políticos), que chegaram até a agressões contra meios e jornalistas (Grassau et al., 2023). A pandemia de COVID-19, finalmente, intensificou a necessidade de uma cobertura contínua, mas também trouxe medo do contágio, limitação ao contato físico e redução da mobilidade, o que forçou os jornalistas a se adaptarem ao trabalho remoto. Isso transformou suas rotinas, afetou seu bem-estar físico e mental, e acelerou a implementação de novas tecnologias (Grassau et al., 2023). Essas crises exacerbaram as dificuldades econômicas já existentes, forçando os meios a inovar em um mercado cada vez mais digitalizado e competitivo.

Contexto

O sistema de meios de comunicação chileno se caracteriza como um modelo comercial, fundado na propriedade privada, financiado fundamentalmente pela venda de publicidade, centralizado na capital do país (Núñez-Mussa, 2021), com um alto grau de concentração e no qual há uma coincidência ideológica e de valores entre os principais proprietários dos meios e os maiores anunciantes (Mönckeberg, 2009).

A imprensa escrita é dominada pelo duopólio dos grupos Copesa e El Mercurio, vinculados à direita econômica. Este último possui uma ampla rede de jornais regionais que cobrem quase todo o país (Gronemeyer e Porath, 2015). Quanto à televisão, além do canal estatal, que deve se financiar pela venda de anúncios e apresenta um elevado nível de prejuízos (Julio et al., 2021), existem três canais de alcance nacio-

nal que dominam o mercado, dois deles nas mãos de importantes grupos econômicos. Também existem vários canais regionais pequenos que sobrevivem graças às operadoras de cabo (CNTV, 2018). O rádio é provavelmente o mercado mais diversificado, com grande variedade de estações e orientações programáticas e editoriais por todo o país, mas no qual o grupo espanhol Prisa apresenta forte presença com 11 estações (Mancinas-Chávez et al., 2024). Na última década, floresceu um ecossistema de meios nativos digitais, que ainda não conseguiram estabilizar seus modelos e sustentabilidade editorial e de negócios (Faure et al., 2025).

Metodologia

O quadro amostral é constituído por uma cartografia dos meios de comunicação realizada entre janeiro de 2020 e maio de 2021¹, que determinou a existência de 1.906 meios informativos no país, dos quais 50,6% correspondem a meios tradicionais e 43,1% são meios que só existem na internet. Posteriormente, foi distribuída uma pesquisa (taxa de resposta de 41,6%) que permitiu estimar uma população de 6.000 pessoas trabalhando como jornalistas em meios de notícias, dos quais 58,4% trabalham na região metropolitana, onde está localizada a capital, Santiago.

Foi realizada uma amostragem proporcional estratificada: primeiro, por regiões administrativas (de acordo com a quantidade de jornalistas trabalhando nelas) e depois, dentro de cada região, proporcional ao tamanho das redações. As pesquisas foram feitas presencialmente, por telefone e online, com uma taxa de resposta de 69%. A amostra final foi de 398 jornalistas ativos (margem de erro: 4,75 pontos). O trabalho de campo ocorreu de dezembro de 2021 até dezembro de 2023.

Foi usado o mesmo questionário para todos os países, mas no caso do Chile, e dado o impacto nos meios, foram adicionadas perguntas sobre os efeitos dos protestos de 2019 sobre os jornalistas.

Principais resultados

Os resultados são organizados mostrando primeiro algumas características sociodemográficas das redações no Chile; em seguida, são apresentados os principais papéis jornalísticos declarados pelos entrevistados; o reconhecimento e nível de influência de fatores externos sobre o trabalho jornalístico; a frequência de ações de intimidação dirigidas aos profissionais, medidas de proteção tomadas por eles e preocupações expressas; a liberdade editorial dos entrevistados e, finalmente, o impacto dos protestos de 2019 sobre eles.

Características das redações

As redações chilenas podem ser caracterizadas por contar com maioria de homens (68%) com cerca de 43 anos, com 17 anos de carreira profissional, amplamente capacitados na profissão (95%). As mulheres são mais jovens (média de 37 anos), com menos experiência (13 anos) e levemente menor nível de capacitação (90%), mas com melhor situação laboral: 77% trabalham com contrato em tempo integral contra 71,5%

¹ Ver mapademedios.cl

dos homens. A principal fonte de trabalho é o rádio (31%). No entanto, a precariedade laboral se reflete no fato de que 45% dos entrevistados possuem um ou mais empregos além dos trabalho nos meios. Ou seja, para quase metade deles, o trabalho nos meios não é suficiente para se manter economicamente.

Os jornalistas chilenos têm baixa especialização em seu trabalho: produzem material para uma média de três plataformas e 76% não têm um setor ou área específica para cobrir.

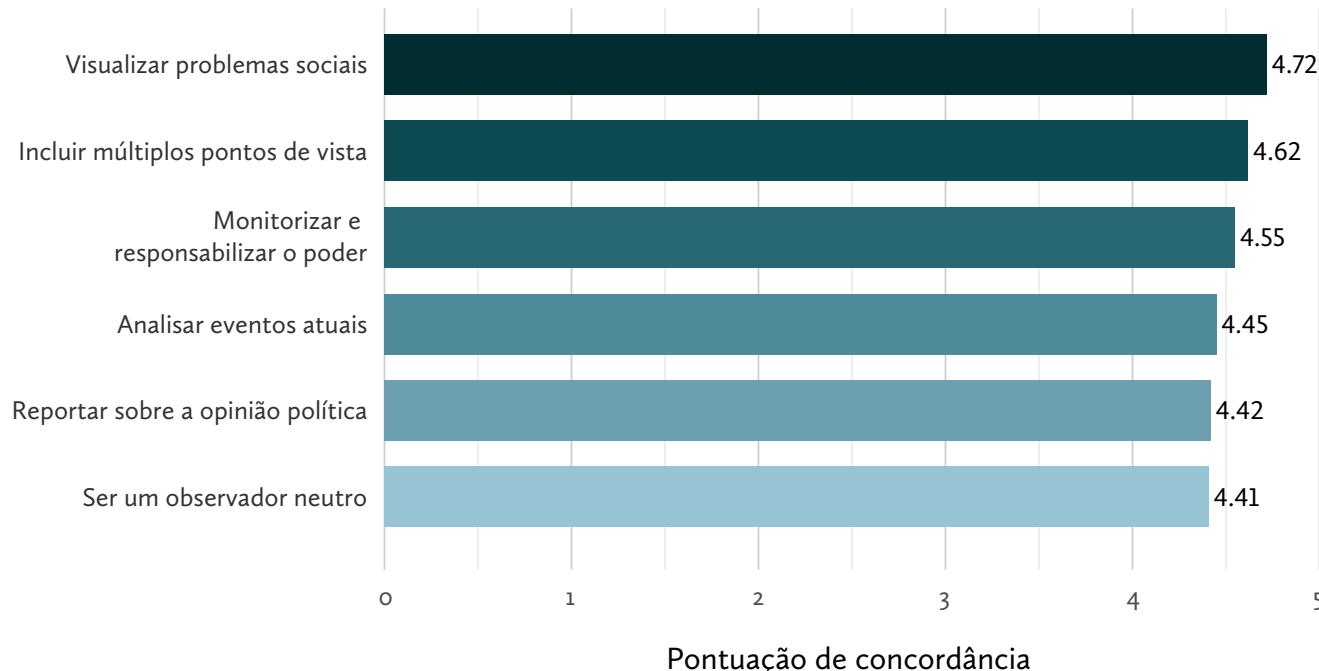
Papéis jornalísticos

Quanto aos papéis do jornalismo, os profissionais chilenos apoiam fortemente uma visão liberal. Assim, 96% consideram extremamente ou muito importante a afirmação “Tornar visíveis os problemas sociais”. Seguem-se “Facilitar a expressão de múltiplos pontos de vista” com 95,5% de apoio; “Monitorar e vigiar o poder” com 91%; “Fornecer a informação necessária para a formação da opinião política” com 89%; “Oferecer análises da atualidade” com 89%; e “Ser um observador neutro” com 88%.

Mais abaixo estão afirmações associadas ao papel do jornalismo como promotor da mudança social: “Fomentar a paz e a tolerância” (84% consideram extremamente ou muito importante), “Educar as audiências” (83%), “Falar por aqueles que estão marginalizados” (80%), “Apontar possíveis soluções para os problemas sociais” (72%) e “Promover a mudança social” (63%). No entanto, esses apoios também são altos e indicam uma tendência dos jornalistas chilenos de concordar com os mais variados papéis.

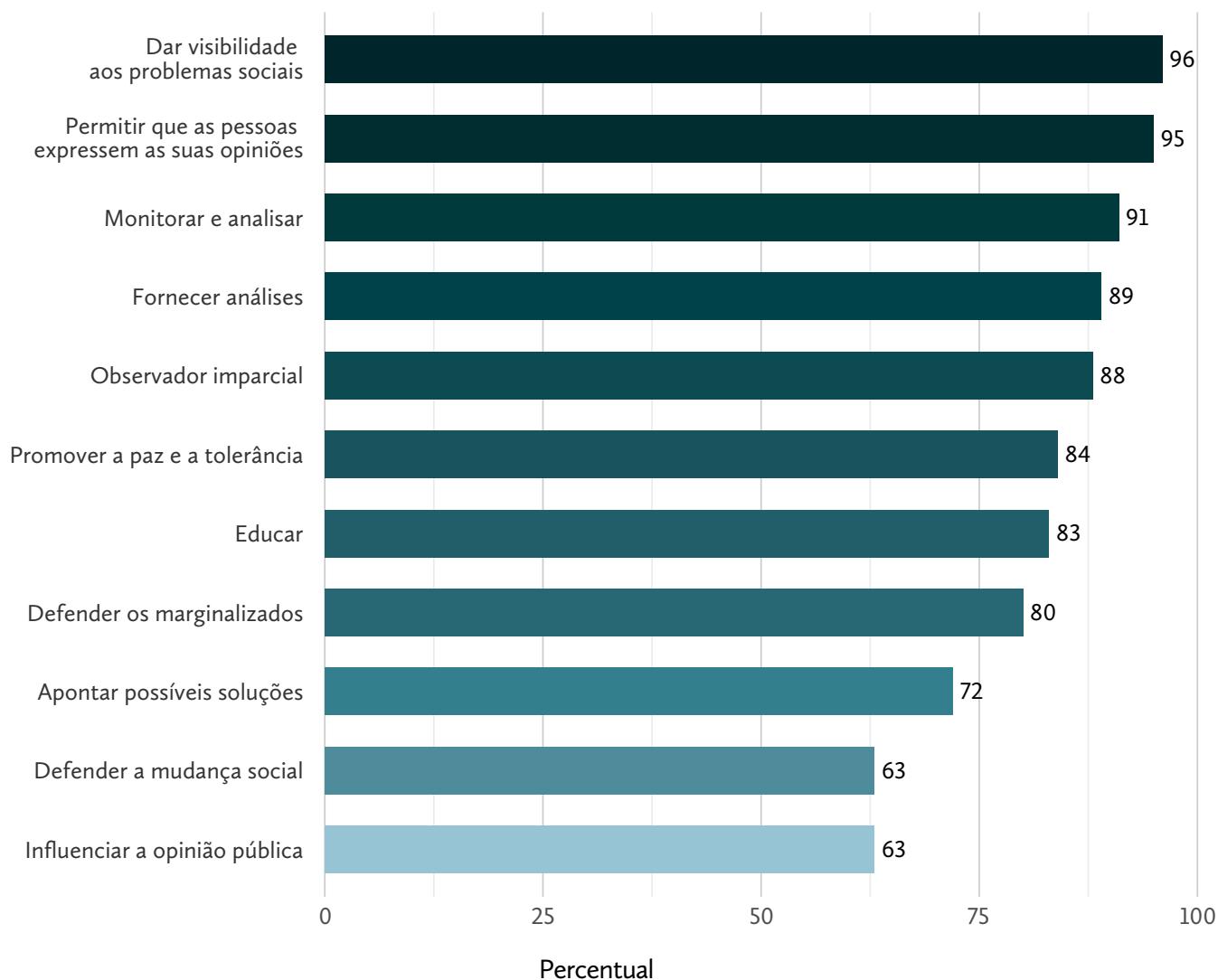
Funções jornalísticas

Pontuação média de concordância (escala de 1 a 5)



Apoio à mudança social e às funções liberais

Porcentagem que classifica a função como "muito" ou "extremamente importante" no seu trabalho



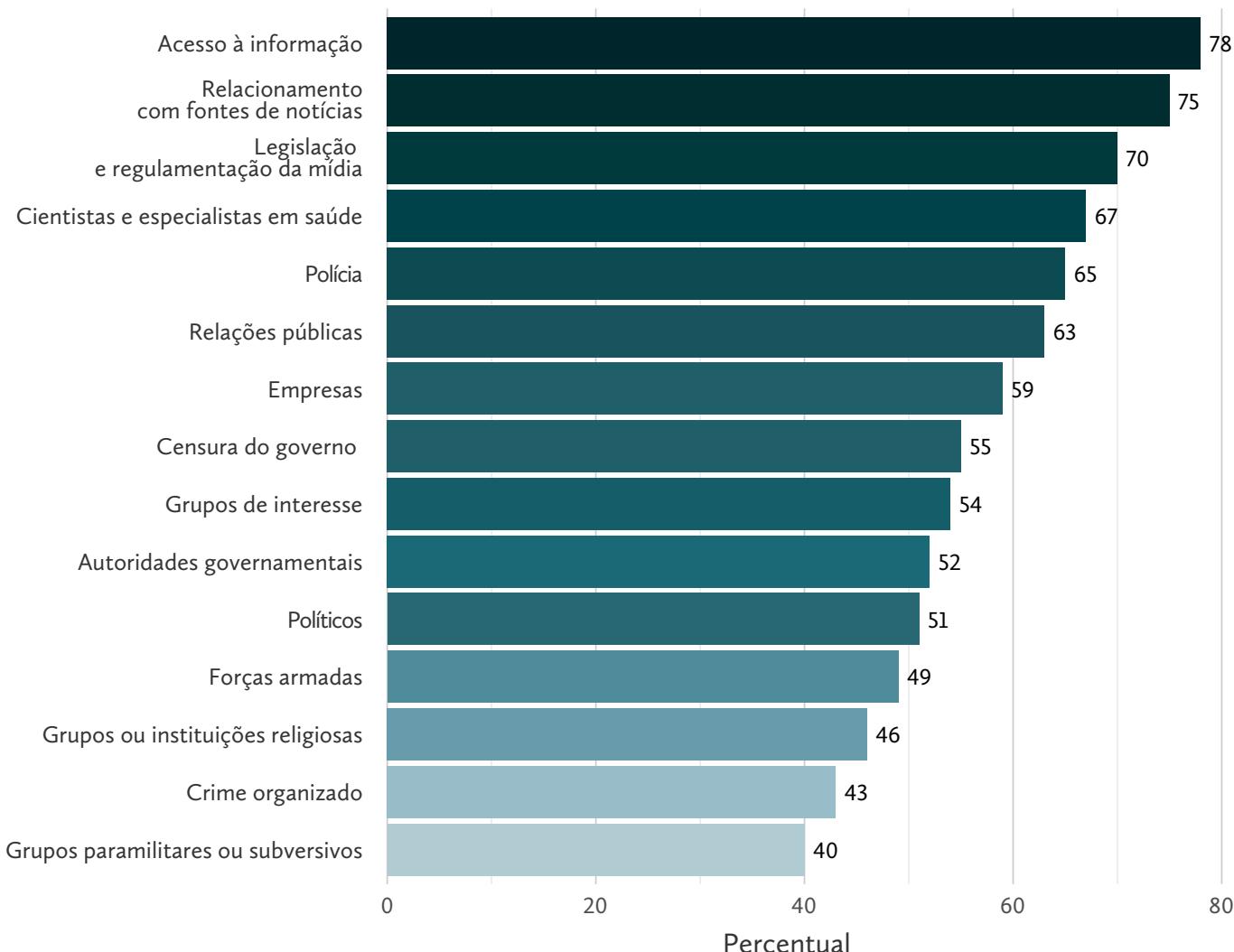
Influências externas e intimidação sobre o trabalho profissional

Também foi questionado sobre fatores externos de influência e o quanto eles impactam o trabalho como jornalista. Nesse caso, os jornalistas chilenos reconhecem apenas um fator importante: o “Acesso à informação”. 81% o consideram muito ou extremamente influente. Logo abaixo estão as “Relações com fontes jornalísticas” (54% o consideram muito ou extremamente influente) e a “Legislação e regulamentação dos meios” (46%). Ou seja, circunstâncias próprias do exercício da profissão. Mas também tem peso importante o feedback da audiência (50,5%). Aparecem mais abaixo algumas fontes influentes como “Cientistas e especialistas em saúde” (43%) e a polícia (22%).

No caso de pressões indevidas, aparece a Censura governamental (17%). Como no Chile isso não existe legalmente, entende-se que se referem às pressões das autoridades para evitar temas que as prejudiquem. Outras fontes têm ainda menor influência no trabalho dos jornalistas chilenos: Relações Públicas (15% dos entrevistados consideram muito ou extremamente influente), Empresários (14%), Políticos (11%), Funcionários do governo (10%) e Grupos de pressão (10%).

Influências externas no jornalismo

Porcentagem de jornalistas que identificam cada fator como influente



Também há uma baixa ocorrência de ações de intimidação ao trabalho dos jornalistas. Por exemplo, 17% indica que experimentou “insultos ou discurso de ódio direcionado à sua pessoa” com frequência ou muita frequência nos últimos cinco anos, e 11% sofreu “questionamento de seus princípios morais” com a mesma frequência. Os demais casos estão muito abaixo, embora não sejam menos graves:

- ❖ Assédio laboral (5%)
- ❖ Hackeamento ou bloqueio de sites ou redes sociais (4%)
- ❖ Divulgação de suas informações pessoais (4%)
- ❖ Vigilância ou espionagem (4%)
- ❖ Agressão sexual ou assédio sexual (2%)
- ❖ Ações legais contra a pessoa devido ao seu trabalho jornalístico (1,5%)
- ❖ Prisões, detenções ou encarceramento (0,3%)

Apesar da baixa ocorrência dessas ações de intimidação, percentuais importantes dos entrevistados declararam ter tomado medidas para se proteger nos últimos cinco anos. Assim, por exemplo, 45% mudaram

suas rotinas pessoais (aqui se nota a influência da Covid), 31,5% optaram por autocensura, 28% tiveram que ocultar sua identificação como jornalistas, e 27,5% mudaram o tema ou assunto em que trabalhavam. Outras cinco ações apresentam frequências menores, mas não são menos graves: mudar de telefone ou tomar precauções adicionais para evitar que o equipamento seja interceptado ou rastreado (14%), publicar anonimamente ou com pseudônimo (15%), solicitar proteção legal (9%), mudar de meio de comunicação (13%) e filtrar ideias ou informações para meios estrangeiros ou publicar artigos no exterior (7%).

Em consonância com os baixos níveis de intimidação física, os valores de preocupação dos entrevistados com sua “integridade física” também são baixos. Apenas 23% dos homens e 14% das mulheres concordaram ou concordaram totalmente com essa afirmação. Porém, a crise dos meios de comunicação afeta os jornalistas de outra forma: sua estabilidade no emprego. 36% demonstram preocupação em perder o trabalho nos próximos 12 meses. No entanto, o que mais os afeta é a estabilidade emocional: diante da afirmação “Estou preocupado com meu bem-estar mental e emocional”, 61% concordaram ou concordaram totalmente.

Autonomia editorial

Os jornalistas chilenos declararam grande liberdade editorial em seu trabalho: quanto à liberdade pessoal para selecionar os temas e histórias noticiosas em que trabalham, 83% dos homens e 78% das mulheres afirmaram ter muita ou alguma liberdade para isso. Valores semelhantes são observados quando se pergunta sobre a liberdade para decidir quais aspectos da notícia merecem ou devem ser destacados: 85% dos homens e 84% das mulheres disseram ter muita ou alguma liberdade para isso. O fato de mais homens declararem liberdade para escolher os temas está relacionado ao fato de que eles tendem a ocupar cargos mais altos na hierarquia editorial: 48% das mulheres não têm decisão operacional nem estratégica em sua redação, contra 30% dos homens entrevistados, enquanto 37% dos homens possuem poder de decisão estratégica na gestão da redação, contra apenas 13% das mulheres.

Os jornalistas chilenos e os protestos de 2019

Como já mencionamos, os protestos de 2019 representou um grande desafio para os jornalistas chilenos. Apenas 29% não sofreu nenhuma ação de intimidação durante esse período. As ações mais comuns foram insultos ou discursos de ódio (56%), a desqualificação pública do trabalho jornalístico (45%) e o questionamento de seus princípios morais (43%). Apesar disso, a maioria dos entrevistados declarou que os protestos sociais de 2019 não mudou fundamentalmente suas concepções sobre o papel do jornalismo na sociedade (68% responderam nada, muito pouco ou alguma coisa; 24% disseram que mudaram de maneira importante, e apenas 6% de forma radical).

Conclusão: O futuro do jornalismo e da democracia no país

A democracia e o jornalismo estão atualmente ameaçados no mundo ocidental, enquanto na América Latina a situação sempre foi frágil, e o Chile não é exceção. Embora, comparado a outros países da região, a realidade chilena pareça relativamente segura para o exercício do jornalismo, a verdade é que aqui os jornalistas enfrentam uma combinação de desafios estruturais e situações que, em certa medida, limitaram

o exercício de sua profissão. Os jornalistas pesquisados neste estudo são aqueles que apresentam maior estabilidade laboral dentro da área profissional, pois têm a possibilidade de dedicar a maior parte de sua jornada ao exercício da profissão; no entanto, o fazem em um contexto de alta incerteza e medo de perder o emprego, sob grande pressão e com um aumento crescente das suas tarefas diárias. Além disso, atuam em um ambiente no qual sabem que muitos de seus colegas precisam recorrer ao pluriemprego, ao emprego informal ou trabalhar em outros setores.

Apesar de tudo, eles expressam concordância com papéis fundamentais para o exercício do jornalismo, como a vigilância do poder, a representação de vozes diversas e a análise crítica da realidade. No entanto, os dados também evidenciam uma grande instabilidade emocional. Embora os jornalistas chilenos não relatem altos níveis de agressão ou censura direta, muitos adotam medidas para proteger sua integridade, desde modificar suas rotinas até evitar certos temas sensíveis. Esses fenômenos, que aumentaram após os protestos de 2019 e a pandemia, também afastaram os jornalistas das ruas e enraizaram uma série de práticas de reportagem à distância. A população chilena vive uma crise de confiança nas instituições, incluindo o jornalismo, o que representa um enorme desafio em um ambiente profundamente mutável. Os receios dos profissionais parecem aumentar e, embora os riscos ainda sejam menores em relação a outros países, os jornalistas chilenos já antevêem a possibilidade de que eles cresçam, especialmente se fenômenos como o crime organizado se intensificarem no país.

Referências

- ❖ Asociación de Agencias de Medios (AAM). (2024). *Inversión publicitaria en medios: Chile*. Recuperado de <https://anda.cl/estudios/50297>
- ❖ Consejo Nacional de Televisión (CNTV). (2018). SISTEMA TELEVISIVO CHILENO. Recuperado de https://www.cntv.cl/wp-content/uploads/2020/04/sistema_televisivo_en_chile.pdf
- ❖ Faure, A., Jofré, D., Jara-Reyes, R., & Lagos Lira, C. (2025). A Territorialized Business Model? Exploring the Objective and Subjective Conceptualizations of the Local Digital News Media in Chile. *International Journal of Communication*, 19, 617–638.
- ❖ Grassau, D., Ortega-Gunckel, C., & Puente, S. (2023). Periodismo en duelo: adaptación al entorno digital en Chile a partir de la crisis social y la pandemia de COVID-19. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 29(2). <https://dx.doi.org/10.5209/esmp.87262>
- ❖ Gronemeyer, M. E., & Porath, W. (2017). Tendencias de la posición editorial en diarios de referencia en Chile: El arte de dosificar la crítica frente a la actuación de los actores políticos. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, 37(1), 177-202. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2017000100008>
- ❖ Julio, P., Mujica, C., Fernández Medina, F. J., & Bruna, A. (2021). Chile: El año en que nos quedamos en casa. En M. Alvarado Miquilena (Ed.), *Ficción televisiva iberoamericana en tiempos de pandemia* (pp. 143-175). Pontificia Universidad Católica de Chile. <https://doi.org/10.7764/obitel.21.S.5>
- ❖ Heiss, C. (2021). Revuelta social y proceso constituyente en Chile. *Revista de Ciencias Sociales Ambos Mundos*, (2), 69-78. <https://doi.org/10.14198/ambos.20981>
- ❖ Mancinas-Chávez, R., Acosta, M. J. R., & Benítez, J. C. F. (2024). Prisa Radio, desde los orígenes de la radio en España hasta la expansión en el ámbito hispanoamericano. *Signo y Pensamiento*, 43. <https://doi.org/10.11144/javeriana.syp43.prdo>
- ❖ Mönckeberg, M. O. (2009). *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Debate.
- ❖ Núñez-Mussa, E. (2021). Chile: Crisis of trust and a precarious industry. In J. Trappel, & T. Tomaz (Eds.), *The Media for Democracy Monitor 2021: How leading news media survive digital transformation* (Vol. 2) (pp. 85-146). Nordicom, University of Gothenburg. <https://doi.org/10.48335/9789188855428-3>

Jornalismo sem rede de proteção: Como fazem os jornalistas argentinos

Adriana Amado, Universidad Camilo José Cela

Reinventar o jornalismo em contextos precários

Desde o início do século, o desenvolvimento de meios de comunicação tem sido uma política especialmente incentivada pelo Estado que colocou a Argentina como o país com maior número de meios na região. Um levantamento de publicações acadêmicas que analisam os meios de comunicação em 19 países da América Latina revelou que a Argentina concentra 26,5% dos 2.904 identificados e 42,3% do espectro radiofônico latino-americano (Rodríguez-Urra et al., 2023). Esse estudo conclui que a Argentina é o país com a maior quantidade de meios em relação à sua população, o que se explica, em parte, pelo fato de ser o oitavo maior país do mundo em extensão territorial, mas com uma densidade populacional muito baixa. Soma-se a isso o dado de que apenas 9,8% do território argentino oferece condições razoáveis para o exercício do jornalismo profissional, segundo um levantamento de uma organização local de jornalistas (FOPEA, 2021), que mapeou 13.527 jornalistas em todo o país.

Na Argentina, não existe um censo de jornalistas nem dados econômicos sobre a profissão, pois nem sequer há uma categoria tributária exclusiva para o jornalismo que permita dimensionar a quantidade de profissionais em atividade. Por isso, para determinar a amostra deste estudo, foi usado como universo a estimativa realizada pelo Foro de Periodismo Argentino.

A amostra representativa resultou em 376 jornalistas, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, de acordo com as diretrizes da terceira onda do projeto *Worlds of Journalism Study* (WJS3)¹. A amostra apresentou uma proporção válida de 42% de mulheres e 58% de homens, com idade média de 46 anos. A mediana indica que metade dos jornalistas tem mais de 45 anos, com uma média de 20 anos de exercício na profissão. Isso evidencia que a definição tradicional de jornalismo proposta pelo projeto global, na Argentina, corresponde aos profissionais mais experientes que atuam em meios tradicionais, especialmente em jornais (26%) e rádio (27%).

Essas características demográficas correspondem ao perfil dos jornalistas profissionais do país, ou seja, aqueles cujo principal rendimento vem do jornalismo. Durante o trabalho de campo, foram encontrados numerosos casos de jovens e mulheres atuando na profissão por meio de formas alternativas de exer-

¹ A coleta de dados foi realizada entre 2022 e 2023 por meio de questionários autoaplicáveis e, em casos pontuais, entrevistas telefônicas conduzidas na plataforma Qualtrics por uma equipe capacitada da Universidad Argentina de la Empresa. O estudo foi realizado no âmbito do projeto P23S01 Jornalistas e comunicadores na comunicação pública: processos e influências, da Universidad Argentina de la Empresa, com a equipe dirigida por Adriana Amado e composta por José Crettaz, Maximiliano Bongiovanni, Nicolás Rotelli e Facundo Luque.

cício, mais próximas do que o WJS3 define como jornalismo periférico (Oller Alonso et al., 2019). Esse tipo de exercício jornalístico em plataformas digitais, aplicativos e na produção de conteúdo para organizações e empresas tornou-se a principal via para quem não encontra espaço em um sistema de mídia em retração há muito tempo. Os jornalistas de meios digitais que se enquadraram na definição de jornalismo profissional representam um em cada dez entrevistados (11%), uma proporção modesta considerando que há muitos pequenos empreendimentos digitais no país. No entanto, a maioria desses trabalhadores atua de forma precária ou como atividade secundária, razão pela qual não pôde ser incluída neste estudo, que se concentrou no perfil do jornalista profissional conforme a definição global.

Jornalismo em condições periféricas

Os resultados do estudo na Argentina oferecem dados interessantes para compreender as condições do jornalismo exercido em contextos de precariedade laboral. A falta de recursos, mesmo nos meios mais consolidados, faz com que as principais influências sobre o trabalho jornalístico estejam mais nas limitações materiais do que em ameaças diretas.

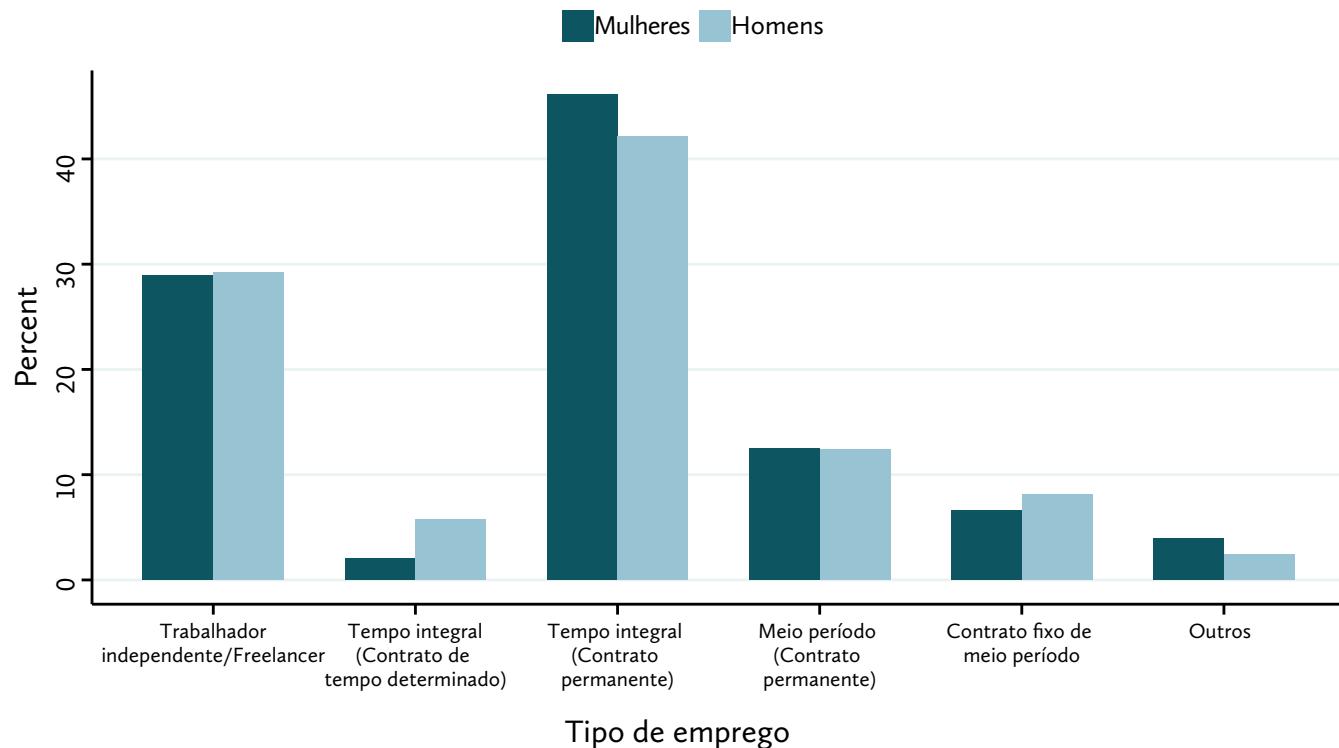
Condições de trabalho

A ausência de enquadramentos legais e profissionais facilitou o crescimento de formatos de precariedade laboral. A jornada de trabalho de 36 horas semanais (Art. 34, Lei 12.908) provém de uma regulamentação de 1946, de cumprimento improvável em uma economia em recessão, com uma inflação anual superior a 200% no ano de 2023. Mesmo entre os vínculos empregatícios formais (44% da amostra), é difícil respeitar esse limite, já que o pluriemprego e as jornadas estendidas são práticas comuns. Entre os jornalistas da amostra, 69% possuem algum tipo de contrato estável e 50% trabalham em tempo integral. O fato de apenas uma minoria (37%) participar de associações profissionais ou sindicais ajuda a explicar por que é tão difícil garantir o cumprimento dos salários ou das jornadas estipuladas por convenção.

O pluriemprego, expresso nas categorias de trabalho em meio período e trabalho autônomo, corresponde a um terço da amostra. Na Argentina, é muito comum desde o final do século passado que um jornalista trabalhe para vários meios, em alguns casos realizando a produção integral de um meio próprio ou de um espaço terceirizado. A distribuição por gênero mostra uma leve maioria de homens nos trabalhos em tempo integral (53%), nos contratos fixos em meio período (57%) e no trabalho freelance ou autônomo (54%).

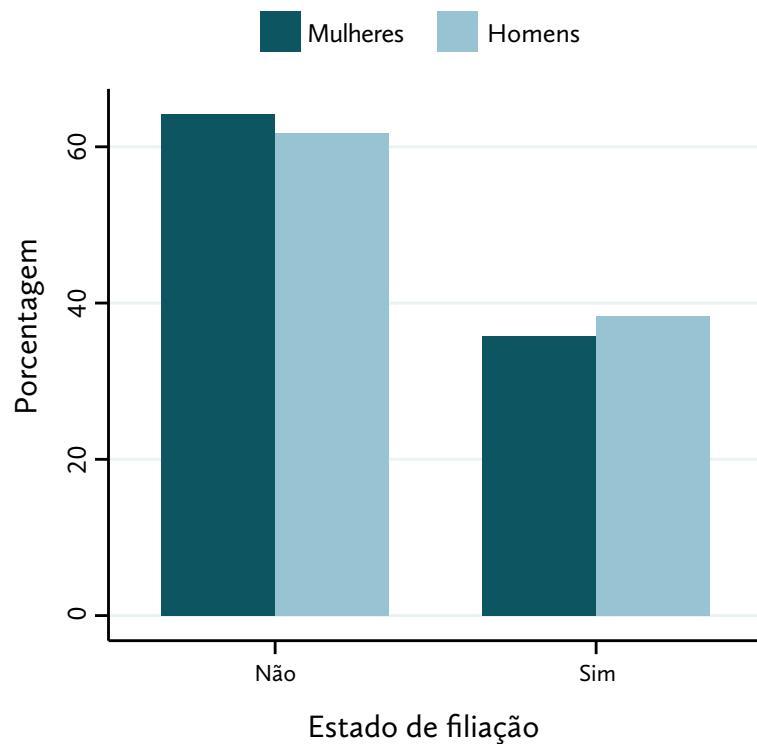
Situação profissional

Porcentagem de participantes por tipo de emprego



Filiação em sindicatos ou associações

Porcentagem de participantes por status de filiação



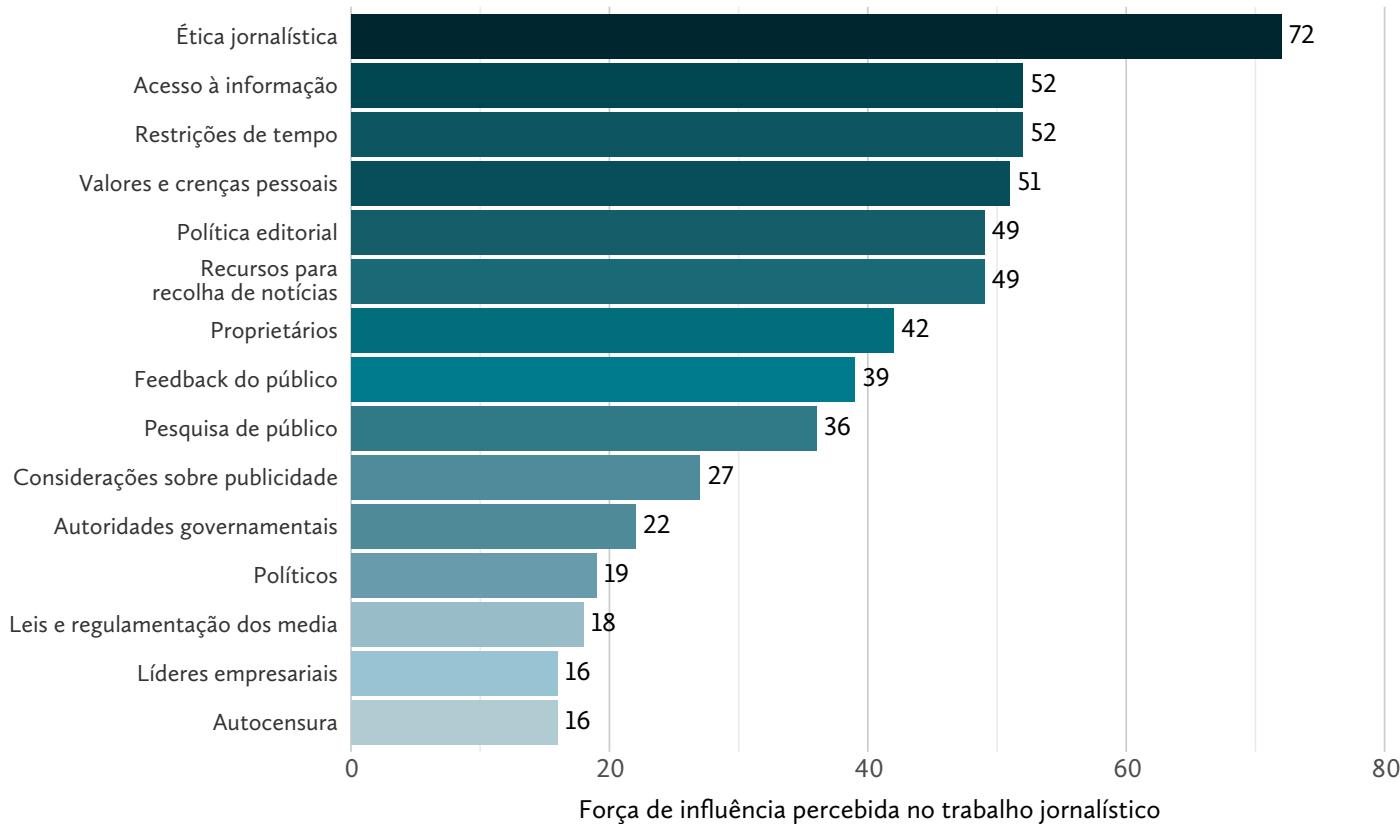
Condições que afetam o jornalismo

Se o jornalismo argentino é um caso de interesse, é porque se configurou sem um marco legal nem uma estrutura tributária específica. Essa fragilidade institucional é consequência da pouca presença de associações profissionais e sindicais, bem como da ausência de marcos éticos com os quais o jornalismo ocidental conta para oferecer suporte e orientação aos profissionais (Carlson & Lewis, 2015). Paradoxalmente, ao perguntar aos entrevistados sobre os fatores de influência, o mais mencionado foi a ética jornalística (70,6% consideram que é muito ou extremamente influente). Diante da inexistência de manuais de estilo ou de um marco ético nacional, essa resposta indica a necessidade de princípios éticos acordados. Em seguida, vêm os fatores de influência de caráter operacional, como o acesso à informação (62%), as restrições de tempo (55%) e a coleta de informações (53%).

A regulação dos meios de comunicação é mencionada por metade dos entrevistados (46%). A última reforma, em 2009, envolveu apenas os meios audiovisuais, e a lei de acesso à informação pública é ainda mais recente (2017), de modo que não se pode afirmar que anos de uma cultura de falta de transparência e de estatísticas públicas tenham sido revertidos. Desde 2019, a Argentina caiu 32 posições no ranking da Transparency International, obtendo 37 pontos em uma escala de 0 a 100, em que 100 corresponde ao país mais transparente, segundo o índice anual da organização (Transparency International, 2023). As restrições ao acesso à informação são maiores nas províncias, onde a investigação e a opinião jornalística são frequentemente desacreditadas e perseguidas como desinformação e discurso hostil ao governo.

Influência percebida no trabalho jornalístico

Porcentagem de participantes que selecionaram "muito" ou "extremamente" influente



Liberdade de imprensa

A autopercepção de autonomia editorial para informar é alta, tanto na seleção das pautas (61% declara ter muita ou total liberdade) quanto na decisão sobre quais aspectos enfatizar (65% declara muita ou total liberdade), embora percebam menos liberdade por parte do meio (41%).

Nesses contextos, entende-se que a principal preocupação relacionada à segurança está ligada aos aspectos financeiros e laborais, que afetam o equilíbrio mental e emocional. Historicamente, a Argentina não teve casos graves de ameaças físicas, sendo esse o aspecto menos mencionado. A principal ameaça declarada é a desqualificação e os insultos pessoais (58% frequentemente ou às vezes), além do questionamento aos princípios morais (39%).

A falta de um marco institucional e ético explica que, diante das ameaças, os jornalistas busquem apoio principalmente nos colegas (78%) e no meio em que trabalham (60,9%), mais do que por meio de organizações jornalísticas (36%) ou ONGs (19%), o que confirma a baixa institucionalidade dessas entidades. Em um mercado de trabalho retraído, mudar de meio não parece ser uma alternativa viável (13%). Apenas 15% buscaram proteção legal e só 6% solicitaram ajuda do governo, que costuma ser a principal fonte de ameaças, conforme relata sistematicamente o monitoramento de agressões realizado pela associação Fopea².

Embora essas reações de caráter pessoal confirmem a baixa institucionalidade e a falta de suporte ético, o lado positivo é que a principal medida adotada é redobrar o cuidado na verificação dos dados (58%). Outras medidas frequentemente mencionadas são a autocensura (42%), seguida pela mudança de tema ou de editoria (36%), o treinamento em segurança (29%) e a alteração das rotinas pessoais (24%).

Conclusão: Jornalismo em contextos instáveis

O jornalismo na Argentina apresenta condições particulares, como restrições no acesso à informação pública, falta de dados públicos e uma forte dependência dos meios de comunicação do financiamento estatal, aspectos comuns a outros países da região (Márquez-Ramírez et al., 2021).

Desde a realização da primeira onda (Amado & Waisbord, 2018), as soluções focaram na concentração dos meios de comunicação, com uma reforma para facilitar o ingresso na área audiovisual e consolidar meios dependentes do Estado. O panorama resultante é um sistema que impõe aos jornalistas estratégias pessoais de sobrevivência e enfraquece as garantias de acesso à informação.

A publicidade institucional dos governos transformou-se em um subsídio para os numerosos empreendimentos jornalísticos que ficaram à mercê dos recursos públicos. O uso da publicidade oficial posicionou o governo nacional entre os principais anunciantes nas duas primeiras décadas do século XXI (Cretaz, 2019). Tudo isso ocorreu sem contrapesos que garantam mecanismos transparentes de distribuição de recursos públicos aos meios de comunicação, nem mecanismos de autonomia financeira — pressupostos para os meios públicos — em um sistema inteiramente dependente do Poder Executivo. Isso inclui o siste-

² Monitoramento da Liberdade de Expressão, disponível em: <https://monitoreo.fopea.org/>

ma estatal de Rádio e Televisão Argentina, bem como os sistemas de mídia vinculados a governos locais e universidades que recebem financiamento estatal.

A necessidade de financiamento alternativo torna-se evidente com a participação de meios argentinos no programa Google News Initiative. Entre 1.050 organizações da América Latina, 230 eram da Argentina (Google News Initiative, n.d.). Dessas mil organizações que solicitaram os recursos, 90% correspondiam a pequenas redações com menos de vinte e seis jornalistas, pertencentes a meios locais com dificuldades para continuar prestando serviços às suas comunidades.

O fato de que a principal ameaça declarada pelos jornalistas esteja relacionada às práticas jornalísticas indica o impacto que a falta de recursos e de acesso à informação exerce sobre o trabalho jornalístico. Há indícios de que, majoritariamente, os profissionais aceitam os materiais distribuídos pelas assessorias de imprensa e pelos canais institucionais das fontes, que funcionam como substitutos informativos para compensar a escassez de recursos próprios. Nas perguntas sobre práticas éticas, uma maioria esmagadora rejeitou eticamente a aceitação de dinheiro das fontes (90% dos entrevistados, contra 9% que responderam que isso poderia ser justificado em certas ocasiões). No entanto, o cenário se inverte quando a pergunta se refere a presentes ou ajudas oferecidas pelas fontes: 75% consideraram que seria justificável. É nessa zona cinzenta que se situam os casos de viagens, materiais fornecidos pela fonte ou favores pessoais.

O caso do jornalismo argentino é revelador de um sistema que, em nome do pluralismo midiático em concorrência com os meios comerciais, configurou um modelo de jornalismo autônomo com sérias dificuldades de sustentabilidade. A esse panorama soma-se a baixa confiança nas notícias e nos meios de referência (Newman et al., 2023), o que impede a viabilidade de modelos baseados em pagamento.

Essa posição de fragilidade financeira, que os jornalistas reconhecem como seu ponto mais vulnerável, facilitou a alta politização da informação (Amado, 2022) e a consequente polarização da imprensa em relação a governos de diferentes orientações políticas. Essa segunda onda confirma que os processos de precarização observados em 2012 se aceleraram e aponta para cenários profissionais no que se denomina Sul Global (Waisbord, 2015; Waisbord & Amado, 2023) muito diferentes daqueles de países com uma imprensa fortalecida. Trata-se de um jornalismo de pluriemprego, que torna regulares as práticas que, no Ocidente, são chamadas de periféricas.

Referências

- ✉ Amado, A. (2012). Periodismo argentino: en busca de datos sobre la profesión. *Revista Austral Comunicación*, 1(2), 113–135. <http://www.austral.edu.ar/ojs/index.php/australcomunicacion/issue/view/3/showToc>
- ✉ Amado, A. (2022). Politización de la desinformación en contextos de información devaluada. El caso Latinoamérica. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo RICD*, 4(17). <https://revistas.usc.gal/index.php/ricd/article/view/8793/12532#citationscontainer>
- ✉ Amado, A., & Waisbord, S. (2018). Journalists and Media Ownership: Practices and Professional Conditions of Argentine Journalism. *Brasilian Journalism Research*, 14(2), 364–383. <https://doi.org/https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1090>
- ✉ Carlson, M., & Lewis, S. (2015). *Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation*. Routledge.
- ✉ Crettaz, J. (2019). La publicidad gubernamental en Argentina entre 2000-2017: crecimiento exponencial, usufructo electoral y crisis de los medios. *Cuadernos.Info*, 44, 99–115. <https://doi.org/10.7764/cdi.44.1630>

- ✉ FOPEA. (2021, June). *Desiertos informativos*. Google News Initiative. <https://desiertosinformativos.fopea.org/dashboard/index.html>
- ✉ Google News Initiative. (n.d.). *Cómo apoya Google al periodismo y a la industria de noticias en Argentina*. Retrieved January 5, 2025, from <https://blog.google/supportingnews-argentina/#resena>
- ✉ Márquez-Ramírez, M., Amado, A., & Waisbord, S. (2021). Labor Precarity and Gig Journalism in Latin America. In *Newsworth and Precarity*. <https://doi.org/10.4324/9781003057376-13>
- ✉ Mellado, C. (2020). *Beyond Journalistic Norms Role Performance and News in Comparative Perspective*. Routledge.
- ✉ Newman, N., Fletcher, R., Eddy, K., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2023). *Digital News Report 2023*. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf
- ✉ Oller Alonso, M., Shapiro, I., Andresen, K., Anikina, M., De Maio, M., Hamada, B., Hanusch, F., Hollings, J., Hildur Kolbeins, G., Hughes, S., Zeleza Manda, L., Mbozi, P., & Spyridou, L.-P. (2019). *Defining the Worlds of Journalism Study Sample*. https://worldsofjournalism.org/wp-content/uploads/2020/01/WJS3_Definitions_working_paper.pdf.
- ✉ Rodríguez-Urra, C., Trillo-Domínguez, M., & Herrero-Solana, V. (2023). Mapa mediático hispanoamericano: una aproximación desde la academia. *Revista de Comunicación*, 22. <https://doi.org/10.26441/RC22.1-2023-3105>
- ✉ Sociedad Interamericana de Prensa. (2021, April 23). *Conclusiones de la Reunión de Medio Año de la SIP*. <https://www.sipiapa.org/notas/1214533-conclusiones-la-reunion-medio-ano-la-sip>
- ✉ Tejkalová, A., de Beer, A. S., Berganza, R., Kalyango, Y., Amado, A., Ozolina, L., Láb, F., Akhter, R., Moreira, S. V., & Masduki. (2017). In Media We Trust. *Journalism Studies*, 9699(February), 1–16. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1279026>
- ✉ Transparency International. (2023). *Corruption Perception Index*. <https://www.transparency.org/en/countries/argentina>
- ✉ V-Dem Institute. (2023). *Democracy Report 2023. Defiance in Defense or Autocratization*. <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>
- ✉ Waisbord, S. (2015). De-Westernization and cosmopolitan media studies. *International Communication*, 178–200.
- ✉ Waisbord, S., & Amado, A. (2023). What Defines Journalism in/from the Global South? In *The Routledge Companion to Journalism in the Global South* (pp. 13–23). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003298144-3>

A perspectiva de um jornalista argentino: O problema da sustentabilidade

José Crettaz, Jornalista, editor geral da [Convercom.info](#). Professor e pesquisador da Universidade Argentina da Empresa (UADE)

O jornalismo deixou há muito tempo de ser o único produtor, verificador e distribuidor de notícias. Hoje, ele compartilha essas funções com aqueles que, até duas décadas atrás, eram suas fontes — e que já não precisam de intermediários, pois agora participam diretamente da conversa pública por meio das redes sociais. Compete também com criadores de conteúdo, divulgadores ou explicadores de informações que, sem vínculos com a tradição jornalística, estão cada vez mais profissionais em suas práticas.

A competição pela audiência é intensa, o público se fragmenta e a necessidade de concentrar visualizações para monetizá-las estimula práticas que, no passado, teriam sido questionadas como sensacionalistas. Trata-se de um “jornalismo da indignação”, baseado quase exclusivamente em colunas opinativas consumidas por segmentos de público que esperam ter suas próprias opiniões confirmadas.

Essa situação ocorre em um contexto como o argentino, no qual os modelos de negócios baseados em publicidade, venda de exemplares ou assinaturas foram substituídos por subsídios — ou seja, recursos que não provêm do valor que a informação agrega às audiências, mas que vêm de atividades alheias à profissão.

Podem ser subsídios de plataformas como Google e Meta para a transição digital ou o desenvolvimento de novos meios, que não conseguiram impulsionar organizações viáveis, pois, quando o *grant* termina, o meio também acaba. Ou subsídios dos próprios jornalistas, que mantêm sua atividade com múltiplos trabalhos ou transferindo recursos de outros empregos para sustentar um microempreendimento de subsistência. Mas nenhum deles é mais nocivo e perigoso do que o subsídio político, que é o mais comum.

Boa parte do jornalismo argentino vem sendo subsidiado há décadas por políticos, por meio da publicidade governamental — seja por contratação direta ou por isenção de impostos em troca de espaço publicitário. Essa fonte de receita estatal tem um equivalente no setor privado: corporações ou empresários que anunciam para garantir cobertura midiática, que, se necessário, serve como contranarrativa. Na linguagem da opinião pública, esse sistema é conhecido como “sobres” [“envelopes”, em referência à propina recebida por jornalistas] ou “blindagem midiática”, em referência à má prática e à corrupção que, nos níveis atuais, não eram características da profissão jornalística na Argentina.

Esses e outros subsídios alimentaram uma bolha de meios de comunicação cujo número cresce sem que haja, em contrapartida, público ou comunidades que os acompanhem. Cada vez que o volume de subsídios é reduzido, essa bolha estoura ou estremece, e o barulho das acusações cruzadas se intensifica nas redes sociais. No fim, o preço desse dinheiro é pago caro — em reputação e credibilidade.

Talvez seja possível sair desse círculo vicioso com uma decisão drástica: renunciar explícita e publicamente aos subsídios políticos. Isso obrigará a inovar na busca por modelos que permitam ser genuinamente sustentáveis e contribuirá para recuperar a credibilidade perdida.

Conclusões

Reflexões finais

Summer Harlow, Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, Universidade do Texas em Austin

A coleção de capítulos deste volume representa um dos retratos mais abrangentes até hoje sobre os jornalistas na América Latina. Baseado em descobertas de 11 países latino-americanos incluídos na terceira rodada do estudo global *Worlds of Journalism Study*, este livro oferece a jornalistas, educadores e formuladores de políticas um olhar único sobre o que significa ser jornalista na América Latina hoje.

Notavelmente, as contribuições de acadêmicos, estudantes de pós-graduação e jornalistas que atuam em toda a região destacam a resiliência e o compromisso com as liberdades de imprensa e a democracia entre os jornalistas, apesar da precariedade generalizada e das ameaças. Os jornalistas pesquisados nesses 11 países enfrentam uma miríade de desafios comuns na região, incluindo maus-tratos e violência, autocensura e tensões emocionais decorrentes de inseguranças físicas e mentais no ambiente de trabalho. Embora o impacto dos riscos físicos e mentais associados ao exercício do jornalismo em uma das regiões mais hostis para jornalistas seja amplamente documentado, a precariedade no trabalho, relacionada à falta de contratos em tempo integral, baixos salários e a necessidade de produzir conteúdo para múltiplas plataformas, está emergindo como um risco importante que ameaça a sustentabilidade do jornalismo de qualidade na América Latina. A equidade nas redações também é uma questão com a qual os jornalistas precisam lidar. Desigualdades de gênero podem ser observadas em diversos países, seja em termos de condições de trabalho, como remuneração e posições de liderança, ou nas ameaças e assédios que os jornalistas enfrentam. Além disso, o crescimento da desinformação, das ameaças digitais e de novas formas de censura em meio ao aumento do autoritarismo populista complicam um ambiente já inseguro para os jornalistas, potencialmente agravando os desafios que eles precisam enfrentar.

Embora grande parte dos achados apresentados neste volume aponte para os riscos de ser jornalista, também há sinais que indicam maneiras pelas quais a profissão está evoluindo e até se fortalecendo. Os padrões de emprego na mídia indicam a contínua relevância do jornalismo impresso e do rádio, mas a ascensão dos veículos digitais nativos e sua importância no cenário noticioso tornam-se cada vez mais claras. Considerando que muitos desses veículos digitais são independentes e focados no jornalismo de fiscalização, responsabilizando o poder e defendendo os direitos humanos e a democracia, a crescente centralidade desses sites, que empregam um número cada vez maior de jornalistas, é um sinal promissor para o futuro de um jornalismo financeiramente e editorialmente independente. Esses sites também oferecem potencialmente oportunidades para inovação, aumento da colaboração e defesa de condições de trabalho mais seguras e equitativas.

Sejam trabalhadores de mídias tradicionais ou digitais, os jornalistas pesquisados também estavam geralmente confiantes na autonomia individual que tinham para escolher as matérias que cobriam e como as reportavam. Claro, não se pode negar que suas percepções de autonomia muitas vezes entram em conflito com as restrições do mundo real, como evidenciado pela crença de muitos jornalistas de que a mídia

em seus países não era totalmente livre. Ainda assim, as afirmações dos jornalistas sobre autonomia, mesmo diante de liberdades de imprensa limitadas ou em declínio, destacam a importância que os jornalistas latino-americanos atribuem ao cumprimento de seus papéis e responsabilidades relacionados ao apoio a modelos normativos de democracia.

Outro indicador positivo da força da profissão é o nível de educação entre os jornalistas nesses 11 países. Os altos níveis de formação profissional indicam um desejo de desenvolvimento de carreira, assim como de manter suas habilidades e conhecimentos atualizados.

Também é importante destacar que, embora existam realidades compartilhadas em toda a região, desafios, oportunidades e experiências específicas variam de país para país. Os dados do *Worlds of Journalism Study* presentes neste volume são, portanto, valiosos para identificar não apenas tendências transfronteiriças e regionais, mas também diferenças entre e dentro dos países.

Em última análise, esses capítulos são um chamado à ação. As respostas dos jornalistas pesquisados apontam para a necessidade de que as organizações de notícias invistam mais em segurança, bem-estar geral, diversidade e treinamento. Isso também enfatiza a necessidade de apoio para todos os freelancers e outros que trabalham em situação precária, sem contrato em tempo integral e, portanto, potencialmente sem os recursos e suporte que os veículos de comunicação poderiam oferecer. Universidades e educadores devem garantir que estejam atualizando os currículos e apoiando pesquisas que reflitam as experiências vividas pelos jornalistas. Além das organizações de notícias e dos educadores, os governos também têm uma responsabilidade: eles precisam fazer mais para proteger a liberdade de imprensa e defender os valores democráticos. Por fim, esses capítulos ressaltam a importância da cooperação regional e da solidariedade internacional.

Como este volume demonstrou, os jornalistas na América Latina estão desempenhando um papel cada vez mais importante na democracia e no serviço público. Trabalhando diante da adversidade, esses jornalistas precisam ser treinados, apoiados e suas vozes amplificadas, pois seu jornalismo sustenta sociedades informadas e democracias mais fortes.

Como destacou Rosental Calmon Alves, diretor do Centro Knight, em seu prefácio para este volume, o jornalismo é a “melhor profissão do mundo.” Juntos, os pesquisadores do *Worlds of Journalism Study*, o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, a School of Communication e o Department of Journalism and Media Management da University of Miami, o Center for Global Change and Media da University of Texas at Austin, e todos os envolvidos na publicação deste livro reconhecem a importância duradoura dos jornalistas e de seu trabalho. Nossa sincera esperança é que estes capítulos ofereçam um caminho para o progresso pautado por dados, solidariedade e um compromisso compartilhado com o jornalismo latino-americano.

Biografias dos autores

- 1. Rosental C. Alves:** Detém a Cátedra UNESCO de Comunicação e a Cátedra Knight de Jornalismo na Escola de Jornalismo do Moody College of Communication da Universidade do Texas em Austin. Ele é o fundador e diretor do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas da UT-Austin. Alves, um jornalista brasileiro veterano, é ex-presidente da Orbicom, a rede global de Cátedras UNESCO em Comunicação, e atualmente é presidente do conselho do Prêmio Maria Moors Cabot da Universidade de Columbia. Ele também foi Nieman Fellow na Universidade de Harvard.
- 2. Adriana Amado:** Catedrática na Universidade Camilo José Cela, onde coordena o curso de Comunicação Audiovisual e Novos Meios. É doutora em Ciências Sociais pela FLACSO. É jornalista e divulgadora de temas relacionados a tecnologias e meios de informação, além de fazer parte do Board de Poder Ciudadano (capítulo argentino da Transparência Internacional) e da BA academics.
- 3. Carlos Arcila Calderón:** É Catedrático na Faculdade de Sociologia e Comunicação da Universidade de Salamanca. Especialista em comunicação digital e análise de dados, é membro de projetos internacionais sobre redes sociais e discurso de ódio. É doutor pela Universidade Complutense e dirige a edição da revista *Disertaciones*.
- 4. Jesús Arroyave:** Catedrático e Diretor do Programa de Doutorado na Escola de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade do Norte, em Barranquilla, Colômbia. Seus interesses de pesquisa incluem estudos de mídia e jornalismo, comunicação em saúde e desenvolvimento, e teoria da comunicação e produção de conhecimento na América Latina.
- 5. David Blanco-Herrero:** É doutor pela Universidade de Salamanca e pesquisador de pós-doutorado na Universidade de Amsterdã. Seu trabalho aborda a desinformação, o discurso de ódio anti-imigrante e a ética jornalística. Além disso, é editor do Anuario Electrónico de *Disertaciones* e participa de projetos sobre inteligência artificial e detecção de ódio nas redes sociais.
- 6. Julieta Brambila:** Especialista em comunicação política, jornalismo e gênero. É uma mulher comprometida com os direitos das pessoas LGBTQ+. Desde 2022, atua como diretora-geral de Comunicação, Serviço Público de Informação e Relações Institucionais do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI). No campo acadêmico, leciona na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Possui doutorado em Comunicação pela Universidade de Leeds, no Reino Unido.
- 7. Vanessa Bravo:** Professora de Comunicação Estratégica na Universidade Elon, na Carolina do Norte, onde também atua como vice-diretora da Escola de Comunicações. É bacharel pela Universidade da Costa Rica e mestre e doutora pela Universidade da Flórida (onde estudou como bolsista Fulbright). Sua pesquisa se concentra na interseção entre os campos das relações públicas internacionais e do jornalismo, diplomacia pública e estudos sobre imigração.
- 8. Josefina Buxadé Castelán:** Mestre em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona, combina sua trajetória no serviço público (como comissária e deputada) com sua atuação acadêmica na Universidad de las Américas na Puebla. Suas áreas de interesse se concentram no estudo e ensino do jornalismo e da comunicação, com um enfoque especial na perspectiva de gênero.
- 9. José Crettaz:** Jornalista especializado em telecomunicações, meios de comunicação e tecnologia, além de professor universitário. Atuou como redator, editor e colunista do jornal *La Nación* entre 1997 e 2017, e colaborou com outros veículos na Ibero-América. É professor e diretor da área de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Argentina da Empresa (UADE). Seu livro mais recente é *Convergência de meios: da linguagem natural à inteligência artificial* (Convercom, 2025).
- 10. Lourdes Cueva Chacón:** Professora assistente na Escola de Jornalismo e Estudos da Mídia da Universidade Estadual de San Diego. Obteve seu doutorado pela Universidade do Texas em Austin, em 2020. Concluiu o Mestrado em Comunicação pela Universidade do Texas em El Paso em 2010 e o Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill em 2005.

- II.** **Marcos Paulo da Silva:** Professor associado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. É doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio doutoral na Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos, e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil.
- 12.** **Celia del Palacio Montiel:** Reconhecida pesquisadora mexicana, doutora em História e membro do SNII Nível 3. Coordenadora do Observatório de Liberdade de Expressão da Universidade de Guadalajara (UDG). Dedicou sua carreira ao estudo da imprensa e do jornalismo no México, com ênfase especial na violência contra jornalistas.
- 13.** **Martin Echeverría:** Universidade Autônoma Meritária de Puebla (BUAP), México. Co-presidente da Seção de Comunicação Política da Associação Internacional para Pesquisa em Mídia e Comunicação. Seus trabalhos foram publicados em revistas como International Journal of Press/Politics, International Journal of Communication e outras importantes publicações ibero-americanas. Seu livro mais recente: *State Sponsored Disinformation Around the Globe* (Routledge, 2025).
- 14.** **Miguel Ángel Flores Olmos:** É boliviano, jornalista e comunicador estratégico. É licenciado em Comunicação Social pela Universidade Católica Boliviana e possui um mestrado em Gestão da Comunicação pela Universidade Mayor de San Andrés. Foi editor e redator em meios de comunicação nacionais e diretor de diversas contas empresariais e institucionais na Extend, agência de comunicação corporativa. Faz parte da equipe do estudo *Worlds of Journalism* para a Bolívia.
- 15.** **Maximiliano Frías-Vázquez:** É doutor pela Universidade de Salamanca. Suas linhas de pesquisa abrangem: papéis jornalísticos, discurso de ódio anti-imigrante e análise de redes sociais, com aplicações em big data. Colabora em projetos internacionais como o *Worlds of Journalism Study* e *Journalistic Role Performance*, e é membro do Observatorio de Contenidos Audiovisuales.
- 16.** **Silvia DalBen Furtado:** Candidata a Doutorado na Universidade do Texas em Austin, onde investiga o uso da Inteligência Artificial no jornalismo latino-americano. Sua pesquisa atual é focada em jornalismo computacional, ética da IA, mídia global, televisão por streaming, estudos de plataformas e métodos computacionais.
- 17.** **Miguel Garcés Prettel:** Possui doutorado em Comunicação pela Universidade do Norte e é professor associado na Universidade Tecnológica de Bolívar, Colômbia. É pesquisador sênior acreditado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia. Sua pesquisa foca no jornalismo e na comunicação em saúde, e seu trabalho foi publicado em prestigiadas revistas internacionais, incluindo *Journalism Studies*, *Digital Journalism*, *Comunicar*, *International Journal of Communication* e *Cadernos de Saúde Pública*.
- 18.** **Javier Garza Ramos** é jornalista radicado em Torreón, no norte do México, onde fundou e dirige o *Horizonte Lagunero*, uma plataforma local de notícias na rádio e nas redes sociais. Ele também é coapresentador do *El Noti*, um dos podcasts de notícias mais populares do México. Já foi bolsista Knight no International Center for Journalists, atuando na área de segurança digital, e liderou programas de treinamento para editores e repórteres na Associação Mundial de Editores de Notícias e na Sociedade Interamericana de Imprensa. Em 2022, recebeu o Prêmio Maria Moors Cabot, concedido pela Universidade de Columbia, por sua contribuição ao jornalismo nas Américas. É graduado pela Universidad Iberoamericana, na Cidade do México, e pela Universidade do Texas em Austin.
- 19.** **Celeste González de Bustamante:** Diretora fundadora do Centro para Mudanças Globais e Mídia no Moody College of Communication da Universidade do Texas em Austin, onde ocupa a Cadeira Centenária Mary Gibbs Jones em Comunicação. É professora titular na Escola de Jornalismo e Mídia da UT Austin e atua como presidente do México Center no Teresa Lozano Long Institute for Latin American Studies, na Faculdade de Artes Liberais.
- 20.** **Rubén Arnoldo González:** Pesquisador do Sistema Nacional CONACYT, doutor em Estudos da Comunicação e professor na BUAP. Com experiência em jornalismo, suas pesquisas se concentram na profissionalização jornalística, na violência contra a imprensa e nos sistemas midiáticos em contextos democráticos emergentes.

- 21.** **Daniela Grassau:** Doutora em Sociologia, Mestre em Comunicação Social e jornalista. É professora associada da Faculdade de Comunicações da Pontifícia Universidade Católica do Chile, onde ministra aulas de graduação e doutorado nas áreas de teorias e metodologia da comunicação. As suas áreas de investigação são comunicação e desastres, estudos de jornalismo, opinião pública e estudos visuais.
- 22.** **Armando Gutiérrez Ortega:** Professor em tempo integral na Universidad Autônoma de Baja California, com experiência em jornalismo em ambientes complexos, na evolução profissional dos comunicadores e em ecossistemas de inovação. Responsável pelo Laboratório de Recursos Didáticos Digitais e integrante do consórcio internacional de pesquisa World of Journalism Study.
- 23.** **Summer Harlow:** Diretora associada do Knight Center for Journalism in the Americas na Universidade of Texas em Austin. Ela possui doutorado em Jornalismo e mestrado em Estudos Latino-Americanos. Sua pesquisa examina as interseções entre jornalismo, ativismo e tecnologia na América Latina. Atualmente é editora associada da revista acadêmica Journalism Studies.
- 24.** **Sallie Hughes:** Doutora e catedrática na Universidade de Miami. Foi co-coordenadora da região da América Latina no Worlds of Journalism Study (WJS) de 2019 a 2024. Seu trabalho sobre mudanças, segurança e resiliência no jornalismo foi amplamente publicado. Em parceria com colegas, recebeu o prêmio Wolfgang Donsbach Outstanding Journal Article of the Year 2024 da International Communication Association, pelo artigo “Conceptualizing Journalists’ Safety around the Globe”.
- 25.** **Lilian Kanashiro:** É bacharel em Comunicação (Universidade de Lima) e mestre em Ciência Política (Pontifícia Universidade Católica do Peru). Atuou profissionalmente no Defensoria do Povo (1999–2003) e desenvolveu consultorias nos setores público e privado. Atualmente, trabalha como professora de Semiótica, Análise do Discurso e Metodologia de Pesquisa na Universidade de Lima.
- 26.** **José Luis Lemini Camarillo:** É jornalista e pesquisador acadêmico especializado em práticas, teorias e modelos de comunicação e jornalismo. Participou de projetos internacionais de pesquisa sobre práticas jornalísticas, como Worlds of Journalism Study e Journalistic Role Performance, além do Programa Imprensa e Democracia (PRENDE) da Universidad Iberoamericana na Cidade de México, voltado à formação e profissionalização de jornalistas no México. Atualmente, é professor de graduação e pós-graduação na Universidade Anáhuac, na Cidade do México.
- 27.** **Karles Daniel Antonio Manzo:** Doutorando em Comunicação pela Universidad Iberoamericana, com experiência em pesquisa nas áreas de comunicação em saúde e meio ambiente. Integra projetos internacionais como WJS e JRP. Seus interesses incluem a análise dos ciclos midiáticos, os estudos de audiência e a avaliação de políticas públicas relacionadas a esses temas.
- 28.** **Mireya Márquez Ramírez:** Professora de Estudos de Jornalismo e Teoria da Mídia no Departamento de Comunicação da Universidade Iberoamericana, na Cidade do México, e professora visitante na Universidade de Bournemouth. Obteve seu doutorado (Ph.D.) em Mídia e Comunicação pela Universidade Goldsmiths de Londres, no Reino Unido (2012). Seus interesses de pesquisa incluem captura midiática, sistemas de mídia na América Latina, culturas jornalísticas comparadas, papéis jornalísticos, profissionalismo e trabalho no jornalismo, processos de produção de notícias, segurança de jornalistas, jornalismo especializado — especialmente nas áreas de saúde e esportes.
- 29.** **Luz Mely Reyes:** Cofundadora e diretora-geral do Efecto Cocuyo, um meio de comunicação nativo-digital especializado em direitos humanos, política e temas sensíveis. Com uma sólida trajetória como repórter e editora, contribuiu com suas análises para publicações renomadas, como The Washington Post em espanhol, além de colaborar com veículos prestigiados como El País, da Espanha. É bolsista ICFJ Knight Fellow for Journalism in Exile em 2024 e bolsista Mellon Fellow em 2025.
- 30.** **Janara Nicoletti:** Pesquisadora e professora no Departamento de Métodos Digitais da Universidade de Siegen e professora freelancer na Deutsche Welle Akademie. É co-líder da região da América Latina e Caribe da Journalism Safety Research Network (JSRN) e pesquisadora associada ao Erich Brost Institut for International Journalism (TU Dortmund, Alemanha) e ao Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC, Brasil). A sua investigação centra-se na precariedade e segurança do trabalho jornalístico, na qualidade do jornalismo e na ética.

- 31.** **Yanancy Noguera:** É jornalista e empreendedora social. Fundadora e diretora de *Punto y Aparte*, um programa colaborativo de jornalismo de qualidade que reúne estudantes e profissionais experientes. Foi editora-chefe dos jornais costarriquenhos *La Nación* (2010–2014) e *El Financiero* (1999–2010). Atualmente, é professora universitária na Escola de Comunicação Coletiva da Universidade da Costa Rica e na Escola de Jornalismo da Universidade Latina da Costa Rica.
- 32.** **Martín Oller Alonso:** Pesquisador com doutorado em Jornalismo pela Universidade Rei Juan Carlos de Madri (2012) e mestre em Estudos Avançados em Comunicação (2009). Sua pesquisa abrange diversos projetos internacionais, incluindo MEDIADELCOM, PHARM, *Journalistic Role Performance Study* (JRP), *World of Journalism Study* (WJS) e estudos sobre Culturas Pré-profissionais e Jornalísticas (Suíça, Espanha, Equador, Cuba, Venezuela, Honduras), com foco em análises comparativas entre diversos países e regiões do mundo.
- 33.** **Constanza Ortega-Gunckel:** Candidata a Doutorado em Ciências da Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Chile (UC). As suas principais áreas de investigação são comunicação de risco, jornalismo de crise e comunicação política.
- 34.** **William Porath:** Doutor em Ciência Política pela Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, Alemanha. Formou-se em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Atualmente, é professor titular na Faculdade de Comunicação dessa mesma universidade. Suas linhas de pesquisa são comunicação política e estudos de jornalismo.
- 35.** **Víctor Quintanilla Sangüeza:** É bolíviano e pesquisador de jornalismo, em especial de sua relação com a tecnologia. É licenciado em Ciências da Comunicação Social pela Universidade Mayor de San Andrés, na Bolívia. É mestre e doutor em Comunicação pela Universidade Iberoamericana, na Cidade do México. Atuou em meios de comunicação nacionais da Bolívia, assim como em instituições do setor público. Atualmente, é co-pesquisador do estudo *Worlds of Journalism* naquele país.
- 36.** **Jeannine E. Relly:** Professora na Escola de Jornalismo, com nomeação complementar na Escola de Governo e Políticas Públicas da Universidade do Arizona. É filiada ao corpo docente de Assistência Humanitária e Suporte Técnico e ao Centro de Estudos Latino-Americanos da universidade.
- 37.** **Jessica Retis:** Diretora da Escola de Jornalismo da Universidade do Arizona. Bacharel em Comunicação (Universidade de Lima), Mestre em Estudos Latino-Americanos (Universidade Nacional Autônoma do México) e Doutora em América Latina Contemporânea (Universidade Complutense de Madri). Trabalhou como jornalista no Peru, México e Espanha e possui três décadas de experiência acadêmica nas Américas e na Europa.
- 38.** **Frida Viridiana Rodelo Amezcuá:** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Guadalajara e membro do SNI, especialista em midiatisação da política e precarização do jornalismo no México, práticas e enquadramentos jornalísticos e a representação das mulheres. Vencedora do prêmio AEJMC-Knudson. Publicou em revistas internacionais e coordenou estudos sobre a cobertura midiática de eleições.
- 39.** **Grisel Salazar Rebolledo:** Doutora em Políticas Públicas pelo Centro de Pesquisa e Ensino Econômico (CIDE), especialista em violência contra a imprensa, desinformação e gênero. Reconhecida com o Prêmio Rousset Banda e SNII Nível I. Publicou amplamente em revistas acadêmicas e é integrante do consórcio internacional de pesquisa *Worlds of Journalism*. Acadêmica na Universidade Iberoamericana da Cidade do México.
- 40.** **Laura Storch:** Possui doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). É professora assistente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (Brasil) e lidera um grupo de pesquisa em Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM).
- 41.** **Kérley Winques:** Possui doutorado e mestrado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). É professora adjunta no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Ela lidera o grupo de pesquisa Estudos sobre as Mediações Simbólicas e Materiais das Tecnologias Digitais (Assimetrias/CNPq/UFJF).